

REVISTA DO Exército Brasileiro

Vol. 152 – 3º quadrimestre de 2016 – Edição Especial

TUIUTI E ILHA DA
REDENÇÃO
150 ANOS

ISSN 0101-7184

Os Voluntários da Pátria na Guerra da Tríplice Aliança p.12

Por que não se fala mais

As moradas eternas do brigadeiro Sampaio p.58

Por que não se fala mais

O combate na ilha da Redenção p.64

Por que não se fala mais



**Directoria do Patrimônio Histórico
e Cultural do Exército**
Gen Bda Severino de Ribeiro Bento da Paixão

Editor
Cel Com Alexandre Moreno dos Santos

Corpo Redatorial
Gen Bda R/1 Mário Tadeu Bettiga Basso
Cel Cav R/1 Cláudio Luiz de Oliveira

Composição
**CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS DE
HISTÓRIA MILITAR DO EXÉRCITO (CEPHIME)**
Rua General Canabarro, 731
Maracanã - Rio de Janeiro-RJ - CEP 20271-240
Tel.: (21) 2567-1695

Revisão
Jorge Rodrigues Lobato

Diagramação
Julia Duarte
juladuarte@gmail.com

Impressão
Edigráfica

Direção, edição e distribuição

BIBLEX

Palácio Duque de Caxias
Praça D. de Caxias, 25 - 3º andar - Ala Marçilio Dias
Rio de Janeiro-RJ - Brasil - CEP 20221-260
Tel.: (21) 2519-5711 - Fax: (21) 2519-5569
www.biblex.ensino.eb.br
biblex@biblex.ensino.eb.br

Os conceitos técnico-profissionais emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da revista e do Exército Brasileiro. A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Acelta-se intercâmbio
com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser enviados para a EsAO
(reib@esao.ensino.eb.br)

e serão aperfeiçoados para publicação, sempre que atenderem os seguintes requisitos:
documento digital compatível com o programa Microsoft Word®; formato A4, fonte Arial 12, margens de 3cm (Esq. e Sup.) e 2cm (Dir. e Inf.), com entrelinhamento 1,5.

As figuras deverão ser fornecidas em separado, com resolução mínima de 300dpi.

O artigo, sendo científico, deverá conter os elementos pré-textuais que o caracterizam.

As referências, sob exclusiva responsabilidade dos autores, devem ser elaboradas de acordo com as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

A assinatura anual e a venda de números avulsos são feitas na Administração.
Tel.: (21) 2519-5715

REVISTA DO Exército Brasileiro

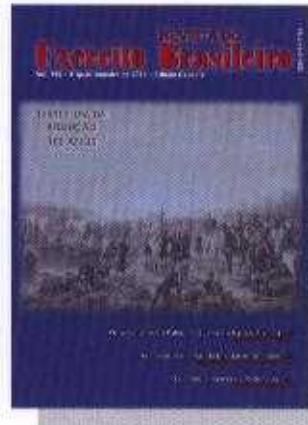
Vol. 152 - 2º quadrimestre de 2016 - Revista oficial do Exército Brasileiro

REVISTA DO EXÉRCITO BRASILEIRO: v.1-v.8, 1882-1889; v.1-v.10, 1899-1908; v.1-v. 22, 1911-1923; v. 23-v. 130, 1924-1993. Rio de Janeiro, Ministério do Exército, DAC etc., 1993 -24,8 cm.

Periodicidade: 1882-1889, anual. 1899-1980, irregular. 1981, quadrimestral. 1982, trimestral. Não publicada: 1890-1898; 1909-10; 1939-40; 1964; 2010.

Título: 1882-1889, Revista do Exército Brasileiro; 1899-1908, Revista Militar; 1911-1923, Boletim Mensal do Estado-Maior do Exército; 1924-1981, Revista Militar Brasileira; 1982-, Revista do Exército Brasileiro.

Editor: 1882-1889, Revista do Exército Brasileiro. 1899-1928, Estado-Maior do Exército. 1941-1973, Secretaria Geral do Exército. 1974-1980, Centro de Documentação do Exército. 1981-, Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos, mais tarde Diretoria de Assuntos Culturais. Atualmente, Biblioteca do Exército.



Nossa Capa

A Travessia do Passo da Pátria.

Quadros Históricos da Guerra do Paraguai (FBN)

Fonte: *Guerra do Paraguai, Memórias & Imagens*, Edições Biblioteca Nacional, 2003.

Diagramação: Julia Duarte

Editorial

Vivemos um período que marca o sesquicentenário do maior conflito armado do continente sul-americano, referido, em carta do barão de Cotelipe ao barão de Penedo, em maio de 1866, como “Maldita guerra, atrasa-nos meio século!”, em face dos enormes prejuízos que causava. Iniciada em 1864, com o aprisionamento, em Assunção, do vapor Marquês de Olinda, que conduzia o novo governador do Mato Grosso, Frederico Carneiro de Campos, seguido pela invasão daquela província por tropas paraguaias, transformou-se, no ano seguinte, na “Guerra da Tríplice Aliança”, somente terminada em 1870.

Nestes 150 anos que ora transcorrem, recordamos os acontecimentos, visando a melhor conhecê-los, entender com mais profundidade as suas causas, consequências e acumular conhecimentos, para voltarmos o olhar adiante, na construção do futuro, fazendo o possível para evitar novas ocorrências dessa natureza e não se repetirem erros.

Durante séculos, estudaram-se as guerras basicamente citando os fatos. Pouco a pouco, acrescentou-se a narrativa sobre a forma como as ocorrências se davam. Assim, se difundia o “o que aconteceu?” e o “como se passou?”. Mais recentemente se buscou saber o “por que aconteceu?” e, também, “que consequências trouxe o conflito?”. E agora, nos tempos atuais, mais uma indagação é apresentada: o “e doravante?”. Ou seja, pensa-se na construção do futuro, procura-se antever aquilo que se pode querer que aconteça. Ou o que não se deseja que ocorra.

Com esses propósitos, o Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx) tem realizado Seminários de História da Guerra da Tríplice Aliança (SHGTA). Em 2016, em sua quinta edição, o evento se deu em duas etapas: a primeira, no Rio de Janeiro-RJ, e a segunda, em Fortaleza-

CE. Nelas, entre muitos assuntos relacionados ao conflito, foram abordados com maior ênfase, respectivamente, o combate da ilha da Redenção e a Batalha de Tuiuti. Esses dois episódios, importantíssimos, aconteceram em 1866.

Naquele ano, verificou-se a invasão do território do Paraguai, levando para o seu interior as operações da campanha. Nessa nova fase da guerra, muitas batalhas ocorreram, muito sangue foi derramado, muito heroísmo foi demonstrado.

A entrada no solo guarani visava à conquista da fortaleza de Humaitá, que impedia a liberdade de ação da Esquadra no rio Paraguai, via de acesso para a conquista de Assunção. O rio Paraná se interpunha, caudaloso, à marcha das tropas aliadas. O Passo da Pátria foi a área de travessia selecionada. Na margem paraguai, o imponente Forte de Itapiru e, no lado argentino, as planícies da Província de Corrientes. No meio do rio, à frente do Itapiru, existia uma ilha, coberta por vasto capinzal. Ela se transformou em cenário de sangrentos combates e em um altar de glórias.

Ali, entre seis e dez de abril de 1866, a tropa de engenheiros comandada pelo tenente-coronel Villagran Cabrita desenvolveu um memorável feito. Ao final da batalha, o comandante tombou morto. A ilha, mais tarde, foi denominada "ilha da Redenção" ou "do Cabrita". Suas palavras ainda ecoam: "A vanguarda é o lugar dos heróis".

Na sequência das operações, as forças da Tríplice Aliança se encontravam próximas às margens do lago Tuiuti. Solano López empreende uma ação ofensiva, tentando forçar a retirada das forças aliadas para a outra margem do rio Paraná. Assim, naquele local, em 24 de maio de 1866, após longos e intensos combates, finda a que foi considerada a maior batalha campal da América Latina e uma das mais importantes e sangrentas na Guerra, quando cerca de 32 mil combatentes aliados rechaçaram os ataques de 23 mil paraguaios. O saldo chegou perto de 12.000 baixas no lado guarani e 4.000 entre os aliados.

Nesse combate, chamado de "A Batalha dos Patronos", sobressaíram-se, em atos de abnegação, exemplo e heroísmo, o brigadeiro Antônio de Sampaio, morto em combate, o general Manuel Luís Osorio, marquês do Herval, e o tenente-coronel Emílio Luís Mallet, barão de Itapevi. Posteriormente eles foram

consagrados, respectivamente, como patronos das armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia do Exército Brasileiro.

Esta edição da Revista do Exército Brasileiro traz rememorações, estudos e pesquisas sobre tais episódios. A coragem, o destemor, a bravura e o amor à Pátria são apenas alguns dos ingredientes que permeiam os atos desenvolvidos na ocasião. O sangue derramado tingiu de púrpura o solo dos combates, contribuindo para a defesa e a manutenção da integridade e da grandeza de nosso amado Brasil. Honra e glória aos nossos heróis!

Estamos em 2016, pleno século XXI. Estão decorrendo 150 anos daquela tempestade; as questões que levaram à tragédia estão superadas; os fatos são rememorados e servem de ensinamento. Mas, e agora? Grandes indagações nos inquietam no presente, quanto ao futuro do nosso país, frutos de novos óbices. As lições do passado somente serventia se forem absorvidas e aplicadas nos procedimentos atuais, para evitar a repetição de problemas e canalizar esforços benéficos. Fazemos isso? Temos cultura de planejamento estratégico? O Brasil está preparado? Fazemos (nós, estudiosos) a nossa parte?

Os desafios ao desenvolvimento são portentosos. É imprescindível direcionar esforços para objetivos econômicos, de infraestrutura, de saúde, de segurança, de educação e pesquisa, perfeitamente delineados, e cooperar para a paz e o entendimento entre as nações.

Contudo, para se conquistar e manter a paz, é necessário estarmos preparados para a guerra. E a melhor forma de se conseguir isso é, além de fazer investimentos permanentes em pessoas e em meios materiais, estudá-la profundamente. Não se esquecendo, nunca, de fortalecer o poder militar. A guerra, que ninguém deseja, mas que faz parte da vida humana, é uma responsabilidade de toda a nação, tanto sua prevenção quanto sua execução. O único defensor da soberania nacional é o povo, tanto o segmento civil como o militar.

Como diziam os antigos romanos, "*si vis pacem, para bellum*" — "se queres a paz, prepara-te para a guerra".

Boa leitura!

- 
- 5 **A Guerra da Tríplice Aliança no processo de consolidação do Exército e do Estado Nacional Brasileiro**
Andre Marcos Pereira
- 12 **Os Voluntários da Pátria na Guerra da Tríplice Aliança**
Claudio Luiz de Oliveira
- 34 **150 anos do combate da ilha da Redenção**
Cláudio Skora Rosty
- 49 **Passo da Pátria — a Normandia Sul-Americana**
Luiz Augusto Rocha do Nascimento
- 58 **As moradas eternas do brigadeiro Sampaio**
Júlio Lima Verde Campos de Oliveira
- 64 **O combate na ilha da Redenção**
Luciano Rocha Silveira
- 69 **Ações navais para o combate da ilha da Redenção**
Luiz Augusto Rocha do Nascimento
- 82 **Tributo ao brigadeiro Sampaio**
Olidnéri Bello

A Guerra da Tríplice Aliança no processo de consolidação do Exército e do Estado Nacional Brasileiro

Uma análise prospectiva segundo a teoria foucaultiana da guerra

*Andre Marcos Pereira**

RESUMO

O presente artigo enfoca a Guerra da Tríplice Aliança a partir da narrativa foucaultiana da guerra. Os conhecimentos apresentados visam à reflexão sobre o significado da aplicação dessa teoria ao discurso histórico relacionado à formação e consolidação tanto do Exército quanto do Estado Nacional Brasileiro. Por considerar que o espaço-tempo da Guerra da Tríplice Aliança é, sob o viés historiográfico, permeado pelos discursos afetos à História Política, torna-se necessário recolocar a guerra como uma das principais matrizes de construção da nacionalidade, sendo o Exército Brasileiro, partícipe efetivo desse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Estado. Exército Brasileiro. Narrativa da Guerra. Tríplice Aliança.

Introdução

A História do Exército vincula-se tanto ao processo de formação como de consolidação do Estado Nacional Brasileiro. Embora a episteme do termo Estado possua uma acepção bastante ampliada nos estudos de Ciência Política, ela não se desvincula de sua matriz moderna, fundada no princípio hobbesiano da ordem, na qual a soberania ocupa um lugar central.

Ao considerar os processos cílicos que determinaram a atual configuração política na-

cional, percebe-se que as construções jurídicas devotadas à instrumentalização dessa soberania somente se efetivam na medida em que o Estado se consolida no âmbito de suas marcas territoriais, sendo tal consolidação inexoravelmente definida pelas circunstâncias da própria guerra. Nesse aspecto, considerando-se a universalidade do tema, aplicado tanto aos estudos de História como da Ciência Política, é relevante assinalar o significado que a Guerra da Tríplice Aliança, notadamente a maior batalha campal da América do Sul, exerceu sobre os processos de construção e modernização do país.

* Maj QCO (Magistério, História; EsAEx/96 e EsAO/05), graduado em História (UECE/95), especializado em História do Brasil (UFSM/93), mestre em Integração Latino-Americana (UFSM/01) e professor do Colégio Militar de Fortaleza.

Do preâmbulo da guerra: a intricada geopolítica do Prata

No transcurso secular moderno, a guerra esteve na origem da definição jurídica e política do Estado, tendo ainda, segundo a historiografia Política, sido diretamente responsável pela instituição da ordem nacional moderna.¹

A intricada geopolítica do Prata tem sido uma referência “macro” nos estudos do maior conflito armado da América do Sul. A despeito das tradições históricas que, via de regra, divergem sobre alguns aspectos, essa geopolítica tem sido colocada na origem dos principais conflitos platinos.

Historicamente isso é compreensível na medida em que o antigo Vice-Reinado do Prata², instituído em 1776 pela Coroa Espanhola, despertava também o interesse do Império Português. As escaramuças envolvendo disputas pelo controle da Colônia do Santíssimo Sacramento, seguidas dos Tratados de Limites (1750-1801) e, por conseguinte, de um enorme esforço diplomático na expectativa de definir suas marcas territoriais, denotam o quanto essa região concentrava interesses geopolíticos antagônicos.

Essa bilateralidade afeita aos impérios Português e Espanhol não foi esquecida pelas jovens nações platinas em seu esforço de construção e consolidação de suas respectivas nacionalidades. Como as relações entre os Estados Nacionais são caracterizadas pela assimetria, era politicamente compreensível que conflitos pontuais se exacerbassem, lançando as nacionalidades na beligerância da própria guerra.

A solução definitiva para esse histórico de conflitos, envolvendo o Império Brasileiro, Argentina, Paraguai e Uruguai, sobreveio apenas com o desfecho da Guerra do Paraguai, Guerra

da Tríplice Aliança ou Guerra Grande como é conhecida no âmbito da sociedade paraguaia.

Com o seu desfecho, sobreveio a ordem jurídica, definindo-se, dessa forma, o exercício da soberania nacional nos espaços nacionais platinos a partir de então.

Nessa primeira parte, pode-se perceber, mesmo de forma eventual, o quanto a conjuntura histórica e política platina constituía-se em um *continuum* da própria guerra. Nesse aspecto, é relevante assinalar que os Estados Nacionais Platinos, mesmo não mantendo um estado de beligerância permanente, viam-se por vezes arrolados em conflitos pontuais³ que se configuravam como tentativas de consolidação de suas influências geopolíticas regionais.

Segundo Foucault (1989 p. 53), “[...] a guerra é fundamento indelével de todas as relações e das instituições de poder”. Nesse viés, é significativo destacar que a presença política e militar do Império Brasileiro na região Platina foi determinante na posterior ordem jurídica e política nacional.

Da guerra: importância da batalha de Tuiuti no *continuum* da guerra

A política é a continuação da guerra por outros meios.⁴

MICHEL FOUCAULT

A História Militar é parte integrante dos estudos históricos, ocupando-se dos aspectos militares e, concomitantemente, de seus desdobramentos políticos. A batalha, quando inserida no contexto da própria guerra, não é um fato isolado, ligando-se, de forma processual e unívoca, aos designios políticos do Estado-Nação Moderno.

A maior batalha campal da América do Sul está, portanto, intrinsecamente ligada à

construção da nacionalidade brasileira. Além de ter no Exército o seu principal protagonista e perpetuador institucional, Tuiuti ainda tem o poder de suscitar as ilações da memória, de cujo objeto a História não pode prescindir.

Naturalmente o interesse do Exército em perpetuar a memória campal de Tuiuti liga-se à sua identificação profunda com as causas da nacionalidade brasileira, donde se sobressaem, além das questões relacionadas à soberania e à integridade territorial, os elementos de cunho social das quais provém a sua própria formação e constituição.

Diferentemente de diversas tradições históricas, a guerra e, por extensão, a batalha, não se constitui em mero fato causal ou consequencial que se inscreve em determinado processo. Ao contrário, ela é protagonista da ordem jurídica e política que subjaz aos processos de construção nacionais. Foucault, ao proferir de forma efusiva a frase "[...] quem percebeu, no sangue e na lama das batalhas, o princípio da inteligibilidade da ordem" (1999, p. 121), durante os cursos ministrados no *College de France*⁵, denota o quanto a apropriação de fatos marcantes da História, notadamente aqueles relacionados à guerra em si, está harmonizada com os discursos de ordem que os substituem em tempos de paz.

É precisamente nesse léxico que o Exército se apropriou da batalha de Tuiuti no sentido de veiculá-la aos objetivos de construção do Estado Nacional Brasileiro, em um momento em que outras categorias da sociedade ainda não tinham, de forma clara, nem em termos de ideais nem de significados, o que efetivamente representava um projeto de Estado-Nação.

A batalha de Tuiuti também foi rememorada e comemorada institucionalmente pelo Exército durante as quatro décadas seguintes. A

esta análise soma-se o fato de essa instituição ter como patronos das três primeiras armas figuras importantíssimas e diretamente responsáveis pela vitória brasileira (e aliada) em Tuiuti, quais sejam: brigadeiro Sampaio, marechal Osorio e marechal Mallet, respectivamente, patronos das armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia. Nesse mesmo viés, a escolha do duque de Caxias como patrono da Instituição representa o ápice dessa tradição, inexoravelmente enraizada na identificação do Exército com a legalidade e com a manutenção da soberania e da integridade nacional.

Diferentemente de outras batalhas que tiveram apenas forças brasileiras e paraguaias como protagonistas, a exemplo das batalhas do Avaí e do Riachuelo, celebrizadas nas obras de Pedro Américo e Vítor Meirelles, respectivamente, Tuiuti não figura no panteão estético nacional. Nas obras desses autores, percebe-se a presença do ideal romântico, cujo objeto era a própria guerra que, no plano estético, alinhava-se aos ideais de construção e consolidação nacionais. Além disso, soma-se o fato de nem o governo imperial nem o republicano terem encomendado quadros ou obras visuais que enaltecessem a importância de Tuiuti nesse processo, acrescendo-se ainda o fato de tal batalha ter ocorrido no ano de 1866, momento em que o Estado Brasileiro lutava ao lado de forças argentinas e uruguaias.

Na esteira das construções identitárias nacionais pós-1870, os Estados platinos naturalmente privilegiariam ainda a encomenda de obras específicas, como forma de valorizar os seus feitos isoladamente, uma vez que as antigas dúvidas ou querelas espaciais ou políticas anteriores a 1865 haviam chegado a um bom termo com o término da Guerra da Tríplice Aliança.

Entretanto a batalha de Tuiuti, dada a sua amplitude e o seu caráter decisivo para os rumos da própria guerra, é considerada, sob o viés historiográfico, um ícone da História Militar Sul-Americana. Ela foi o último ato de beligerância no qual os Estados Nacionais Platino entenderam até onde iriam (ou poderiam ir), definindo, dessa forma, as suas concretas possibilidades de influência regional.

Na concepção foucaultiana da guerra, a ação do Exército Brasileiro em Tuiuti, personificada e rememorada através do legado de seus patronos, pode ser tida como tributária de uma construção histórico-política muito mais ampliada. Além de representar os interesses imperiais no plano militar, de definir as estratégias responsáveis diretamente pelo êxito em batalha, ela reivindica no tempo histórico a sua própria subjetividade. Para além da História Política, esse fato qualificado de guerra pura⁶ por Foucault vem ocupar inclusive o campo da Filosofia da História, uma vez que coloca no centro das discussões inerentes à História Militar o papel que a guerra exerce na instituição dos estados de ordem e de inteligibilidade, considerando-se nesse contexto os processos de construção nacionais da segunda metade do século XIX.

Da Guerra continuada por outros meios: a definição de limites no Prata e a importância do Exército no processo de modernização do Estado Brasileiro

.../ Quem enxergou a guerra como filigrana da paz, quem procurou, no barulho da confusão da guerra, quem procurou na lama das batalhas, o princípio da inteligibilidade da ordem, do Estado, de suas instituições e de sua história.

FOUCAULT, 1999

As relações entre os Estados Nacionais são relações de força, cuja assimetria remete ao princípio da inteligibilidade da ordem, isto é, ao processo de formação dos Estados Nacionais que tiveram sua origem e consolidação no seio da própria guerra. Dessa observação depreende-se um aspecto crucial fundamentado, via de regra, na importância que a guerra tem exercido nos processos históricos.

Na acepção do filósofo francês, cujo esforço hermenêutico e erudição incontestável foram concebidos no sentido de inserir a guerra como categoria universal de investigação histórica, merece destaque o seguinte aforismo:

E esse discurso histórico-político que aparece nesse momento é, ao mesmo tempo, um discurso sobre a guerra entendida como relação social permanente, como fundamento indelível de todas as relações e de todas as instituições de poder. (Foucault, Michel. 1999)

Ao veicular seu uso como uma relação social permanente, há que se considerarem as especificidades nas quais essa mesma relação se efetiva no próprio tempo histórico. No caso específico do Exército, muito mais que um fim em si mesmo, ela constitui-se na própria expressão de seu objeto que, no campo da investigação histórica, é atemporal.

Necessário se faz, contudo, observar que essa inferência epistemológica não se liga literalmente ao historicismo⁷, uma vez que recoloca a História Política no espaço-tempo da contemporaneidade, cujo vínculo hermenêutico não se reduz ao viés identitário ou político-nacional de forma estanque. Isso significa dizer que a inserção efetiva do Exército a partir do pós-guerra da Tríplice Aliança nos processos de construção e modernização nacional transcendeu o viés po-

lítico, tendo a sua ação sido voltada para vários aspectos relacionados tanto à afirmação como à modernização nacional.

Retomando a questão das nacionalidades, René Remond (2002, p. 73) observa que as relações internacionais do período situado entre 1840-1870 praticamente limitaram-se à resolução de questões e litígios fronteiriços locais ou regionais, devido, essencialmente à necessidade que os Estados Nacionais do ocidente tiveram de consolidar as suas influências regionais. Nesse contexto, as guerras, provocadas ou não, eclodiram em distintos espaços-tempo do ocidente contemporâneo (Guerra Franco-Prussiana, Guerra de Secessão Estadunidense, Guerra da Criméia e, por extensão, a própria Guerra do Paraguai).

Analizando-se de forma conjuntural, percebe-se que a atuação do Exército Brasileiro transcendeu, inclusive, o exercício de um preceito constitucional e soberano posto a partir de 1865. Mais que tratar da defesa dessa soberania, coube ao Exército desempenhar um papel predominante no processo de modernização desde então. Em outras palavras: é a partir desse léxico teórico, fundado no princípio de que a "política é a continuação da guerra por outros meios", que se pode alinhar o Exército aos desígnios do Estado-Nação Brasileiro em tempos de paz.

Ao se falar em Estado-Nação em tempos de paz, cumpre lembrar que esse desígnio não circunscreve exclusivamente ao papel político desempenhado pelo Exército na História nacional pós-guerra da Tríplice Aliança. Nesse sentido, faz-se necessário tal chamamento, uma vez que essa abordagem foi, durante quase dois séculos, dominante e sistematicamente reproduzida no ensino regular formal. Apenas em casos raros, circunscritos à comunidade acadêmica, é

que a atuação do Exército nos processos de modernização nacional pôde ser abordada de forma mais efetiva.

Retomando a perspectiva foucaultiana da guerra, percebe-se que a ordem política posterior passaria a compreender as lutas existentes e preexistentes à ordem de batalha. Evidentemente, nessas relações binárias que se seguem à guerra, os embates continuariam a ser praticados nos campos do Direito e das demais esferas circunscritas ao exercício do poder do Estado. Nesse quesito, é relevante pontuar que o Exército continuou participando da História nacional de forma bastante ativa, mantendo uma coerência interna, que, em linhas gerais, alinhava-se aos propósitos da manutenção da integridade e dos processos cíclicos de modernização nacional.

Isso pode ser percebido nas impressões sobre o soldado e o militar brasileiro de forma geral⁶, fato que, uma vez compartilhado pela imprensa e pela sociedade brasileira, fortaleceu a imagem do próprio Exército no contexto *societal* do país. O apreço institucional às causas da soberania, da integridade e da modernização nacional é, dessa forma, tributário da Batalha de Tuiuti, cuja "trans-historicidade" tem sido inegotável. Evocar a sua memória por ocasião de seus cento e cinquenta anos significa abrir uma janela para que os historiadores, desde os dilettantes até aqueles mais familiarizados com a episteme⁷ da Filosofia da História, possam estudá-la a partir de sua "trans-historicidade" relevante e não menos singular.

Considerações Finais

Além do fato de a guerra ter ocorrido na segunda metade do século XIX, portanto, em um período da História Ocidental mar-

cado pela consolidação das nacionalidades, é relevante pontuar que, nesse contexto, ganhava fôlego tanto o historicismo quanto o positivismo. Foi com base no primeiro que os grandes chefes e líderes militares de Tuiuti foram aclamados pelo Exército e colocados no panteão dos heróis nacionais, que, além de suas virtudes militares, representavam tanto o ideal da soberania nacional quanto o da manutenção da integridade territorial a qualquer custo, sendo a atemporalidade dessas premissas uma condição universal que enjeita tanto o processo de formação do Exército quanto a sua projeção de futuro.

Naturalmente, observando-se as tendências da História Política aplicadas aos estudos da História Militar contemporânea, há que se transcender ao historicismo, analisando-se, dessa forma, a influência que a Guerra da Tríplice Aliança e a maior batalha campal da América do Sul tiveram no processo de consolidação do Exército e do

Estado Brasileiro segundo critérios historiográficos, metodológicos e teóricos.

No caso particular da Guerra da Tríplice Aliança, foi possível estabelecer um recorte teórico a partir do momento em que o Estado Imperial Brasileiro, detentor legítimo do monopólio do exercício da força, institui o Exército como mantenedor da soberania no contexto beligerante da guerra. Ao protagonizar a vitória em Tuiuti, a importância do Exército ultrapassa os elementos relacionados à sua consolidação como força armada regular, profissional e moderna, reforçando ainda mais a sua intrínseca relação com as causas da integridade nacional. Essas duas nuances tornaram-se social e historicamente plenas na medida em que a Guerra da Tríplice Aliança mobilizou a sociedade de forma significativa, transformando o poder militar do Estado em força política capaz de criar as condições de sua própria modernização. ¹²²

Referências

- CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. Vol 2. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- REMOND, René. (org) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1999.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Nota do autor.

² O Vice-Reinado do Prata foi instituído em 1776 e compreendia a atual Argentina, Uruguai, Paraguai, além de partes do Alto Peru (Bolívia).

³ Esse séquito de guerras pontuais pode ser definido pelas guerras envolvendo o Império Brasileiro pelo controle da Província Cisplatina (1825-28) e pela Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52).

⁴ Com esse aforismo, Foucault inverte a narrativa da guerra, classicamente proposta por Karl Von Clau-

sewitz, segundo o qual a guerra se traduzia na continuação da política por outros meios. (Cf. Foucault, 1999, capa).

⁵ Foucault, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Rio de Janeiro, Martins Fontes. Tal obra, não tão conhecida como outros clássicos do autor, refere-se aos cursos ministrados no College de France, durante os anos de 1975 e 1976.

⁶ Na acepção teórica foucaultiana, relaciona-se aos desdobramentos da própria guerra, tais como batalhas, tratados, ordens de batalha, armistícios etc.

⁷ Tradição histórica contemporânea dos nacionalismos e do idealismo romântico oitocentista. Entre suas características centrais está o legado fenomenológico hegeliano e diltheyano, fundado no princípio idealista de que o Estado personifica, no plano político e social, a máxima realização do espírito humano.

⁸ [...] "a ninguém se podia confiar tanta autoridade a não ser a Caxias, por ser o militar brasileiro mais importante, tanto com respeito à patente, como pelo prestígio de que gozava". (Doratioto, 2002, p. 255).

⁹ Na acepção foucaultiana, episteme é concebida como o alicerce teórico comum a uma determinada disciplina.

Os Voluntários da Pátria na Guerra da Tríplice Aliança

Mobilização e desmobilização do 26º Corpo de Voluntários da Pátria (Ceará)

Claudio Luiz de Oliveira*

Os Conflitos no rio da Prata até 1864

Os conflitos na região do rio da Prata entre os ibéricos eram frequentes desde que os portugueses fundaram a colônia do Sacramento. Os lusos e hispânicos deram lugar aos argentinos, brasileiros, paraguaios e uruguaios, cada um defendendo os seus interesses, que, de acordo com o momento histórico, podem atender a intenções divergentes, sempre balizadas pelas suas políticas de Estado ou de Governo.

Essa luta se intensificou a partir da incorporação da Banda Oriental¹ ao Brasil com o nome de Província Cisplatina, em 1816, no mesmo momento em que Argentina e Paraguai surgiam do desfazimento do Vice-Reino do Prata. Nessa época, Dom João voltou a sua atenção para o rio da Prata, pois sempre fora uma aspiração lusitana estabelecer nele a fronteira sul com os domínios da Espanha.

Essa atitude gerou diferenciadas reações entre os uruguaios porque uns desejavam a manutenção dos antigos laços com Buenos Aires, e outros almejavam a criação

de um novo Estado, com centro em Montevidéu, que incorporasse toda a região do pampa e a Mesopotâmia Argentina. Foi nesse contexto que a Argentina financiou a expedição de João Antonio Lavalleja em 1825, que originou a Independência da Cisplatina, em 1828, com o nome de República Oriental do Uruguai.

Nos anos que se seguiram, o Império do Brasil travou combate contra Oribe (Uruguai) e Rosas (Argentina), em 1851 e 1852, respectivamente. Na década seguinte, eclodiu a guerra civil uruguaia entre *blancos* e *colorados*. O Império Brasileiro apoiou general Venâncio Flores (colorado), enquanto que o general Aguirre (blanco) solicitou a ingerência de marechal Solano López. Este protestou junto ao governo brasileiro, por meio de ameaça de intervenção contra a ação no Uruguai.

Em 1º de janeiro de 1863, tropas brasileiras adentraram o Uruguai, passando por Paissandu, seguindo, em janeiro de 1864, para a capital do país. Solano López, em resposta, aprisionou o mercante brasileiro Marquês de Olinda, em 10 de novembro de 1864. O arcabouço para o maior conflito bélico da

* Cel Cav (AMAN/79), doutor em Ciências Militares (ECEME/96), especialista em Política, Estratégia e Administração Militar (ECEME/05), pós-graduado em História Militar (UNISUL/14) e pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército.

história militar sul-americana estava pronto. O ambiente histórico advindo do Primeiro Reinado e a antiga disputa colonial entre Portugal e Espanha, somados às condições econômicas representadas pela economia pastoril no sul do Brasil e ao controle da navegação do rio da Prata e seus tributários, fizeram com que aquela região de fronteira se caracterizasse por disputas violentas entre a Monarquia Brasileira e as Repúblicas Platinas.

O Exército Imperial

DECRETO IMPERIAL

*Dá organização aos Corpos de 1º e 2º linha do Exército
Sendo muito conveniente que os Corpos do Exército
tomem huma Organização tão regular em sua força,
e numeração, quanto as circunstâncias permitem:
Hei por bem que, provisoriamente, tenha execução
a Tabella, que com este baxa, assignada por João
Vieira de Carvalho, do Meu Conselho, Ministro
e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra.
O Conselho Supremo Militar o tenha assim
entendido, e o faça executar.*

*Paço em o 1º de Dezembro de mil oitocentos e vinte
quatro, Terceiro da Independencia, e do Imperio.
Com a Rubrica de sua Magestade Imperial.*

João Vieira de Carvalho.

*Cumpra-se, e registre-se, e o Secretario da Guerra
remeta Exemplares a todos os Presidentes,
e Governadores das Armas.
Rio de Janeiro dous de Maio de mil oitocentos e vinte cinco.
(N. do A.: A grafia original foi preservada.)*

motivos de tal atitude. Os políticos temiam o retorno do antigo monarca. O governo garantia, apenas, o fornecimento básico para o funcionamento do exército: faltavam homens, armamentos, víveres, ou seja, todas as condições necessárias para formação e manutenção de uma força militar nacional capaz de defender os objetivos nacionais permanentes de um estado soberano.

A sociedade brasileira do século XIX, assim como o governo, não considerava o militar como alguém de destaque social. Dessa forma, o Exército era visto como depositário de desqualificados e desocupados. Nesse clima o governo imperial criou, em 18 de agosto de 1831, a Guarda Nacional.

As lutas travadas na bacia do rio da Prata eram realizadas por um pequeno efetivo do Exército e pelo emprego maciço da Guarda Nacional, com a ajuda financeira dos estancieiros, que resolviam os problemas na fronteira. Entretanto, essa união de forças foi incapaz de enfrentar os 80.000 mil soldados de Solano López.

Ao eclodir o conflito, o Governo Imperial determinou a constituição de forças com objetivos estratégicos diferentes: o 1º Corpo de Exército (1º CEx) vindo de Montevidéu, onde estava o brigadeiro Manoel Luís Osorio, que acabava de participar da campanha do Uruguai, e o 2º CEx, sediado em Uruguaiana sob o comando tenente-general Manoel Marques de Souza, o barão de Porto Alegre, para conter a invasão paraguaia vinda de São Borja; e uma força expedicionária formada por tropas vindas das províncias de São Paulo e Minas Gerais com a missão de operar ao sul do Mato Grosso.

Nos anos que se seguiram à Independência, o governo relegou o seu exército a um segundo plano, quando essa força terrestre passou a ser considerada pelas autoridades imperiais como uma ameaça à estabilidade política do império. A inclusão de portugueses junto ao oficialato e a indisciplina das praças, que participavam de motins, arruaças e tumultos no período regencial, foram os

O Exército estava pronto para combater em regiões específicas e nas fronteiras, mas não em uma guerra nacional. Assim sendo, inferimos que a força terrestre não tinha relevância para o Império antes de 1864, uma vez que ocupava um lugar absolutamente destituído de significado na sociedade.

A Guarda Nacional

A Guarda Nacional, criada durante o transcurso da Regência Permanente, era subordinada ao ministro da Justiça, à época o padre Diogo Antônio Feijó. Sua missão era defender a constituição, a liberdade, a independência e a integridade do império; manter a obediência às leis, conservar e restabelecer a ordem e a tranquilidade pública; e, finalmente, auxiliar o exército na defesa do litoral e das fronteiras. A Lei nº 602, de 19 de setembro de 1850, reorganizou a Guarda Nacional, compartilhando a subordinação ao ministro da Justiça e aos presidentes de província. Dessa forma, foi determinada a sua instituição em todo o Império, tendo por base os municípios.

A Guarda Nacional passou a ser constituída por unidades das três armas. Ao norte e ao centro do país, predominavam as organizações militares de Infantaria, enquanto que, na região sul, a quase totalidade era constituída pela Cavalaria. Os guardas nacionais, quando necessário, formavam destacamentos para suprir as faltas dos corpos de polícia para o serviço de escolta de remessas de numerário e bens da nação ou província; socorro a algum município no caso de sedições, insurreições, rebeliões ou qualquer caso de comoção. Os destacamentos ficavam sujeitos à autoridade civil.

Em 21 de janeiro de 1865, o Governo Imperial convocou 14.796 guardas nacionais, para a luta contra Solano López, com a finalidade de fortalecer o Exército na região sul do território brasileiro. Entretanto, houve resistência ao cumprimento do decreto-lei, por parte dos guardas nacionais, fator gerador de um grande número de substituições, tendo em vista que o Decreto-Lei nº 3513, de 12 de setembro de 1864, favorecia a possibilidade de substituição de um guarda nacional por outra pessoa em seu lugar para o serviço do Exército pelo tempo de nove anos, com idoneidade regulada pelas Leis Militares.

Entre outros aspectos que causaram desmotivação nos Guardas Nacionais para combater nessa guerra, havia o receio de que essa Força Militar fosse incorporada ao Exército, pois um dos piores castigos para a população livre era servir nessa Força de Linha, além do fato de os Guardas Nacionais saírem de seus municípios, abandonando seus empregos públicos, propriedades ou negócios, podendo perder seus patrimônios, devido a sua ausência com o desenrolar dessa campanha militar.³

Os Voluntários da Pátria

O Decreto Imperial nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865, criou o Corpo de Voluntários da Pátria (CVP), convocando os Voluntários da Pátria e os Guardas Nacionais com a finalidade de ampliar o contingente do Exército Imperial, fazendo frente ao ataque de seu belicoso vizinho.

O *Jornal do Commercio* do dia 9 de janeiro de 1865 publicava o seguinte decreto:

Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865
Crêa Corpos para o serviço de guerra em circunstâncias extraordinárias com a denominação de – Voluntários da Pátria –, estabelece as condições e fixa as vantagens que lhes ficão competindo.

Attendendo ás graves e extraordinarias circunstancias em que se acha o paiz, e a urgente e indeclinavel necessidade de tomar, na ausencia do Corpo Legislativo, todas as providencias para a sustentação, no exterior, da honra e integridade do Imperio, e Tendo Ouvido o Meu Conselho de Ministros, Hei por bem Decretar: ART. 1º São creados extraordinariamente Corpos para o serviço de guerra, compostos de todos os cidadãos maiores de dezoito e menores de cincuenta annos, que voluntariamente se quizerem alistar, sob as condições.⁴ (N. do A.: A grafia original foi preservada.)

Apelando para o sentimento de patriotismo que tinha tomado conta do Brasil no inicio da guerra, o governo procurou reunir os voluntários que se alistavam espontaneamente.



Figura 1 – Distintivo dos Voluntários da Pátria
Fonte: //verdadesmonarquicas.blogspot.com.br

Art. 11. Todos os voluntarios de que trata este Decreto trarão no braço esquerdo uma chapa de metal amarelo com a Coroa Imperial, tendo por baixo as seguintes palavras – Voluntarios da Patria –, da qual poderão usar mesmo depois da baixa.⁵

(N. do A.: A grafia original foi preservada.)

Cada Corpo de Voluntários da Pátria, além do distintivo comum, usava um uniforme próprio. É possível observar, apesar da diversidade desses fardamentos, o distintivo no braço esquerdo de cada soldado, que identificava aqueles brasileiros que atenderam ao chamamento da nação.



Figura 2 – Fardamento dos Voluntários da Pátria
Fonte://semioticas1.blogspot.com.br

A Mobilização

O esforço de guerra desencadeado em todo o território brasileiro condenava a população em geral a empunhar armas em defesa da Pátria invadida por forças estrangeiras. O conflito imprimiu a necessidade de implementação de uma organização bélica nunca antes empreendida pelo Governo Imperial, obrigando-o a recrutar e armar homens em larga escala — o que deu grande relevo institucional ao Exército naquele momento.⁶

Entretanto, a guerra, que se acreditava ser breve e de vitória fácil, estendeu-se por mais de cinco anos, provocando grande desgaste para Monarquia, pois, já em 1865, as necessidades eram superiores às disponibilidades de pessoal. Em decorrência desse fato, passou a ser adota-

do o recrutamento forçado, instituído por chefes políticos locais.

(...) fator que contribuiu para prolongar o que inicialmente parecia ser um "breve conflito". Apesar do concurso inicial de milhares de voluntários, gradativamente as fileiras do Exército Brasileiro foram sendo preenchidas por escravos liberos, índios, criminosos comuns, migrantes rurais e pobres das cidades.⁷

REGIÃO	PROVÍNCIA DO IMPÉRIO	SUBTOTAL	TOTAL
Norte	Amazonas	367	2.451
	Pará	2.084	
Nordeste	Maranhão	2.385	26.081
	Piauí	1.420	
	Ceará	2.037	
	Rio Grande do norte	814	
	Paraíba	1.472	
	Pernambuco	5.793	
	Alagoas	1.591	
	Sergipe	1.405	
	Bahia	9.164	
Leste	Minas Gerais	2.158	14.578
	Espírito Santo	625	
	Rio de Janeiro	4.667	
	Município Neutro da Corte	7.128	
Sudeste	São Paulo	4.824	4.824
Sul	Paraná	613	4.916
	Santa Catarina	1.103	
	Rio Grande do Sul	3.200	
Centro-Oeste	Goiás	275	1.692
	Mato Grosso	1.417	
Uruguai	Montevideu	450	450
	TOTAL		54.992

Tabela 1 – Tributação dos Voluntários da Pátria

Fonte: elaboração do autor

Cumpre destacar que a tributação não atendeu plenamente as necessidades do esforço de guerra. Fato de fácil comprovação pela observação dos efetivos que cada província e o Município Neutro da Corte enviaram ao Teatro de Operações.

Se, no primeiro ano de hostilidades, o processo de recrutamento transcorreu com certo apoio popular — mesmo já existindo resistências e conflitos —, a partir de 1866, a situação se deterioraria vertiginosamente, tornando-se extremamente delicada.

Decreto nº 3.725-A, de 6 de Novembro de 1866

Concede liberdade gratuita aos escravos da Nação designados para o serviço do exército

Hei por bem Ordenar que aos escravos da Nação que estiverem nas condições de servir no exército se dê gratuitamente liberdade para se empregarem naquelle serviço; e, sendo casados, estenda-se o mesmo benefício às suas mulheres.⁸

(N. do A.: A grafia original foi preservada.)

O Império, então, passou a prometer alforria para os que se apresentassem para a guerra. Isso fez com que escravos fugissem e se apresentassem aos recrutadores com nomes falsos, para despistar seus senhores.

A mobilização do 26º Corpo de Voluntários da Pátria

A notícia sobre a expedição do Decreto Imperial nº 3.371 chegou à capital no dia 29 do mesmo mês, despertando na população cearense o desejo de defender a integridade do Império. Nesse mesmo dia, o jovem Israel Bezerra de Menezes⁹ se apresentou, como voluntário, ao Dr. Lafayete Rodrigues Pereira, presidente da Província do Ceará.

O furor do movimento foi tão intenso, que, em meados do mês de março, o efetivo alistado já ultrapassava os 300 homens. O presidente da Província, em ofício ao ministro da Guerra, informou sobre a disponibilidade de voluntários apresentados e solicitou que os mesmos fossem colocados sob o comando do brigadeiro Antônio de Sampaio, como forma de inspirar os futuros combatentes pela conduta, virtude e feitos do filho ilustre das terras cearenses. Entre os primeiros alistados, destacam-se 150 voluntários do Município de Baturité.

Às 2 horas da tarde, retirei-me de palácio na resolução de fazer uma passeata a qual realizou-se, terminando às 8 horas da noite, sendo, nesta ocasião, alistados 53.

Em vista de tão crescido número de alistados, ordenou o Presidente que fossem estes aquartelados no quartel da G.N., onde ficou sendo o depósito para receber os que se quisessem alistar.

Poucos dias depois do meu oferecimento, fui mandado pelo Presidente em Comissão a Messejana, Soure, Maranguape, Pacatuba e Baturité e outras localidades a fim de angariar voluntários, o que fiz com os melhores resultados e satisfação do Governo.¹⁰ (N. do A.: A grafia original foi preservada.)

Os cearenses deixaram a capital em seis de abril, a bordo do vapor Jaguaripe,

com destino ao Município Neutro da Corte, onde aportou, na cidade do Rio de Janeiro, no dia 20 do mesmo mês. No translado, a tropa foi organizada e conduzida pelo tenente-coronel (GN) José Nunes de Melo. Ao deixar o Ceará, a tropa recebeu das mãos das senhoras de Fortaleza a Bandeira Nacional, após a benção eclesiástica do vigário-geral do Bispado, Hipólito Gomes Brasil, que seguiria com os cearenses a todos os rincões das terras da banhadas pela bacia platina.

Ao chegar à Corte, o efetivo nordestino foi aquartelado no Asilo de Santa Leopoldina, em Praia Grande, localizado na cidade de Niterói, Província do Rio de Janeiro. No mês seguinte, um segundo contingente de cearenses conduzido pelo tenente-coronel Antônio Peregrino Viriato de Medeiros chegou à capital fluminense, onde ficou, também, aquartelada.

Ainda nesse mês de maio, o Aviso do Ministro da Guerra do dia 22 nomeava o capitão do Exército Imperial (EI) Joaquim Francisco Figueira Melo, major em Comissão (C), para exercer o comando do futuro 26º Corpo de Voluntários da Pátria (CVP).

Na fase de fusão dos contingentes, na organização da unidade e no deslocamento para a Argentina, a tropa foi conduzida pelo major (C) Capitão do Exército Imperial (EI) Raymundo Remígio de Melo, fiscal do 26º CVP, nomeado no mesmo Aviso do dia 22 de maio.

A bordo do navio transporte São Francisco, 588 homens (21 oficiais e 567 praças) partiram da Corte do Rio de Janeiro em direção ao porto de Buenos Aires no dia 22 de junho. A tropa permaneceu

seis dias na cidade portenha, quando foi organizada definitivamente de acordo com a Ordem do Dia nº 454, de 21 de junho de 1865, da Repartição da Ajudância-General.

Ainda com claros em seu efetivo, o 26º de Voluntários embarcou no vapor Uruguai com destino à cidade de Concórdia, onde se encontrava o Exército Imperial, comandado pelo brigadeiro Manoel Luis Osorio. No dia 15 de julho, o 26º é incorporado ao Exército, ficando provisoriamente subordinado à 4ª Brigada de Infantaria cujo comando era exercido pelo brigadeiro Antônio de Sampaio. Dessa forma, o marquês do Herval atendia ao pleito do presidente da Província do Ceará, Dr Lafayette Rodrigues Pereira.

Ainda no Acampamento de Concórdia, chegou o terceiro contingente oriundo do Ceará. O brigadeiro Osorio determinou a incorporação imediata da tropa recém-apresentada ao 26º CVP. O efetivo era representado por guardas nacionais do próprio estado e um reforço de três oficiais e oitenta praças. No final desse mesmo mês, o Maj Figueira de Mello se apresentou para assumir o comando de sua unidade.

Na manhã de 24 de julho, o Exército Imperial, constituído por 17.500 soldados com apoio de 32 bocas de fogo, está pronto para o combate. O 26º Corpo de Voluntários da Pátria completou o seu efetivo de subalternos conforme especificado no **Quadro 1**.

Em 11 de agosto, o Exército marchou na direção da cidade de Mercedes, ponto central da Província de Corrientes. Ao final do mês de setembro, atingiu a linha demarcatória que separava as províncias de Corrientes e Entre Rios, na Mesopotâmia Argentina, chegando ao seu destino final em 20 de outubro do mesmo

ano. É necessário destacar que, durante a marcha, nenhum voluntário cearense contraiu qualquer tipo de moléstia, em consequência da firme determinação de seu comandante em não permitir que seus homens consumissem a água existente nos charcos atravessados, fato que vitimou vários combatentes de outros batalhões.

Uma nova ordem de dia cria mais duas grandes unidades: a 10ª e 11ª Bda Inf. Em face da nova articulação, o 26º fica subordinado à 10ª Bda Inf, assim como o 2º CVP (MNC) e o 3º Batalhão de Linha (Btl L).

A partir de 25 de outubro, o Exército da Tríplice Aliança estava todo reunido, após o evento da retomada de Uruguaiana, e se preparando para a invasão do território guarani. O marquês do Herval comandava, nessa oportunidade, 22.000 combatentes.

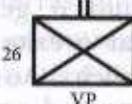
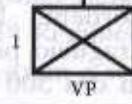
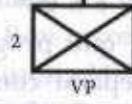
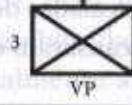
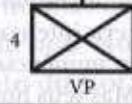
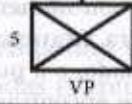
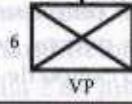
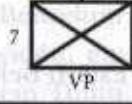
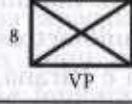
Em 15 de dezembro, Osorio acampou em Lagoa Brava. A 20km do acampamento, situava-se o Passo da Pátria, uma aldeia paraguaia fortificada, ao norte do Forte de Itapiru, na margem direita do rio Paraná.

Nessa oportunidade, outro contingente de guardas nacionais, proveniente do Ceará, é incorporado ao 26º. Esse grupamento é constituído de 200 homens, conduzidos pelo tenente da Guarda Nacional (GN) Alexandre Nunes de Melo.

Iniciavam-se os preparativos para a transposição do curso d'água que balizaria a linha de partida (LP) para a invasão ao Paraguai, conforme a articulação do 26º CVP.

A invasão e os primeiros combates

A transposição do rio Paraná, comandada pelo marquês do Herval foi articulada em dois escalões, conforme o seguinte dispositivo: em 1º escalão, seguiu

SÍMBOLO	OFICIAIS
 26 CE VP	Comandante - Maj Joaquim Francisco Figueira Melo Fiscal - Maj Raymundo Remígio de Melo Adjunto - Alfº Antônio Nunes Cardoso Quartel-Mestre - Alf Júlio César da Fonseca Secretário - Alf Antônio Herculano da Costa Brito
 1 VP 26	1ª Companhia de Fuzileiros Cap Traumaturgo da Guerra Machado Ten Antônio Herculano da Costa Brito Alf Tristão Teles de Alencar Araripe Alf Luís Mora Oliveira
 2 VP 26	2ª Companhia de Fuzileiros Cap José Cândido Barreto Ten Francisco Brígido dos Santos Alf Jovita Duarte Silva Alf Antônio Por Deus Júnior
 3 VP 26	3ª Companhia de Fuzileiros Cap Plácido Fontenele Filho Ten Delmíor Porfirio de Faria Alf José Martiniano Peixoto Alencar Alf Antônio Matosinho de Sá Pereira
 4 VP 26	4ª Companhia de Fuzileiros Cap Vitorino Queiroz de Paiva Ten Francisco de Sales Pereira Alf José Demógenes de Holanda Cavalcanti Alf Domiciano Joaquim Ribeiro
 5 VP 26	5ª Companhia de Fuzileiros Cap Jorge Maia de Oliveira Guimarães Ten Israel Bezerra de Meneses Alf Francisco A. Carvalho de S. Varejão Alf Raymundo Pinto Brandão
 6 VP 26	6ª Companhia de Fuzileiros Cap Joaquim Rodrigues de Souza Ten Bernardino da Silva Souza Alf Heleodoro Cavalcanti de Araújo Alf Antônio Peregrino Viriato de Medeiros
 7 VP 26	7ª Companhia de Fuzileiros Cap Nuno José Ferreira Ten Antunes Pereira de Souza Alf Enéas Ferreira Nobre Alf José Balduíno de Albuquerque
 8 VP 26	8ª Companhia de Fuzileiros Cap Antônio Rodrigues dos Santos França Leite Ten João de Souza Castelo Alf Gustavo Francisco Sampaio Alf José Luís de Souza Maia

(*) alferes

Quadro 1 – Organograma do 26º Corpo de Voluntários da Pátria

Fonte: elaboração do autor

a 3^a Divisão, comandada pelo brigadeiro Antônio de Sampaio, que se lançou ao rio no final da tarde do dia 15 de abril de 1866; em 2^o escalão, seguiu a 1^a Divisão, comandada pelo brigadeiro Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, que embarcou sua tropa às 24:00 horas do mesmo dia. O 26^o CVP, subordinado à 10^a Bda, transpôs o curso d'água a bordo do encouraçado Riachuelo, integrando o 2^o escalão.

Osorio transpõe o Passo da Pátria e, em 16 de abril, desembarca as suas duas divisões e invade o Paraguai. Ao tocar margem guarani, os brasileiros são recebidos com intensa fuzilaria pelos elementos de vigilância guaranis. A noite caiu sobre o campo de batalha acompanhada de intensa chuva e constante tiroteio. Na manhã do dia 17, os paraguaios desfecharam, sem sucesso, um ataque frontal contra a cabeça de ponte, o que lhe custou 500 baixas. Nessa ação a Divisão do brigadeiro Argolo Ferrão teve 337 baixas. O 26^o Voluntários pranteou a perda do Cmt 1^a Cia VP, Cap Nuno José Ferreira, e do Ten José Bernardino de Souza e Silva, oficial subalterno da 6^a Cia VP, que vieram a óbito no Hospital de Sangue.

A consolidação da cabeça de ponte abriu caminho para o Forte Itapiru, que foi bombardeado e conquistado em 18 de abril, e a posição fortificada de Passo da Pátria, ocupada no dia 23 do mesmo mês, após ser abandonada por ordem de Solano López.

A batalha do Estero Bellaco

A batalha ocorreu em 2 de maio de 1866, em uma região pantanosa próxima a zonas de escoamento natural de águas estancadas, chamadas de "esteros", quando as tropas brasileiras, tomadas de entusiasmo avançaram além do que permitia a segurança. Os paraguaios comandados do general José

Eduvigis Díaz Vera executaram um ataque surpresa; inicialmente, a empreitada foi bem-sucedida, entretanto o general José Díaz resolveu aproveitar o êxito e destruir o restante da tropa brasileira. Ao avançar, os soldados guaranis acabaram deparando com o inimigo em maior número e terminaram por recuar em desordem. Durante a retirada, o exército paraguaio perdeu mais de 2.000 homens, além dos 300 que foram aprisionados.

O 1^o CVP (MNC) e o 26^o Voluntários estavam entre aqueles que progrediram o máximo possível até deparar com as tropas do general José Díaz. O combate corpo a corpo e o aço das baionetas caladas deram o tom do entrevero travado e causaram elevado número de baixas.

Na luta, quando a investida dos esquadrões de cavalaria era intensa, a bandeira do Corpo esteve na iminência de cair em poder do inimigo. Mas seus homens formaram um baluarte, contendo a ira do inimigo, muito superior em número, enquanto o seu porta-bandeira atravessava com esta um profundo banhado, e a punha a salvo. E quando esta já se encontrava a boa distância para a retaguarda, é que a barreira humana cuidou de retirar-se também; o que praticaram uns poucos, pois os outros ficaram abatidos no campo de honra.¹¹

A batalha de Tuiuti

Após a vitória no Estero Bellaco, as tropas prosseguiram rumo a Assunção, enquanto mapeavam o território. Em uma área que ficava a cerca de dez quilômetros da confluência dos rios Paraguai e Paraná, os Aliados montaram o acampamento de Tuiuti, em uma pequena elevação ladeada por matas e lagoas, em 20 de maio. Quatro dias depois, os

guaranis, novamente de surpresa, executam outro ataque. É travado o maior combate terrestre em terras sul-americanas. No campo de batalha, encontravam-se o general Osorio, comandante do Exército Imperial, o general Sampaio, comandante da 3^a Divisão, e o tenente-coronel Emílio Luís Mallet, comandante do 1^o Regimento de Artilharia a Cavalo, que viriam a ser designados, no século seguinte, como os patronos, respectivamente, da Cavalaria, da Infantaria e da Artilharia Brasileira. Esse entrevero passou para as páginas da História Militar com a denominação de "Batalha dos Patronos".

O 26^o, mais uma vez, atuou enquadrado no âmbito da 10^a Brigada de Infantaria, inicialmente apoiando o 3^o Batalhão de Artilharia a pé, em seguida debatendo-se contra os infantes e cavalarianos do general Vicente Bárrios. No transcorrer da luta, o comandante do Corpo de Voluntários é ferido e substituído pelo major Joaquim Luís de Azevedo.

Tal empenho no combate ceifou mais algumas vidas cearenses, o que levou o 26^o, mais uma vez, a pranpear suas perdas, entre elas, os alfaires João Plácido dos Santos e Pompeu do Amaral Belota.

No dia 2 de julho, mais uma baixa é registrada no efetivo do 26^o Voluntários. O alfaires Izak Benselum vem a óbito, no Hospital de Montevidéu, em virtude dos ferimentos recebidos em Tuiuti. Esse combate impingiu numerosas perdas ao Paraguai, que comprometeu a sua capacidade bélica ofensiva.

Após Tuiuti, as ações de ambos os contendores se limitaram ao bombardeamento dos respectivos acampamentos em face do estado debilitado em que se encontravam.

Osorio, por motivo de saúde, passa o comando do Exército Imperial ao general Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, no dia 15 desse mesmo mês.

O combate de Punta Ñaró

Ao assumir o comando, o general Polidoro determina a conquista de uma posição, denominada de Punta Ñaró pelos paraguaios, localizada à frente de Tuiuti, que poderia proporcionar ao inimigo alguma vantagem sobre nossas tropas. A ação é realizada no dia seguinte com base em planejamento idealizado por Osorio. O plano consistia em realizar um ataque coordenado, empregando duas formas de manobras clássicas: um ataque frontal e um envolvimento, a cargo da 10^a e 11^a Brigada, respectivamente.

Após a conquista da posição, o Gen Polidoro determinou que a 10^a Brigada se engajasse na defesa do baluarte. Foi lançado para isto 2^o CVP (MNC), comandado pelo Maj Manoel Deodoro da Fonseca, enquanto, protegido pela neutralização feita, aproximava o 22^o (PE), 26^o (CE) e 40^o (BA). Mais um tributo em vidas foi cobrado à brava gente cearense. Ao anoitecer, a brigada foi substituída na posição. O combate de Punta Ñaró foi denominado de Tomada do Boqueirão do Sauce, pelo futuro barão do Rio Branco, que contabilizou as perdas brasileiras em 1.899 mortos e feridos. Os paraguaios perderam 2.500 combatentes.

A marcha do tempo não parou. No dia 18 de julho, o general José Diaz realiza um contra-ataque com o objetivo retomar a posição perdida no dia 16 passado. Apesar de a 10^a Brigada não ter sido empregada,

o 26º perdia o alfaiate Gustavo Francisco Sampaio, assim como, no dia 22 de julho, ocorreu o passamento do alfaiate Peregrino Viriato de Medeiros, verificado no Hospital de Corrientes, vítima dos ferimentos recebidos em Tuiuti.

A Morte do comandante do 26º de Voluntários

O Maj Figueira de Melo se restabelece dos ferimentos recebidos em Tuiuti e reassume o comando de sua unidade. Pelos serviços prestados durante a guerra, é condecorado com a Insígnia do Cruzeiro – Grau Cavaleiro, em 17 de agosto. No mês seguinte, no dia 22, é promovido por bravura ao posto seguinte.

No dia 29 de outubro, ao regressar ao acampamento, à noite, vindo de uma inspeção na linha de contato, acompanhado do general Argolo, foi vítima do "fogo amigo", ao ser alvejado mortalmente por um soldado de sua própria unidade, ao confundi-lo com o inimigo. A morte do comandante do 26º CVP causou consternação não só no âmbito do corpo, como também, em toda a brigada.

Em 18 de novembro, o marquês de Caxias assume o cargo de comandante em chefe do Exército e da Armada Imperial. O general Polidoro passa a comandar o 1º Corpo de Exército. No ano seguinte, o general Polidoro entregará o comando ao marechal Argolo Ferrão.

No dia 19 do mesmo mês, a Ordem do Dia nº 11 nomeou o major (C) Domingos Alves Barreto Leite para o comando do 26º Voluntários do Ceará.

O acampamento em Tuiuti e a marcha para Tuiu-Cuê

No período que antecede o deslocamento para Tuiu-Cuê, o 26º CVP sofre mais cinco baixas — entre elas estão o tenente Francisco Duarte da Silva Benevides e o capitão Domingos Alves Ferreira — ocorridas no próprio estacionamento.

O marquês de Caxias planejou a movimentação do Exército Aliado com a finalidade de flanquear a Fortaleza de Humaitá, a Sebastopol¹² sul-americana, que impedia a livre navegação do rio Paraguai, a fim de isolá-la e descobrir um ponto vulnerável em suas posições fortificadas. Para isso, aguardou a chegada de Osorio — oriundo da Província do Rio Grande do Sul, na primeira semana de julho de 1867, à frente do 3º C Ex, com pouco menos que seis mil homens — e o pronto do 2º C Ex, comandado pelo visconde de Porto Alegre, que acabara de retornar de Curuzu.

Após concentrar os meios de combate, apoio ao combate e logísticos, colocou o Exército Aliado em marcha: na vanguarda, tropas do 3º C Ex, comandadas pelo barão do Herval; em sua esteira, o Grosso do Exército (Exército argentino e o 1º C Ex e o 3º C Ex, menos as tropas da vanguarda). O 2º C Ex permaneceu guarneceando os acampamentos de Tuiuti e Passo da Pátria.

No dia 31 de julho de 1867, o marquês de Caxias estabeleceu o seu QG na localidade de Tuiu-Cuê. No mês seguinte, a esquadra brasileira ultrapassou Curupaiti, mas não Humaitá. Os encouraçados brasileiros permaneceram seis meses entre essas duas posições. Em três de novembro, ocorreu a 2ª batalha de Tuiuti. López ordenou o ata-

que na esperança de romper o cerco aliado, não obtendo sucesso nessa empreitada, em face das resistências do 2º C Ex, deixado para guarnecer aquela região.

O 1º C Ex recebe a missão de ocupar o Reduto de Taji. No dia 11 de novembro, o marechal Argolo Ferrão determina que a 2ª Bda (ex-10ª) estabeleça posição em Taji. O 26º Voluntários, sob o comando do tenente-coronel Gabriel de Souza Guedes, ocupa a barranca da margem esquerda do rio Paraguai. Em seguida, é substituído pelo major Sebastião Crisólogo de Melo Tamborim.

A emboscada no arroio Caimbocá

No mês seguinte, no dia dois, enquanto o 26º guarnecia uma picada na margem esquerda do Arroio Caimborá, o Maj Melo Tamborim, acompanhado de um destacamento de aproximadamente 21 homens, transpunha o curso d'água com a finalidade de reconhecer o terreno e o inimigo. Sem perceber a emboscada armada, foram surpreendidos por elementos a pé, da cavalaria guarani, que infligiu baixas, principalmente entre a oficialidade brasileira, sucumbindo durante o entrevero o comandante do 26º Voluntários, além do capitão Delmiro Porfírio de Freitas e do alferes Domingos Cândido de Carvalho.

A marcha para o combate na direção de Piquiciri

Em 16 de agosto de 1868, o marquês de Caxias reestruturou o Exército Imperial. O 26º de Voluntários passou a pertencer ao 2º C Ex, comandado pelo marechal Argolo

Ferrão, que ocupou Humaitá em virtude da retirada do inimigo. A região transformou-se em base de operações para os Aliados.

A nova reestruturação fez com que o 26º Voluntários do Ceará passasse a ser comandado pelo major Domingos Alves Barreto Leite, e a unidade se integrasse à nova 2ª Brigada de Infantaria, juntamente com o 25º CVP (BA) e o 29º CVP (BA).

Terminado o apronto operacional, o Exército passou a realizar uma marcha para o combate, na direção norte, com o intuito de estabelecer o contato com o inimigo. A tropa foi castigada por chuvas torrenciais, que encharcavam o terreno, dificultando a progressão a pé, hipomóvel ou a tração de muares. No dia 30 de agosto, a vanguarda ultrapassava o rio Tebiquari, enquanto que o Grosso do Exército (1º e 3º C Ex) necessitou de quatro dias.

Em meados de setembro, o marquês de Caxias chega a Vila Franca e avista as belonaves da Armada Imperial estacionadas na margem do Paraguai.

As agruras que o 26º enfrentou, assim como o restante da tropa, estão descritas em expediente encaminhado pelo comandante em chefe ao ministro da Guerra, afirmado:

A marcha do Exército tem continuado sem incidente algum grave, apesar do péssimo terreno por onde ela se tem feito e do pesado trem que nos acompanha. Os extensos e profundos banhados, os esteiros e o estado a que as chuvas copiosas têm reduzido o terreno que atravessamos e têm sido fatal à nossa boiada, tendo-se perdido mil e tantas cabeças.¹³

Em 30 de outubro, o 26º CVP, incorporado ao 1º CEx, chega à região do Chaco.

Mais uma vez, é realizada uma nova reorganização das tropas brasileiras. Os voluntários cearenses passam a integrar o efetivo do 2º CEx, agora comandado pelo marechal de campo Argolo Ferrão.

A batalha de Itororó

Na marcha para restabelecer o contato, o Exército Aliado se deteve à frente de uma pequena e estreita ponte sobre arroio Itororó, que dificultava o prosseguimento da ação. O marquês de Caxias determinou que o 3º CEx marchasse pela parte esquerda do flanco aliado, a fim de surpreender a retaguarda do inimigo e realizar a segurança do flanco leste. Enquanto o deslocamento era realizado, o restante das tropas sob o seu comando atacava, no dia seis de dezembro de 1868, os paraguaios pela ponte e dava início à batalha com o 1º Batalhão de Infantaria de Linha.

A participação do 26º Voluntários foi descrita pelo comandante da 2ª Bda Inf em trechos do ofício encaminhado ao escalão superior:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. brigadeiro Salustiano Jerônimo dos Reis, Comandante da 2ª Divisão de Infantaria:

Transmito a V.Exa. as partes juntas dos atuais Comandantes dos 2º Batalhão de Infantaria, 26º e 40º de Voluntários, relativamente ao combate de 6 do corrente no Passo Itá

[...]

Passando depois V.Exa. para o campo além da ponte, ordenou-me fazer seguir o 26º de Voluntários, o que foi executado e, nesta ocasião, formando quadrado junto à ponte, foi gravemente ferido o seu digno Comandante, major Domingos Alves Barreto Leite, que se fez credor dos maiores encômios, pela bravura que ostentou e acerto das manobras que com perícia desenvolveu, passando imediatamente o comando ao major

Pedro Jaime Lisboa, que digna e corajosamente portou-se também, com calma e plácidez. Mas reconhecendo depois V.Exa. a urgência de ser guardada a mata à direita da estrada, por onde o inimigo faixa esforços de flanquear-nos, ordenou que estendesse em linha em frente à referida mata, e neste lugar executou com perícia e destemidez todo o Batalhão o que lhe foi ordenado.

[...]

Deus guarde a V.Exa.

(a) Domingos Rodrigues Seixas, Comandante da 2ª Brigada.¹⁴

(N. do A.: A grafia original foi preservada.)

Apesar da vantagem que a posição defensiva oferecia ao inimigo, a tropa brasileira investiu contra aquele baluarte três vezes, sendo repelida em igual número de oportunidades. Somente no quarto assalto contra a posição, tendo à frente o próprio comandante em chefe, a vitória se apresentou aos aliados. Esse episódio ficou marcado na literatura militar brasileira pela célebre frase do marquês de Caxias: "Sigam-me, os que forem brasileiros".

Derrotados, os paraguaios se retiraram do campo de batalha, sendo perseguidos por Osório. O Exército Imperial teve 1.806 baixas, enquanto que os paraguaios perderam 1.200 homens, além de farta quantidade de armamento e suprimento.

Nesse entrevero, o tenente Agripino Pioncecelon de Carvalho e 12 praças tombaram sem vida sobre o solo guarani.

A batalha do Avaí

A batalha teve um saldo de 3.000 guaranis mortos e grande apreensão de material bélico inimigo. Apesar de não ter sofrido baixas nesse combate, o 26º já apresentava inúmeros claros em suas fileiras. O major Pedro Jaime Lisboa, comandante interino do 26º,

registrou, em parte, ao escalão superior a conduta de seus comandados:

Comando do 26º de Voluntários, acampamento de Villeta, 12 de dezembro de 1868.
Ilustríssimo Senhor:

Às nove horas e meia do dia de ontem pôs-se em marcha o Batalhão sob meu comando interino, em coluna de pelotões na distância regulamentar;

[...]

Apesar de serem esses movimentos feitos em marcha e quase sempre em acelerado, não permitindo o terreno pelos pântanos e sanguíneos, contudo foram eles executados com presteza, conservando sempre o Corpo perfeita ordem.

O 26º de Voluntários, ainda desta vez, pôs-se a não desmerecer do conceito que tem sabido ganhar de seus superiores.

Não tivemos a lamentar perda alguma

Deus guarde a V. Sa.

(a) Pedro Jaime Lisboa, major Comandante interino.¹⁵

(N. do A.: A grafia original foi preservada.)

A dissolução do 26º de Voluntários

No dia seguinte, o marquês de Caxias decide reorganizar o exército, em virtude das grandes baixas ocorridas nas ações em Itororó e Avaí. A unidade cearense é dissolvida no dia 13 de dezembro de 1868 e dividida em duas alas. A ala direita é incorporada ao 1º Batalhão de Infantaria de Linha, enquanto que a ala esquerda é integrada ao 34º de Voluntários, oriundo do Estado do Pará.

No prosseguimento do combate, o 34º CVP ataca as trincheiras da posição de Lomas Valentina, sofrendo inúmeras baixas, o que acarreta a sua dissolução. Em consequência, o efetivo remanescente do 34º e a Ala esquerda do 26º são incorporados ao 1º BI Linha.

Assim, o ex-26º CVP, integrado totalmente ao 1º BI Linha, deixa Villeta e ocupa Assunção, participa do assalto a Peribebuí e do combate de Campo Grande.

Em 11 de novembro de 1869, o efetivo do ex-26º CVP é transferido para 46º de Voluntários da Bahia e marcha para o acampamento da Vila do Rosário.

A reorganização do 26º de Voluntários

A guerra terminou com a morte de Solano López, mas a desmobilização se iniciou com as instruções baixadas pelo Governo Imperial constante, dos Avisos nº 18 e nº 29, ambos de novembro de 1869, portanto três meses antes do desaparecimento do governante guarani.

Ao chegarem ao acampamento de Vila do Rosário, a notícia do provável e breve retorno ao Brasil já corria o estacionamento. Os remanescentes do 26º de Voluntários, assim como outros corpos, manifestaram a intenção de reconstituir as suas unidades extintas à época pelo marquês de Caxias.

Os cearenses se reuniram e, possivelmente por meio do Ten Cel Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza, conseguiram do conde d'Eu a reconstituição do 26º CVP, única OM representante do Ceará na campanha militar que estava por se findar.

Comando-em-Chefe de todas as Forças Brasileiras: em operações na República do Paraguai. Quartel-general na Vila Rosário, 12 de março de 1870.

Ofício nº 165

Ilmo. e Exmo. Sr.

Comunico a V. Ex³ que, continuando a não aparecer no Paraguai vapores capazes de conduzir tropas para o Rio de Janeiro,

deliberei-me a fazer conduzir, no dia 15 do corrente mês, no paquete Leopoldina, o Batalhão 26º Voluntários que vem assim a constituir a terceira das expedições prescritas nas Instruções de 18 de novembro findo.

Esse Batalhão foi outrora organizado na Província do Ceará, e como hoje em dia não existissem mais oficiais superiores entre os Voluntários da Pátria vindos dessa Província, dei o seu comando ao coronel em comissão, tenente-coronel do Estado-Maior de Artilharia, Antônio Tibúrcio Ferreira de Souza.

Deus guarde a V. Exa.

(a) Gastão de Orleans, Comandante-em-Chefe.¹⁶
(N. do A.: A grafia original foi preservada.)

A desmobilização

O primeiro aviso trazia em seu bojo o pensamento de recolher ao Brasil

as praças voluntárias da pátria que sejam dispensáveis nas operações que devem ser continuadas com incessante energia até chegar-se à conclusão real da guerra,

conforme preconizava o Decreto nº 3.371, de 7 de janeiro de 1865:

Art. 4º Os voluntários compreendidos nos artigos anteriores terão baixa logo que for declarada a paz, dando-se-lhes imediatamente passagem para onde a solicitarem, no caso que tenham de se transportar per mar.

Art. 5º As baixas não dependerão de ordem do Governo, ficando os Comandantes dos respectivos Corpos autorizados a dá-las, logo que forem reclamadas pelos indivíduos que tiverem direito.¹⁷

(N. do A.: A grafia original foi preservada.)

O Aviso nº 29 foi ao encontro de anseio do conde d'Eu, pois desejava o prínci-

pe consorte enviar para o Brasil um grande número de combatentes, com a finalidade de despertar o regozijo por parte do povo. As instruções afirmavam não haver navios suficientes para transportar o efetivo desejado e tampouco aquartelamentos na Corte para abrigar as tropas que aguardariam o transporte para as províncias do Norte e Nordeste. Entretanto, a realidade era outra.

O gabinete conservador temia as agitações e perturbações da ordem que possivelmente aconteceriam com o grande contingente humano presente nas ruas, feito que seria amplamente explorado politicamente pelos liberais, na oposição.

O documento afirmava que não deviam chegar ao Rio de Janeiro mais de mil e seiscentos combatentes de cada vez e, ainda, não deveriam constituir unidades completas, e sim alas de diferentes batalhões, o que acarretaria a perda da unidade de comando e o espírito de corpo de organização militar.

No período compreendido entre a expedição do decreto nº 3.371, de sete de janeiro de 1865, e o epílogo da guerra, em primeiro de março de 1870, foram mobilizados cinquenta e sete CVP de várias regiões do país, com predominância da Região Nordeste, e apenas doze CVP retornariam para casa.

O conde d'Eu cumpriu as instruções do governo, exceto aquela de encaminhar os VP em alas isoladas. O príncipe teve a sensibilidade de atender aos justos pedidos dos representantes das várias províncias, para que tivessem eles, pelo menos, um corpo de voluntários para saudá-lo ao aportar na terra natal. Dessa forma, d'Eu determinou a reativação de mais sete corpos, totalizando dezenove batalhões que retornariam ao Brasil.

O retorno dos combatentes brasileiros se iniciou em três de fevereiro de 1870 com a chegada da Primeira Brigada de Voluntários da Pátria (Bda VP) nos dias 22 e 23 do mesmo mês, sob o comando do coronel Francisco Vieira de Faria Rocha, da Guarda Nacional da Bahia (GN/BA), enquanto que o último escalão aportou no Rio de Janeiro em 30 de janeiro do mesmo ano. Entre fevereiro e junho os VP, regressaram ao país em seis escalões.

O primeiro contingente era composto por um corpo de voluntários das províncias de Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, totalizando mil trezentos e vinte homens. As unidades do Nordeste foram aquarteladas o tempo necessário para permutarem de embarcação e seguirem destino as suas províncias. A tropa de Minas Gerais marchou para Juiz de Fora e, de lá, para Ouro Preto, de onde haviam saído quatro anos antes.

O segundo contingente chegou ao Rio de Janeiro no mês de março, em três datas distintas, trazendo um corpo de voluntários, oriundos da Corte, Pernambuco e Ceará. Após o desfile da vitória pelas ruas do Rio de Janeiro, as unidades do Nordeste seguiram viagem enquanto que a da Corte era dissolvida.

O coronel Francisco Alves Lourenço Araújo, da Guarda Nacional da Bahia, comandante do terceiro contingente, trouxe para a capital do Império 1.348 combatentes da 2ª Bda VP, cujo efetivo reuniu homens das províncias de São Paulo, Pernambuco e Bahia. A chegada da tropa foi dividida em dois subgrupamentos, que aportaram na Corte, com uma diferença de dois dias entre eles, no mês de abril. Quando o restante da tropa chegou, a brigada foi reconstituída e desfilou pelas ruas da cidade.

À semelhança do que aconteceu com os contingentes anteriores, as unidades do Nordes-

te seguiram o seu destino, enquanto que a tropa de São Paulo marchou para Santos e, de lá, para a capital do estado.

O quarto e o quinto contingentes chegaram, respectivamente, no início e no final do mês de maio, com mil seiscents e quarenta e nove combatentes e mais mil trezentos e cinqüenta e quatro voluntários. A 3ª Bda VP era comandada pelo médico carioca coronel Dr. Pinheiro Guimarães, enquanto que a 4ª Bda VP era comandada pelo coronel Augusto de Barros Vasconcelos. Ambos trouxeram para o Brasil: cariocas, fluminenses, mineiros, potiguaras, cearenses, paraenses e amazonenses.

A nomeação desses oficiais para o comando das brigadas tinha por finalidade demonstrar o apreço, a admiração e o reconhecimento a esses soldados que se distinguiram nos campos de batalha durante a longa campanha que foi a guerra.

O sexto e último contingente chegou ao Rio de Janeiro em dois escalões, um em 23 de junho, trazendo efetivos do Piauí, Rio Grande do Norte e Ceará, enquanto que o outro aportou uma semana depois, trazendo mais um efetivo de baianos.

Junto dessa tropa, retornava também a Srª Ana Justina Ferreira Neri, enfermeira voluntária do corpo de saúde do Exército Imperial, que prestou serviço nos hospitais de sangue de Salto, Corrientes, Humaitá e Assunção. É considerada a primeira pessoa não religiosa a dedicar-se aos enfermos de uma comunidade ou população. O Governo Imperial outorgou-lhe a Medalha Geral de Campanha e a Medalha Humanitária de Primeira Classe. Ana Neri é reconhecida como a primeira enfermeira do Brasil e precursora da Cruz Vermelha.

O único corpo de voluntários da pátria que não veio ao Rio de Janeiro foi o contingente

Destino	Escalão	Dia	Mês	Bda	CVP	Ex-CVP	Província	Of	Pr	Vapor
Rio de Janeiro	1º	22	Fev	1º	17º		MG	34	456	VASSIMON
		23			40º		BA	37	457	GALGO
		53º			ex-21º		PE	36	435	SÃO JOSÉ
	2º	19	Mar	X	23º	ex-1º	MNC	38	473	WERNECK
		20			30º		PE	34	411	CUIABÁ
		29			26º		CE	45	437	LEOPOLDINA
		14			35º	ex-7º	SP	20	200	ISABEL
	3º	16	Abr	2º	42º	ex-11º	PE	41	418	
		27			35º	ex-7º	SP	26	260	ALICE
					46º		BA	41	470	
	4º	04	Mai	3º	41º			45	514	SÃO JOSÉ
					27º	ex-4º	MNC	45	467	VILLETA
					33º	ex-6º	RJ	44	524	VASSIMON
					44º	ex-12º		44	525	BONIFÁCIO
	5º	29	Mai	4º	31º		MNC	52	548	EMELY
					36º		MA	46	482	WERNWCK
	6º	23	Jun	X	37º		(1)	17	195	EMELY
		30			50º		(2)	52	668	ISABEL
Porto Alegre	Único	06	Mai	X	54º	ex-57º	RN+PI	52	613	SÃO JOSÉ

(1) A unidade foi criada pela Ordem do Dia N° 46, de 15 de abril de 1870, na cidade de Humaitá no Paraguai, reunindo os oficiais e praças de MG e SE.

(2) Há divergências sobre a origem dessa unidade. Entretanto, ela recebeu a missão de trazer de volta ao Brasil os voluntários do RN, PI e um efêmero contingente de cearenses.

Tabela 2 – A desmobilização dos Voluntários da Pátria

Fonte: elaboração do autor

(único) dos gaúchos, que seguiu direto de Montevidéu para Porto Alegre. É possível observar outras informações sobre os Voluntários da Pátria na **Tabela 2**.

A cidade de Montevidéu, no Uruguai, organizou um corpo de voluntários com 450 combatentes, que recebeu designação de 16º Corpo de Voluntários Auxiliar. Na primeira fase da campanha de Caxias, foi restruturado, tomando a numeração de 48º Corpo de Voluntários, e posteriormente extinto ao final dessa mesma campanha. Era conhecido pela alcunha de “garibaldino”, pois sua constituição básica era de mercenários italianos.

Os Voluntários da Pátria, ao retornarem às províncias do Império, realizavam o desfile

da vitória, que estava previsto nas instruções dos avisos de novembro, assim como a entrega do armamento, munição e qualquer outro material bélico que porventura o voluntário portasse aos paixões do Exército ou dos corpos de polícia das respectivas províncias, no caso de não haver aquartelamentos do Exército de linha. Outra determinação prevista era a entrega do pavilhão imperial que tremulou nos corpos de voluntários durante o conflito contra Solano López. E assim foi feito, seguindo um rito semelhante em todas as províncias: a bandeira do Império foi depositada solenemente em igrejas, catedrais, organizações públicas ou organizações policiais das províncias, conforme a **Tabela 3**, relativa aos locais que possuem registro sobre tal evento.

Província	VP	Local do depósito	Cidade
Bahia	418	Corpo de Polícia da Província da Bahia	Salvador
	469	Catedral de Santo Amaro	
	543	Matriz de Nossa Senhora da Vitória	
Pernambuco	539	Catedral de Olinda	Olinda
	429		
Ceará	269	Catedral de Fortaleza	Fortaleza
Minas Gerais	179	Catedral de Duro Preto	Duro Preto
Rio de Janeiro	448	Corpo de Polícia da Província do Rio de Janeiro	Niterói
MNC	239	Capela Imperial	Rio de Janeiro
	319	Corpo de Polícia da Corte	
São Paulo	359	Catedral da Sé	São Paulo

Tabela 3 – Local de depósito dos pavilhões imperiais que voltaram da guerra

Fonte: elaboração do autor¹⁸

Terminada a pompa e a circunstância, chegava o momento de os Voluntários da Pátria, agora Veteranos de Guerra, reivindicarem aquilo que o Governo Imperial lhes devia:

Primeiro passo: os Veteranos teriam de cobrar os soldos e as gratificações atrasadas e não pagas até o presente momento do Governo Imperial.

Art. 2º Os voluntários, que não forem Guardas Nacionaes, terão, além do soldo que percebem os voluntários do Exercito, mais 300 rs. diarios e a gratificação de 300\$000 quando derem baixa, e um prazo de terras de 22.500 braças quadradas nas colonias militares ou agrícolas.¹⁹

(N. do A.: A grafia original foi preservada.)

Segundo passo: as viúvas e órfãos teriam de cobrar a pensão que lhes era devida.

Art. 10. As famílias dos voluntários que falecerem no campo de batalha, ou em consequencia de ferimentos recebidos nella, terão direito á pensão ou meio soldo, conforme se acha estabelecido para os Officiaes e praças do Exercito. Os que ficarem inuti-

lizados por ferimentos recebidos em combate perceberão, durante sua vida, soldo dobrado de voluntario.²⁰

(N. do A.: A grafia original foi preservada.)

A cobrança desses direitos não era algo fácil de se realizar. Havia a necessidade de se requerer tal benefício na forma lei. Para tanto, o homem livre ou o liberto de guerra teriam de saber ler e escrever para operacionalizar tal instrumento jurídico. Aqueles que não tinham essa habilidade e conhecimento se socorriam aos serviços de advogados, que, em sua maioria, na década do ano de 1870, se especializaram nesse tipo de reivindicação. Esses profissionais cobravam uma boa parcela dos soldos dos Veteranos, viúvas e órfãos, a título de prêmio, para conseguir no judiciário o que deveria ser um direito líquido e certo a todos os combatentes da Guerra Grande.

As demais promessas ficariam apenas na lembrança dos Veteranos.

Art. 9º Os voluntários terão direito aos Empregos Publicos, de preferencia, em igualdade de habilitações, a quaequer outros individuos.²¹

[...]

Art. 12. O Governo concederá, em atenção aos serviços relevantes prestados pelos ditos voluntários, graduações de Officiaes honorarios do Exercito; e solicitará do Corpo Legislativo autorização para conceder-lhes vitaliciamente o soldo por inteiro, ou em parte correspondente aos seus postos.²²

(N. do A.: A grafia original foi preservada.)

O Brasil cresceu, assim como a sociedade, nos anos em que a guerra foi travada. Os Veteranos regressaram ao país e o encontraram diferente. A inflação, já naquela época, corroía a pensão e agravava o sofrimento de seus familiares. Havia uma necessidade presente em se posicionar nesse novo contexto, mas também na hierarquia social.

O conceito de cidadania àquela época estava ligado à participação no processo eleitoral, em ter um emprego e uma moradia. A maioria dos Veteranos não teve a mesma sorte, passando por asilos, hospitais, casas de detenção e de correção. Alguns encontraram apoio em instituições filantrópicas, tais como a Sociedade dos Montepíos para Servidores do Estado e a Sociedade da Santa Cruz dos Militares.

A dissolução do 26º Corpo de Voluntários da Pátria

O vapor Leopoldina aporta em Montevidéu no dia 22 de março de 1870 com 45 oficiais e 437 praças do 26º de Voluntários. Na mesma noite, faz o seu ressuprimento em combustível e, no dia seguinte, parte para Corte. No dia 30 de março, desembarcou no Rio de Janeiro e marchou para o bairro de São Cristóvão, onde foi aquartelada no “galpão do antigo curtume”.

Em 16 de abril, o vapor Leopoldina parte do Rio de Janeiro em direção a Fortaleza, chegando à capital cearense em 30 de abril, pela parte da manhã.

O 26º realizou o desfile da vitória pelas ruas da capital do estado; no dia quatro de abril, depositou o Pavilhão Nacional, aquele que seguiria com a unidade no dia

seis de abril de 1865 com destino ao TO, na Santa Igreja Catedral do Ceará e, por último, restituui todo o armamento, munição e equipamento no depósito de Artigos Bélicos, conforme o previsto nas instruções dos avisos de novembro.

O 26 de Voluntários foi dissolvido, definitivamente, no dia seis de maio de 1870, seis dias após ter retornado à sua terra natal.

Terminada a pompa e a circunstância, a realidade era outra. Apenas para exemplificar, citaremos o ocorrido com aquele jovem, primeiro voluntário a se apresentar ao presidente da Província, em 28 de janeiro de 1865, que arregimentou, naquele mesmo dia, cerca de 53 voluntários e que percorreu os municípios de Messajana, Soure, Maranguape, Pacatuba, Baturité e outros, na empreitada que estava por vir.

O tenente Israel Bezerra de Menezes — no início da guerra, e major, no retorno a seu torrão — recebeu a serventia do Tabelionato de Baturité, atendendo ao espírito do artigo 9º do decreto imperial de convocação dos voluntários da pátria. Entretanto, o comendador Aciólli, no futuro, lhe usurparia tal benefício ao chegar ao auge do poder à frente do governo do Ceará.

Conclusões

A guerra é um conflito entre vontades pessoais que se transforma em um conflito de interesses de grupos até chegar ao embate de objetivos nacionais de estados soberanos. A Guerra da Tríplice Aliança foi um conflito em que os interesses e objetivos nacionais do Paraguai foram de encontro aos interesses e objetivos nacionais de Argentina, Brasil e Uruguai.

Foi fácil perceber que o Exército Imperial estava pronto para combater em regiões específicas e nas fronteiras, mas não em uma guerra nacional. Para complementar o esforço de guerra, foi convocada a Guarda Nacional.

O apresamento do navio brasileiro em Asuncão e os ataques ao Mato Grosso e aos pampas gaúchos descontinaram a visão daqueles que tinham a responsabilidade de prover e manter uma força militar capaz de defender os interesses nacionais brasileiros. A Guarda Nacional não seria suficiente para concentrar os meios em pessoal necessários para a condução da guerra. Eis que surgem os Voluntários da Pátria.

As vinte províncias do Império e o Município Neutro da Corte mobilizaram cinquenta e sete corpos de voluntários da pátria no valor batalhão de infantaria. A população do sertão nordestino constituiu o grosso da tropa de fuzileiros, mostrando, nessa oportunidade, como mostraria no século posterior, parafraseando Euclides da Cunha, que o nordestino é um povo forte.

Homens livres, libertos e escravos buscaram o alistamento nas primeiras horas na certeza de que a guerra seria rápida, o que não aconteceu. Ainda houve posteriormente convocações forçadas para reacomodamento de efetivos.

O conflito que se arrastava por quase seis anos chegava a seu termo com a morte em combate de Solano López na região das Cordilheiras.

Os Voluntários da Pátria, egressos do Paraguai, retornaram quase todos para o Rio de Janeiro e de lá para suas províncias. O júbilo, as comemorações e desfiles encerravam as homenagens aos combatentes vitoriosos sob o comando de Osorio, Caxias e D'Eu. Entretanto, a realidade chegou carregada de frustrações com as promessas não cumpridas pelo Estado brasileiro.

Veteranos, viúvas e órfãos tiveram seus direitos postergados em nome de uma burocracia e, em alguns casos, vilipendiados pela ação de agentes privados, que lhes tomavam considerável parcela do soldo e das pensões.

A mobilização foi rápida, inicialmente voluntária, e, ao seu término, coercitiva; mas a desmobilização mostrou-se inversamente proporcional à velocidade da primeira.

A guerra foi e será, sempre, um conflito entre vontades pessoais, interesses de grupos e objetivos nacionais. A defesa da integridade territorial de uma nação é responsabilidade do Estado e de seus cidadãos. Naquela época, cabia ao Governo Imperial prever, prover e sustentar a expressão militar do poder nacional, assim como acolher, no pós-guerra, aqueles brasileiros que, nas terras mato-grossenses, nos pampas gaúchos, na Mesopotâmia Argentina e nos campos de batalha guaranis deixaram o seu bem mais precioso: a vida; e cumprir com suas obrigações previstas no Decreto Imperial nº 3.371, de sete de janeiro de 1865, no que diz respeito às famílias que os Veteranos deixaram na Terra de Santa Cruz.

A missão foi cumprida pela expressão militar do poder exercida pela Monarquia Parlamentarista no século XIX, mas a lição com seus acertos e erros, principalmente aqueles ligados à desmobilização, não foi aprendida pelo poder nacional da República Presidencialista que governaria o Brasil durante a 2ª Guerra Mundial no século XX. ■■■

A guerra provocada por Solano López foi, sem sombra de dúvida, o maior e mais complexo fenômeno de integração de nossa Pátria, depois da luta contra os holandeses no século XVII.

GENERAL PAULO DE QUEIROZ DUARTE

Referências

- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- DUARTE, general Paulo de Queiroz. *Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 3 vols., 1981-8.
- FROTA, Guilherme de Andrea. *História do Brasil – Colônia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- LAVARDA, Marcus Túlio Borowiski. A iconografia da Guerra do Paraguai e o periódico *Semana Ilustrada* -1865-1870: um discurso visual.
- TAUNAY, Alfredo d'Escagnole, Visconde de. *Diário do Exército, campanha do Paraguai, 1869 – 1870: Comando-em-Chefe de S. A. o Sr Marechal-de-Exército Conde d'Eu*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.
- Memorial del 6to. Encuentro Internacional de Historia Sobre la Guerra de la Triple Alianza – Asunción – Paraguay.
- Anais do VII Encontro Internacional de História Sobre as Orações Bélicas na Guerra da Tríplice Aliança – Uruguaiana-RS – Brasil.
- <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2098/1237> Acesso em: 18 jul 2015.
- <http://historia5alustosa.blogspot.pt/2012/01/>, Acesso em: 9 dez. 2013.
- http://historia-pitagoras.blogspot.com.br/2011_06_01_archive.html. Acesso em: 9 dez. 2013.
- <http://portugalhistoria.blogspot.com.br/2008/02/dinastia-filipina.html>. Acesso em: 4 nov. 2013.
- <http://revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/colono-sim-soldado-nao>. Acesso em: 15 dez. 2013.
- <http://semioticas1.blogspot.com.br/2011/07/batalha-de-papel.html>
- <http://verdadesmonarquicas.blogspot.com.br/>
- <http://wikipedia.unicefuganda.org/latest/A/Reconquista.html>. Acesso em: 9 dez. 2013.
- <http://www.ahirntb.org.br/confliext13.htm> Acesso em: jan. 2016.
- <http://www.bahiana.edu.br/herois/herois.aspx?id=Mg==>. Acesso em: 13 mai. 2014.
- <http://www.brasilescola.com/historiab/revolta-vintem.htm> Acesso em: 18 jul 2015.
- [<< http://www.historialustrada.com.br/2014/04/reliquias-fotografias-guerra-doparaguai.html](http://www.historialustrada.com.br/2014/04/reliquias-fotografias-guerra-doparaguai.html) << Acesso em: 29 jul. 2015.
- <http://www.infoescola.com/brasil-imperial/revolta-do-quebra-quilos/> Acesso em: 18 jul 2015.

http://www.institutodoceara.org.br/revista.php. Acesso em: 18 jun. 2016.

http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/parecia-uma-tempetade Acesso em 30 jun. 2016.

http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3725-a-6-novembro-1866-554505-norma-pe.html. Acesso em jan. 2016

http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-38703-1-dezembro-1824-567456-publicacaooriginal-90805-pe.html. Acesso em jan. 2016

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

- ¹ Território do império colonial espanhol do Cone Sul localizado a leste rio Uruguai. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Banda_Oriental_do_Uruguai>. Acesso em: dez. 2013.
- ² Decreto de que criou o Exército do Brasil. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1824, Página 87, Vol. I, pt II (Publicação Original). Autêntica certidão de nascimento do Exército Brasileiro, os seus originais estão depositados no Arquivo Nacional - Rio de Janeiro/RJ.
- ³ A Milícia Em Armas: O Soldado Brasileiro Da Guerra de Independência - Carlos Roberto Carvalho Daróz. www.eceme.ensino.eb.br/cihm/Arquivos/PDF%20Files/30.pdf
- ⁴ Coleção de Leis do Império do Brasil - 7/1/1865, Página 5 Vol. 1 pt I (Publicação Original).
- ⁵ Id. Ibidem.
- ⁶ IZECKSON, Vitor. *O Cerne da discordia: a Guerra do Paraguai e o núcleo profissional do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: BIBLIEK, 1997, p 85.
- ⁷ Id. Ibidem.
- ⁸ Coleção de Leis do Império do Brasil - 1866, Página 313, Vol. 1, pt. II (Publicação Original)
- ⁹ Revista do Instituto do Ceará - 1967.
- ¹⁰ Trecho da carta de Israel Bezerra de Menezes ao Barão de Stuart. Revista do Instituto do Ceará - 1967
- ¹¹ Coleção do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, de 1865 a 1870.
- ¹² Principal combate travado durante a Guerra da Crimeia, ocorrido de Set. de 1854 a Set. de 1855. Disponível em <<http://www.ahimtb.org.br/confliext13.htm>> Acesso em: jan. 2015
- ¹³ Ofício encaminhado pelo marquês de Caxias ao barão de Muritiba, ministro da Guerra, em 10 de setembro de 1868.
- ¹⁴ Trecho do ofício encaminhado pelo comandante da 2^a Brigada de Infantaria ao brigadeiro Salustiano Jerônimo dos Reis, comandante da 2^a Divisão de Infantaria sobre o combate em Itororó.
- ¹⁵ Parte encaminhada pelo comandante Interino do 26º de Voluntários ao coronel Domingos Rodrigues Seixas, comandante da 2^a Brigada de Infantaria
- ¹⁶ Ofício encaminhado pelo conde d'Eu ao barão de Muritiba - ministro da Guerra.
- ¹⁷ Coleção de Leis do Império do Brasil - 7/1/1865, Página 5 Vol. 1 pt I (Publicação Original).
- ¹⁸ Não há registros oficiais dos demais CVP no que diz respeito à entrega das armas e bandeiras.
- ¹⁹ Coleção de Leis do Império do Brasil - 7/1/1865, Página 5, Vol. 1, pt I (Publicação Original).
- ²⁰ Ibidem.
- ²¹ Ibidem.
- ²² Ibidem.

150 anos do combate da ilha da Redenção

Ocupação do Forte de Itapiru

Cláudio Skora Rosty*

*Imolando-se pela Pátria, adquiriram uma glória
imortal e tiveram soberbo mausoléu, não na sepultura
em que repousam, mas na lembrança viva de seus feitos.
O homem ilustre tem por túmulo a terra inteira.*

PÉRILES - ORAÇÃO AOS HERÓIS QUE MORRERAM NO CUMPRIMENTO DO DEVER

AGuerra do Paraguai, também chamada “Guerra da Tríplice Aliança” ou “Guerra Guazu”, “La Guerra Grande”, como dizem os paraguaios, começou, de fato, em fins de 1864, após terem aprisionado, o navio brasileiro Marquês de Olinda. Imediatamente, investiram sobre a província de Mato Grosso, por terra e pelo rio Paraguai. Memoráveis foram as epopeias do Forte de Coimbra e de Dourados — com o sacrifício heroico do tenente Antônio João.

Existem várias causas remotas do conflito; a mais relevante delas, foi a criação do “Paraguai Maior” ou “Gran Paraguay”, sonho megalomaníaco de Solano López.

As outras causas são: a questão da livre navegação dos rios da bacia do Prata, aguçada com a recém-surgida navegação a vapor, decorrente da Revolução Industrial; a intervenção do Império, no Uruguai, em favor de Venâncio Flores e dos estancieiros gaúchos residentes nos dois países, nas proximidades da permeável “fronteira do vaivém”; a

frustração de López pela recusa de sua intermediação no conflito Brasil-Uruguai; a ocupação militar da ilha Martin Garcia pela Argentina, contrariando interesses geopolíticos paraguaios e uruguaios; o aprisionamento do navio brasileiro Marquês de Olinda, que conduzia o presidente da província de Mato Grosso e apoio logístico a Cuiabá; e a invasão da Argentina, após o presidente Mitre ter negado o trânsito de tropas paraguaias, com a finalidade de invadir o Rio Grande do Sul.

As forças brasileiras entraram no território Oriental porque as mais razoáveis reclamações que foram feitas ao governo de Aguirre não foram por ele atendidas. Nem mesmo as moderadas reclamações e nem a prudência, com que o diplomata em missão especial Tamandaré alertou o governo daquele Estado sobre os efeitos funestos de uma guerra. O Brasil não a desejava, não a provocou; esforçou-se, por decidir pela pacífica e amigável questão, por se tratar da segurança da propriedade e da existência de grande nú-

* Cel Inf (AMAN/75), doutor em Ciências Militares (ECEME/08), pós-graduado em História Militar (UNIRIO/07) e pesquisador do CEPHiMEx.

mero de brasileiros estabelecidos no Estado-Oriental, que sofriam constantes agressões.

Foi nesse complexo cenário político-militar que ocorreu a intervenção brasileira no Uruguai, após López ter comunicado ao Império, em 30 de agosto de 1864, que uma ação militar no Uruguai seria considerada uma agressão ao Paraguai. Em outubro desse ano, uma brigada, destacada do "Exército do Sul", comandado pelo general João Propício Menna Barreto, penetrou no Uruguai e ocupou a cidade de Melo.

A entrada das forças brasileiras no Uruguai desencadeou a invasão paraguaia ao nosso território, que há muito já estava sendo cuidadosamente programada e preparada.

A esquadra do Almirante Tamandaré bloqueou Montevidéu e, como comandante supremo das operações, declarou ser Venâncio Flores e não Atanásio Aguirre, o legítimo presidente da República do Uruguai. No final de novembro, as tropas brasileiras levantaram acampamento de Pirat Grande (próximo a Bagé) e, em 1º de dezembro de 1864, transpu- seram a fronteira em direção a Paissandu, ob- jetivo principal de sua missão. Enquanto isso, o almirante Tamandaré procedia ao bloqueio naval e posterior bombardeio das cidades de Paissandu e Salto, banhadas pelo rio Uruguai.

Veremos agora a trajetória do brigadeiro Sampaio, patrono da Arma de Infantaria.

O brigadeiro Antônio de Sampaio nas- ceu a 24 de maio de 1810, na povoação de Tamboril, oriunda da fazenda Vitor, situada no vale do rio Acaraú, a 232km a sudoeste de Fortaleza, na então Província do Ceará. Era filho de Antônio Ferreira de Sampaio, ferreiro de profissão (produzia pregos tipo cravo), e de dona Antônia de Souza Araújo Chaves.

A trajetória da vida de Sampaio mos-

tra o destino que é reservado aos guerreiros: que só param de lutar quando morrem. De Tamboril, passou pela Corte (Rio de Janeiro) e se dirigiu ao Sul, onde o dever o chamou, por 21 anos, imortalizando-se nos campos de batalha guaranis — em Tuiuti.

De vaqueiro sertanejo a campeiro gaú- cho, participou de inúmeras campanhas re- gionais voltadas, no período regencial, para a manutenção da integridade do território brasileiro, e, no período imperial, na defesa contra as agressões externas.

Em 17 de julho de 1830¹, após ter com- pletado vinte anos e ter sofrido a desilusão amorosa com Maria Veras, Sampaio sentou praça como voluntário no 22º Batalhão de Caçadores, sediado no Forte Nossa Senhora de Assunção, no local do atual Quartel-Gene- ral da 10ª Região Militar, em Fortaleza/CE.

Neste artigo trataremos:

- Sobre sua participação como alferes nos combates da Cabanagem, concorrendo para a pacificação da Província do Pará, onde recebeu o seu primeiro ferimento em combate.
- Atuou em inúmeros combates contra os Balaios no Maranhão, tomando par- te em cinquenta combates, dos quais, somente em quatro não exerceu a fun- ção de comandante², sendo, com treze anos de serviço, promovido a capitão (11/9/1843)³.
- Sua atitude, ao cumprir fielmente as or- dens do vice-presidente do MA em exer- cício, Bernardino de Souza Figueiredo⁴, impedi, com o uso da força, que o de- putado Jansem Pereira adentrasse na sala de audiência sem autorização. Tal incidente o levou para o Rio de Janeiro

e, após sua absolvição em inquérito, juntou-se ao Exército de Caxias em operações contra os Farroupilhas na Província do Rio Grande do Sul.

- Destacado para a Vila Canguçu, conheceu sua futura esposa dona Júlia dos Santos Miranda, a qual lhe deu quatro filhos: Leonor, Júlia, Antônio e América da Conceição. Júlia e Antônio morreram ainda crianças, e América da Conceição faleceu em Porto Alegre, com 84 anos e doou as condecorações de Sampaio ao Museu da 10ª RM.
 - Ele seguiu para a Corte, de onde foi mandado para o Recife, a fim de participar da pacificação da Revolução Praieira.
 - O capitão Antônio de Sampaio retornou ao sul do país para participar das lutas externas, tomando parte na decisiva jornada contra Oribe e Rosas, destacando-se na batalha de Monte Caseros.
 - Comissionado ao posto de coronel, em 27 de maio de 1859, recebeu a missão de disciplinar e reorganizar o Corpo Policial da Corte; ao voltar para o seu comando no Sul, foi promovido a coronel por merecimento (2/12/1861).
 - Sob as ordens do general João Propício Mena Barreto, comandante da Divisão de Observação da Fronteira, Sampaio comandou a 3ª Brigada de Infantaria (4º, 6º e 12º Batalhões), durante a guerra da República Oriental do Uruguai (1864/1865), contra Aguirre (*blanco*), participando da Batalha de Paissandu.
 - Foi promovido ao posto de general, pelo decreto de 18 de fevereiro de 1865, após trinta e cinco anos de serviço dedicados à Pátria, e recebeu a Imperial Ordem da Rosa, grau comendador (10/04/1865).

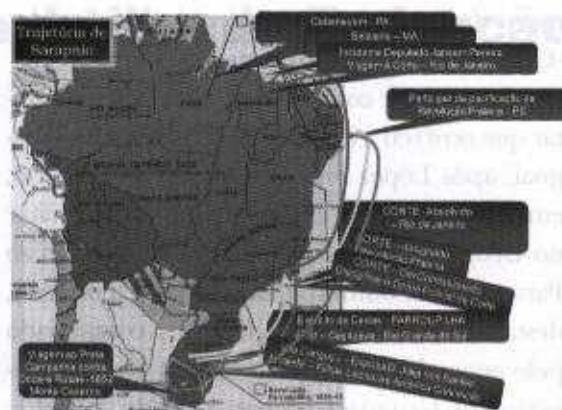


Figura 1 – Trajetória militar do brigadeiro Sampaio
Fonte: elaboração do autor

Batalha de Paissandu

O "Exército do Sul", comandado pelo marechal João Propício Mena Barreto, forte de 6.000 homens, era composto, segundo Tasso Fragoso, de duas Divisões de Infantaria, de uma Brigada de Voluntários Riograndenses e de um Regimento de Artilharia a Cavalo. As Divisões de Infantaria estavam subordinadas aos brigadeiros Manuel Luiz Osorio (1^a DI) e José Luiz Menna Barreto (2^a DI); a Brigada de Voluntários era comandada pelo brigadeiro Antônio de Souza Neto, e o Regimento de Artilharia a Cavalo, pelo tenente-coronel Emílio Luiz Mallet. A 1^a DI era integrada por três brigadas: a 1^a de Cavalaria e as 2^a e 3^a de Infantaria, sob o comando, respectivamente, do coronel Cândido da Silva Brandão, do tenente-coronel Carlos Resin e do coronel Antônio de Sampaio.

Em 29 de dezembro, esse Exército acampou nas imediações de Paissandu e deu início aos reconhecimentos, em combinação com as tropas de Venâncio Flores e com a esquadra do almirante Tamandaré, com vistas à conquista daquela cidade, já sitiada.

Paissandu se transformou em uma praça de guerra, com cerca de 1.500 homens, muito bem protegida e artilhada, comandada pelo coronel uruguai Leandro Gómez.

Às nove horas da manhã de 31 de dezembro, o marechal João Propício desencadeou o ataque, empregando a 1^a DI (reforçada pela brigada uruguai da general Venâncio Flores, com a missão de dar proteção ao flanco esquerdo da Divisão) em um ataque coordenado, frontal e pelo flanco direito da posição inimiga, permanecendo em reserva, a 2^a DI. A ação principal coube às 2^a e 3^a Brigadas de Infantaria, da 1^a DI, que atacaram justapostas, pelo centro do dispositivo (eram comandadas, respectivamente, pelo tenente-coronel Resin e coronel Sampaio, cabendo a este, por ser mais antigo, a coordenação do deslocamento das mesmas, que perfaziam um total de 2.200 homens).

A luta foi violenta, pois os sitiados combatiam com muita determinação e bravura, em cada rua e em cada casa ("era necessário conquistar palmo a palmo as posições guarnecidas", disse o marechal João Propício, em sua parte de combate). As encarniçadas ações corpo a corpo, obviamente com requintes de crueldade, ocorreram amiúde e se combateu até a noite, sem que a cidade-la inimiga tivesse sido de todo conquistada, obrigando os atacantes a manter as posições até a manhã de 1º de janeiro de 1865, quando o ataque foi retomado, com a mesma ferocidade, reduzindo-se as posições do inimigo "a um montão de escombros", no final da tarde daquele dia.

Os últimos defensores, em número de 700, renderam-se, incondicionalmente, no

dia dois de janeiro. Houve, é inegável, atos de barbarismo praticados no fragor da contenda, por ambos os litigantes, eis que a resistência era de rua em rua, de casa em casa.

A batalha, exemplo típico de "combate em localidade", foi decisiva para o prosseguimento das tropas vencedoras em direção a Montevideu, que, isolada por terra e por mar, rendeu-se em 22 de fevereiro de 1865. No dia seguinte, o general Venâncio Flores assumiu a presidência do país e firmou uma aliança com o Brasil, contra Solano López.

A batalha de Paissandu foi a primeira das gloriosas vitórias brasileiras na longa campanha que se findaria em 1º de março de 1870, em Cerro Corá, com a morte de Solano López. Tivemos 91 militares mortos (cinco oficiais) e 207 feridos (quatorze oficiais). O inimigo teve cerca de 300 mortos e incontáveis feridos, além de 700 prisioneiros.

Em sua longa parte de combate, o marechal João Propício ressalta as excepcionais qualidades de coragem, bravura, constância e serenidade ante o perigo e sob nutrido fogo, do coronel Antônio de Sampaio, comandante da 3^a Brigada de Infantaria e coordenador do ataque das duas brigadas, a quem se deveu, primacialmente, o êxito das ações dos dias 31 de dezembro, 1º e 2 de janeiro de 1865. Disse o marechal:

O coronel Sampaio é um dos oficiais de maior experiência de nosso Exército, jamais tendo trepidado em face do perigo, na sua longa vida militar. Por diversas vezes, nessas inesquecíveis jornadas, foi alertado pelos três comandantes de batalhão de sua Brigada, que me prestaram testemunho (os 4^a, 6^a e 12^a Batalhões de Infantaria) para conter o seu arrojo, pois lutava, de espada em punho, sempre junto às praças.

Ainda declarou, à frente:

À bravura posta em prática pelo coronel Sampaio, muito se deveu o sucesso dessas jornadas. A sua bravura frente ao perigo é a qualidade mais apreciada pela tropa, que sabe distinguir seus comandantes, sobretudo aqueles que a têm desde o berço, como Antônio de Sampaio, forma indelével do verdadeiro herói. Por isso mesmo, Sampaio tem um lugar muito especial no coração de seus soldados.

Afirmando mais adiante: "Com convicção, afirmo que o valente coronel Sampaio merece ser alçado ao posto de Brigadeiro".

E, de fato, tal aconteceu, eis que o Imperador Dom Pedro II o promoveu, em 18 de fevereiro de 1865, ao generalato do Exército Brasileiro.

Invasão de Mato Grosso (27/28 Dez 1864)

Na cronologia da guerra, duas expedições militares paraguaias invadiram a Província do Mato Grosso precedidas de minucioso reconhecimento, sendo a primeira fluvial, comandada pelo Cel Vicente Barrios, e outra terrestre, subdividida em duas colunas, constituídas principalmente por cavalaria, a principal comandada pelo Cel Francisco Isidoro Resquim, e a secundária comandada pelo Cap Martim Urbista.

Invasão de Corrientes (13/16 Abr 1865) e as operações no Rio Paraná

A invasão de Corrientes representava a ação principal de López para o Sul, tendo por objetivos: destruir as forças estacionadas na Mesopotâmia Argentina; facilitar o levante de Entre Ríos e Corrientes; e conquistar uma

base de manobras, imposta por não haver a Argentina permitido o trânsito das forças paraguaias por Corrientes, e também por ser vital à invasão do Rio Grande do Sul (a passagem por Corrientes).

Esses objetivos não foram alcançados por falta de rigor na execução do plano e pela superioridade naval brasileira.

Com um efetivo que chegou a atingir 30.000 homens, os paraguaios tiveram êxito inicial, com a ocupação de Corrientes, em 14 de abril. As operações paraguaias prosseguiram ao longo do rio Paraná. Porém, a sua penetração para o Sul foi lenta. Somente em três de junho, a vanguarda paraguaia atingiu Goiá, sem ter tido necessidade de se empenhar a fundo.

Comandou a força paraguaia Robles, que acabou substituído por Resquin, uma vez que relutou em cumprir as ordens de López de retirar-se para Corrientes quando se sentia com meios insuficientes para prosseguir na ação.

A invasão de Corrientes teve como consequência provocar maior união das províncias da Argentina, com a definição de Urquiza contra a agressão. Arrastou a Argentina à guerra, em virtude da assinatura do Tratado da Tríplice Aliança em 1º de maio, com as seguintes características:

- Aliança defensiva e ofensiva
- Respeito à soberania do Paraguai
- Ausência de ideia de conquista
- Caráter secreto
- Contra Solano López

Havia também os seguintes objetivos:

- Derrotar Solano López
- Manter o equilíbrio no rio da Prata
- Solucionar as questões de navegação
- Resolver as questões de limites

Antes mesmo de assinado o Tratado, Mitre e Tamandaré acordaram a marcha de Osorio para Uruguaiana; a reunião dos argentinos em Concórdia; e a marcha desses paralelamente aos brasileiros, quando se dirigessem para o Norte para atravessar o rio Paraná.

Uma vez invadida, a Argentina lançou mão das milícias locais e elementos disponíveis, comandados por Lagrana (governador da Província de Corrientes). Cobriu-se face a Corrientes e, logo que pôde, reforçou essa cobertura com tropas regulares de Buenos Aires. Comandou inicialmente a cobertura, Paunero, e depois Urquiza. Era objetivo dessa cobertura retardar a penetração inimiga; ganhar tempo e cobrir a mobilização e a concentração do Exército Nacional de Campanha.

Paunero desincumbiu-se da missão com êxito. A vanguarda de Lagrana, sem se empenhar fundo, balizou a progressão paraguaia. Sentindo a debilidade paraguaia em Corrientes, realizou, em combinação com a Esquadra, uma operação anfíbia, para desorganizar as retaguardas inimigas. Tal foi a ação realizada em 25 de maio, com cerca de 3.000 homens, embarcados na Divisão Brasileira comandada por Barroso. Desembarcou em Corrientes, dominou a cidade e regressou dois dias mais tarde.

Os efeitos psicológicos dessa operação anfíbia foram maiores que os materiais. Eles atuaram profundamente sobre o espírito de López, fazendo-o determinar o retraimento do exército de Robles, que já atingira, com suas vanguardas, a região de Goia. Aí terminou, praticamente, a ofensiva paraguaia sobre o rio Paraná, pois o tempo demaisado longo entre a tomada de Corrientes e o aprofundamento da invasão permitiu: a mobilização da milícia correntina; reforço à

cobertura com tropas de Buenos Aires; a mobilização das tropas de Urquiza.

Deslocamento da 3^a Divisão de Infantaria (Encouraçada)

Quando o marechal João Propício Mena Barreto pediu exoneração do comando do Exército do Sul, por motivo de saúde, passando sua missão ao brigadeiro Manoel Luís Osorio, que, por meio da Ordem do Dia N° 3, de quatro de março 1865, criou a 3^a Divisão de Infantaria e deu o comando a Sampaio. E na Ordem do Dia N° 6, de 11 do mesmo mês, ele recebia a incumbência de supervisionar a instrução de todos os Corpos de Infantaria.

Em Montevidéu, a 27 de abril de 1865, sob o seu comando, embarcou a 3^a Divisão de Infantaria, composta por duas brigadas — 5^a Brigada, com 4^o, 6^o e 12^o Batalhões de 1^a Linha; e 8^a Brigada, com 8^o, 16^o Batalhões de 1^a Linha e 10^o Batalhão de Voluntários —, com 3.200 homens, nos vapores Oyapoque, Apa e Princesa, a corveta Magé e uma chata com oito peças de artilharia em direção a Paissandu. Três dias depois, seus soldados desembarcaram ao Norte, na Barra de São Francisco, onde Sampaio passou seu penúltimo aniversário, cuidando da saúde e da instrução da tropa.

A Ordem do Dia N° 34, de oito de junho, expedida no quartel-general de Osorio, oficiou várias patentes, entre elas a de brigadeiro a Sampaio.

Em 31 de maio de 1865, a 3^a Divisão já se encontrava em Concórdia, ao norte do rio Dayman, ainda em território argentino, em frente à Vila de Salto. Também, partindo de

Montevidéu, a cavalaria de Osorio, por terra, chegou a essa vila, no acampamento de Juqueri-Grande, ao sul da vila de Salto, local de adestramento da tropa e escolha dos oficiais que comporiam os quadros dos Corpos de Voluntários da Pátria.

A superioridade naval brasileira, embora não absoluta, permitiu a operação anfíbia sobre Corrientes, que teve duas consequências imediatas: a paralisação da ofensiva de Robles; e a Batalha Naval de Riachuelo. Por que foi a Batalha Naval de Riachuelo uma consequência dessa operação anfíbia? Porque López sentiu que, sem a superioridade naval, não seria possível apoiar-se no rio e realizar uma operação segura. A atuação sobre Corrientes o provou de sobra. E, assim, resolveu lançar a cartada decisiva, articulando a Batalha do Riachuelo — 11 de junho de 65 —, que tem como resultado a perda quase total da esquadra de López, golpe de profunda repercussão no desenrolar da guerra, que acabou com a capacidade ofensiva estratégica de Solano López. Outros combates ocorreram em Mercedes e Cuevas, e, em 23 Jul 65, López mandou prender Robles em Empedrado.

As forças aliadas na "Mesopotâmia" vão se organizando pouco e pouco. Assim, começou a saída das tropas paraguaias do território argentino e do rio Paraná.

Invasão do Rio Grande do Sul (10 Jun 1865) e as operações ao longo do rio Uruguai: São Borja (10 Jun); Uruguiana (05 Ago); Cerco (18 Set)

Desde janeiro de 65, asseguraram os paraguaios uma cabeça de ponte na região de Encarnación, violando o território argentino

sem que esse fato provocasse então uma atitude do governo de Buenos Aires.

Assumindo Estigarribia o comando e tendo a missão de avançar para o rio Uruguai, resolveu fazê-lo em segurança. Lançou uma cobertura, sob o comando de Duarte, que marchou pela margem direita do rio Uruguai. Estigarribia, por seu turno, transpôs o Uruguai, ocupou S. Borja e se deslocou para o Sul, ocupando finalmente Uruguiana. Nessa época, as forças brasileiras que operavam no Uruguai, sob o comando de Osorio, estavam-se concentrando com as demais forças aliadas na região de Concórdia, território argentino. Julgando inoperância de Caldwell como Chefe do Exército em operações no Rio Grande, a base de Guardas Nacionais inexperientes, o governo nomeou para substituí-lo, a 20 de julho de 65, o barão de Porto Alegre. Sem estar subordinado a Osorio, devia com ele cooperar em caso da necessidade e, se solicitado. Se transpusesse o rio Uruguai, ficaria sob o comando dele e de Mitre.

Mitre, julgando erradamente que os paraguaios que atuavam ao longo do rio Paraná estavam definitivamente na defensiva, decidiu: concentrar as forças aliadas em Concórdia, devidamente cobertas face ao Norte; avançar entre as duas colunas inimigas e batê-las por partes, atuando, em um 1º tempo, sobre as forças que operavam em Uruguiana, mantendo a cobertura face às forças que operavam no rio Paraná e, em um 2º tempo, destruir as forças que operavam no Paraná em manobra em linhas interiores.

Pouco antes, em três de julho, deu-se a sublevação da Cavalaria de Urquiza, que desapareceu completamente (8.000 homens), deixando um claro na cobertura, na região de Basualto. Esse fato reduziu a cobertura da concentração apenas ao Corpo de Paunero.

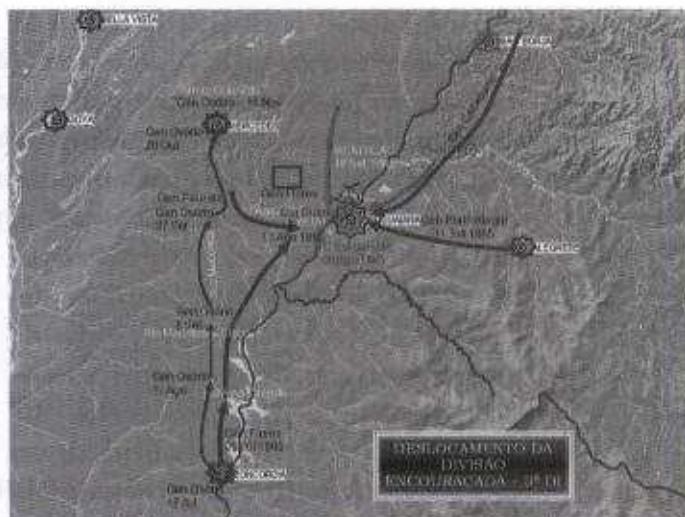


Figura 2 – Deslocamento da Divisão Encouraçada (Retomada de Uruguaiana)

Fonte: elaboração do autor.

Em 11 de julho, terminou a concentração total de 19.000 homens; Estigarribia já dominava Uruguaiana. Em face do avanço de Estigarribia, resolveu Mitre cobrir-se nesta direção, uma vez que a cobertura a Oeste era julgada suficiente e havia, no momento, um recuo da coluna paraguaia que aí operava. Criou um destacamento, sob o comando de Flores, chamado Exército de Vanguarda, com a missão de: atuando na direção Concórdia-Passo de Los Libres, cerrar contato com o inimigo que progredia a oeste do rio Uruguai, de maneira a limitar sua penetração para o Sul. Flores iniciou sua marcha a 18 de julho. Devidamente informado sobre o inimigo, reclamou recursos a Mitre, que adaptou seu plano, determinando a Paunero que se incorporasse a Flores. Realizada a junção Flores-Paunero, prosseguiu Flores na missão. Derrotou Duarte no combate de Yatai, tendo aprisionado o grosso da força inimiga.

Prosseguiu Flores na missão, cooperando no cerco de Uruguaiana. A rendição das tropas paraguaias em Uruguaiana deu por encerradas as operações de invasão de López no Rio Grande do Sul. Em 18 de setembro de 65, houve a rendição das forças de Estigarribia a D. Pedro II.

Em 12 de junho, Sampaio recebeu a espada de brigadeiro dada por D. Pedro II, das mãos dos cearenses residentes na Corte, com o característico talim.

Na jornada de 11 de agosto, o Exército acampou na margem do rio Ayuí-Grande, atingindo, a oito de setembro, a margem esquerda do rio Mandisobi-Chico; a 27, transpôs o rio Mocoretá, limite entre as províncias de Entre Ríos e Corrientes. A três de outubro, reiniciaram os movimentos, a 20 atingiram Mercedes e acamparam na margem do Arroio Cuencas em 22 de outubro, permanecendo neste local até 11 de novembro.

A rendição de Estigarribia exasperou López, que, a três de outubro, ordenou a Resquin a retirada de seus 27.000 homens para o Passo Da Pátria, por Corrales, o qual, ao partir, realizou devastações nos campos e apreendeu cerca de 100.000 cabeças de gado, antes de deixar o território argentino. Em fins de outubro, Resquin iniciou a travessia do rio Paraná sem ser molestado pela Esquadra do Império, devido à baixa das águas e ao grande calado dos navios.

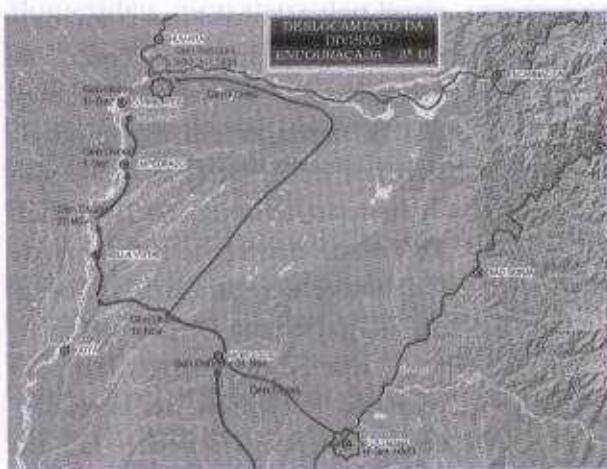


Figura 3 – Deslocamento da Divisão Encouraçada (Ocupação de Corrientes)

Fonte: elaboração do autor

No dia três de outubro, nossas tropas reiniciaram os movimentos; a 20 atingiram Mercedes e acamparam na margem do Arroio Cuencas em 22 de outubro, permanecendo nesse local até 11 de novembro. De 12 a 15 de novembro durou a transposição do rio Corrientes e do rio Batel. Flores seguiu pela parte central da província argentina em direção ao local de sua concentração nas barrancas do rio Paraná, em Tala-Corá. As tropas brasileiras e argentinas seguiram para o Passo Espíndola e, após transporem o rio Santa Lúcia, acamparam no mesmo lugar onde o comandante paraguaio Resquim ao se retirar da província argentina deixou ruínas de um acampamento e um cemitério. As tropas aliadas atingiram o rio São Lourenzo (Pelado), em 20 de novembro. A 1º de dezembro, seguiram para o Empedrado; a 11 do mesmo mês, atingiram o arroio Riachuelo e, finalmente, a 20 chegaram na região de Lagoa Brava, a leste da cidade de Corrientes, onde descansaram, receberam reforços e se

prepararam para as ações de transposição do rio Paraná e Paraguai.

A marcha de aproximação em território dos países da Tríplice Aliança foi longa, atribulada e custosa; durante quase um ano, as tropas envolvidas percorreram mais de mil quilômetros, desde o acampamento perto do Cerro de Montevidéu, seguiram a pé e a cavalo, com carretas de transporte enfrentando as intempéries e os encharcados terrenos desconhecidos. Até então, não se conhecia deslocamento de tão grande efetivo, que teve início com, aproximadamente, dez mil homens para atingir a região das confluências (Três Bocas), com mais de trinta mil combatentes, em abril de 1866. Após a transposição da região das Três Bocas, ocuparam o Forte Itapiru e seguiram para o Passo da Pátria paraguaio.

Ocupação de Corrientes pelos Aliados

Ao sul das Três Bocas, os três Exércitos Aliados passaram o Natal de 1865, recebendo incursões paraguaias e, em Tala-Corá, reuniram-se combatentes aliados e comerciantes de várias nacionalidades, lugar onde Sampaio prosseguiu na sua tarefa de inspecionar os preparativos das tropas de infantaria, conforme o Regulamento de 31 de março de 1851. Enquanto isso, o chefe da Comissão de Engenheiros, tenente-coronel José Carlos de Carvalho, preparava os meios para o estabelecimento da cabeça de ponte, em solo guarani⁵.

Na Ordem do Dia N°136, de 5 de março de 1866, o brigadeiro Sampaio foi nomeado, por Osorio, presidente da Comissão das Armas, nos exames práticos das três armas⁶ em solo guarani.

Dionísio Cerqueira (Alferes do 4º BI da 5ª Bda Inf da 3ª DI), em sua obra *Reminiscências da Campanha do Paraguai*, dá testemunho da rigorosa disciplina imposta por Sampaio, tanto nos exercícios de adestramento da tropa, quanto nas instruções e inspeções:

Apesar dos rigores das estações, os nossos batalhões não tinham descanso; principalmente os que estavam sob o comando do general Sampaio, que, rigoroso e exigente, dava exercícios uma e duas vezes por dia.⁷

Primeiro Combate – ilha da Redenção

Honra e Glória aos valentes da ilha em frente a Itapiru.

MITRE, OD 150:339

Em seis de abril, por intermédio do tenente-coronel João Carlos de Vilagran Cabrita, na ilha da Redenção⁸, em frente do Forte Itapiru, tremulou, pela primeira vez, a Bandeira Brasileira Imperial em solo paraguaio. Tal operação contou com o apoio de fogo de três navios brasileiros (Canhoneiras Henrique Martins — Cmt

Jerônimo Gonçalves —, Chuí e Greenhalg), quatro canhões La Hitte de doze polegadas, quatro metralhadoras e uma bateria de foguetes, e dos engenheiros Carlos de Carvalho, Sena Madureira e André Rebouças⁹. Em nove de abril, foi desfechado forte ataque guarani sobre o pequeno banco de areia (ilha da Redenção), que desaparece nas cheias, o qual foi repelido, com baixas e prisioneiros. Porém, quando o tenente-coronel Cabrita, vitorioso, redigia sua parte de combate, foi atingido, por um tiro de canhão, disparado de Itapiru, provavelmente, por um instruendo seu, ceifando sua vida e de seus auxiliares diretos¹⁰, surgindo desta forma, o patrono da arma de Engenharia: "Vilagran Cabrita".

Em missão de reconhecimento, o tenente da armada Francisco José de Freitas, comandante da canhoneira Ipiranga, ao subir o rio Paraguai, descobriu a "boca do Atajo", local ideal para o desembarque das tropas aliadas, levando em consideração: a profundidade do rio; as margens firmes; e o espaço suficiente para o desembarque de aproximadamente oito mil soldados em cada escalão.



Figura 4 – Ocupação do Forte de Itapiru

Fonte: elaboração do autor



Figura 5 – Ocupação do Forte de Itapiru (ilha da Redenção)

Fonte: elaboração do autor

Desembarque na Terra Guarani

Soldados! É fácil a missão de comandar homens livres, basta apontar-lhes o caminho do dever. O nosso caminho está ali de frente!

OSORIO – PROCLAMAÇÃO

Decidido o ponto de desembarque, ações de dissimulação foram realizadas a partir do pôr do sol de 15 de abril, momento em que o brigadeiro Sampaio partiu com sua 3^a Divisão¹¹ em 1º escalão, e tendo a distinção de escoltar o comandante das tropas brasileiras, o general Osorio, com seu estado-maior e piquete-escolta. À meia-noite, seguiu o 2º escalão, a 1^a Divisão do general Argolo Ferrão.

Às sete horas da manhã seguinte, os bombardeios da Esquadra Aliada no rio Paraná, na frente de Itapiru e Passo da Pátria, dissimularam o local exato do desembarque, que ocorreu na “boca do Atajo”, no rio Paraguai, ao norte da confluência dos rios Paraná e Paraguai. A surpresa foi completa, os guaranis de López esperavam o desembarque na margem direita do rio Paraná, entre o forte Itapiru e a boca do rio Paraguai. No final da tarde e noite do dia do desembarque, caiu uma forte chuva, que dificultou as ações de reforço do inimigo.

O maior inimigo dos aliados, no início do deslocamento em solo guarani, foi o desconhecimento do terreno, que, na ocasião, encontrava-se alagado, formando banhados e atoleiros. O itinerário para

Itapiru, de uma légua, era formado de uma estreita faixa de terreno, arenosa e alagadiça, estreitado por bosques impenetráveis, formados por arbustos e juncos grandes. O 2º Corpo de Voluntários, comandado pelo major Deodoro da Fonseca, cobiou o avanço de Osorio. Às 10 horas, o 1º escalão do Exército Imperial, com aproximadamente dez mil homens, ocupou a região de “Confluência”, assim chamada pelo inimigo. Neste momento, somente três generais brasileiros pisavam o solo paraguaio: Osorio, Sampaio e Argolo¹².

Veremos agora o itinerário por onde, provavelmente, o brigadeiro Sampaio tenha passado até chegar a Vila do Passo da Pátria.

Ocupação do Forte Itapiru e da Vila Passo da Pátria

A guerra não se faz com abraços.

OSORIO



Figura 6 – Ocupação do Forte de Itapiru (Passo da Pátria)

Fonte: elaboração do autor

O primeiro combate se deu nas proximidades da Lagoa Sirena, onde, por quatro horas, lutaram bravos soldados de Sampaio, capturando uma bandeira e dois canhões. Em 17 de abril, o forte Itapiru foi abandonado e os demais canhões, ocultados pelos guaranis¹³, que se retiraram para Passo da Pátria. O tenente-coronel Carlos de Carvalho, chefe da Comissão de Engenheiros, hasteou a Bandeira do Império, do 6º Batalhão de Infantaria da Divisão de Sampaio¹⁴, no Forte Itapiru, marcando, dessa forma, a sua ocupação.

O prosseguimento das operações de Itapiru para Passo da Pátria foi atribuído à Divisão Encouraçada do brigadeiro Sampaio¹⁵, (5º Bda - 4º BI, 6º BI, 12º BI Tremembé-Terra, 4º CVP e 16 CVP; 8º Bda - 8º BI, 16º BI e 10º CVP), juntamente com dois batalhões orientais, e à 5ª Bateria do 1º Regimento de Artilharia a Cavalo, que passou a fazer a vanguarda dos aliados, estacionando ao norte de Passo da Pátria e ao sul do Estero Bellaco.

O brigadeiro Sampaio foi elogiado na Ordem do Dia nº 152, de 25 de abril de 1866, pelo general Osorio, comandante do 1º Corpo de Exército¹⁶ nos seguintes termos:

[...] por ter mantido o seu posto com serenidade, ativando e dirigindo as forças de seu comando à medida que as circunstâncias do terreno o permitiam ou que se apresentava necessidade de reforços neste ou naquele ponto.

No dia 27, quase todo o Exército Aliado se encontrava no antigo acampamento de López, e todos os meios de apoio foram reunidos no Passo da Pátria, inclusive a instalação do "Hospital de Sangue" e o "Centro de Apoio logístico".¹⁷



Figura 7 – 150 anos no Forte de Itapiru (Comitiva brasileira e paraguaia)

Fonte: acervo do autor

Como conclusão sobre a ofensiva de López ao Sul, devemos ter em mente que as operações ofensivas exigem vontade firme, espírito de decisão, iniciativa e força. López dispunha de força suficiente em Humaitá para impor a sua vontade, e não a empregou no momento oportuno, deixando, inclusive, bater-se por partes. Ele fracassou em sua manobra por falta de espírito de decisão e vontade e pela restrição à iniciativa dos seus chefes subordinados.

A superioridade naval foi fator decisivo para o sucesso do Brasil. López foi infeliz no seu plano de operações e na sua execução. Ao invadir, quase ao mesmo tempo, por três direções divergentes, o território dos aliados, com formidável efetivo, viu, em pouco tempo, desfeito o sonho de vitória, que o acalentava.

A Província de Mato Grosso só mais tarde iria expulsar os invasores paraguaios; a demora foi por falta de recursos e comunicações diretas com a Corte. Em compensação, os 40.000 homens da invasão de Corrientes e Rio Grande do Sul se achavam batidos e bastantes desfalcados.

Deve ainda ser ressaltada a incapacidade dos generais de López bem como a impos-

sibilidade de ligação entre os Exércitos de Róbles, ao longo do rio Paraná, e o de Estigarribia, ao longo do rio Uruguai.

As principais consequências desse período foram: a assinatura do tratado da Tríplice Aliança; a destruição do poder naval paraguaio; a definição de atitude de Urquiza; a evacuação de Corrientes pelos paraguaios; e a rendição paraguaia em Uruguai.

Concluindo, hoje, com este artigo, há 150 anos passados, os infantes guerreiros de Sampaio veem em seu patrono o exemplo de coragem e determinação. E naqueles combates. Quanta incerteza? Do terreno

desconhecido e da luta que seria travada. Muitos não voltaram!

E àqueles que tombaram no campo de batalha, juntamente com Sampaio, o nosso eterno reconhecimento. E que o Grande Arquiteto do Universo os coloque junto aos demais heróis da Pátria, para serem os vigilantes de nossa liberdade e soberania. Por sua coragem e determinação saudamos o brigadeiro Antônio de Sampaio, patrono da Infantaria! 

*O Militar, quando ele se põe em marcha,
à sua esquerda vai a coragem,
e à sua direita, a disciplina.*

GUILHERME MONIZ BARRETO

Referências

- AZEVEDO, Pedro Cordolino Ferreira de. *História Militar*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952. 2 v.
- BAPTISTA, Fernando. *Elisa Lynch*: mulher do mundo e da guerra. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2007. ____p.
- BENGOECHEA ROLÓN, Felipe E. *Humaitá*: estampas de Epopeya. Asunción: Don Bosco, 2008. ____p.
- BENTO, Cláudio Moreira. *Brigadeiro Antônio de Sampaio*: Patrono da Infantaria (bicentenário) - o bravo dos bravos na Batalha do Tuiuti. Ed. comemorativa da AHIMTB. Resende: Editora, 2010. ____p.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Anais do Museu Histórico Nacional* Rio de Janeiro, 1866. V. 17. Obra comemorativa do 1º Centenário da Batalha do Tuiuti.
- CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da Campanha do Paraguai*. Ed. Especial da Coleção General Benício. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1980. ____p.
- DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*: nova história da Guerra do Paraguai. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. ____p.
- DUARTE, Gen. Paulo de Queirós. *Sampaio*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1988. ____p. (Coleção General Benício).
- FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1956. 5 v.
- _____. Reedição. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2010. V. II.
- HISTÓRIA Militar Brasileira I: do período colonial ao monárquico. Palhoça: Unisul Virtual, ano. Apostila de um curso virtual.
- LIMA, Mauro Lopes de. *O Infante Imortal*. São Paulo: Caravellas, 1966. ____p.
- MADUREIRA, Antônio Sena. *Guerra do Paraguai*. Brasília: UnB, 1982. ____p.

- MATTOS, Joaquim Francisco de. *A Guerra do Paraguai*: história de Francisco Solano Lopes, o extermínador da nação paraguaia. Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1990. ____p.
- PRIMEIRO Corpo de Exército do Márquez do Herval. *Ordens do dia da Guerra do Paraguai*. 2ª ed. Rio de Janeiro: ZL Soluções em Impressão, 2008. V. 1, 1865 e v. 2, 1866.
- SCHNEIDER, L. *A Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo da República do Paraguai (1864-1870)*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1928. 4 v.
- THOMPSON, George. *La Guerra del Paraguay*. Asunción: RP Ediciones; Servilibro, 2003. ____p. (Colección Otra Historia).
- VASCONCELOS, Capitão Genserico. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1941. 2 v.
- VAZ GUIMARÃES, Acyr. *A Guerra do Paraguai*: verdades e mentiras. Campo Grande: Ed. do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2000. ____p.
- N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.
-
- ¹ Fé de Ofício do Brig. Sampaio de 1º de outubro de 1866 – datilografada – 1º Livro dos apontamentos oficiais da Arma de Infantaria, folha nº 43, assinado pelo Ten Cel Francisco José Cardoso Júnior, cavaleiro da Ordem de São Bento d' Avis, bacharel em Matemática pela Escola Militar da Corte e do Corpo do Estado-Maior de 1ª Classe e chefe interino da 2ª Seção da Repartição de Ajudante Geral.
- ² Sampaio Oficial Subalterno do livro *O Infante Imortal*, de Mauro Lopes Lima, Editora Caravellas, SP 1966, pág 34.
- ³ Sumário Cronológico da História do Guerreiro Sampaio do livro *O Infante Imortal*, de Mauro Lopes Lima, Editora Caravellas, SP 1966, pág 130.
- ⁴ Sampaio, Gen Paulo de Queiróz Duarte, BIBLIEx, RJ 1988, Cap VII, pág 141 a 145.
- ⁵ Sampaio, Gen Paulo de Queiróz Duarte, BIBLIEx, RJ 1988, Cap XII, pág 266.
- ⁶ Sumário Cronológico da História do Guerreiro Sampaio do livro *O Infante Imortal*, de Mauro Lopes Lima, Editora Caravellas, SP 1966, pág 133.
- ⁷ Brigadeiro Antônio de Sampaio – Patrono da Infantaria (Bicentenário): o bravo dos bravos na batalha do Tuiuti – Edição comemorativa da AHIMTB – Resende-RJ - 2010 – pág 67 e 74.
- ⁸ VILAGRAN CABRITA e a Engenharia de seu Tempo – General A. de Lyra Tavares, BIBLIEx, pag 102.
- ⁹ História Militar Brasileira I – UNISUL VIRTUAL- Unidade 8 – Guerra da Tríplice Aliança Contra Solano López. pág 252 e 253.
- ¹⁰ Sampaio, Gen Paulo de Queiróz Duarte, BIBLIEx, RJ 1988, Cap XII pág 268.
- ¹¹ A Divisão Encouraçada de Sampaio embarcou com 4.060 homens nos vapores Wipper e Whiteinch, com 1.300 soldados cada, e Suzan-Bearn, com 1.460 soldados. O General Sampaio do livro *O Infante Imortal*, de Mauro Lopes Lima, Editora Caravellas, SP 1966, pág 56.
- ¹² Sampaio, Gen Paulo de Queiróz Duarte, BIBLIEx, RJ 1988, Cap XII pág 268 a 271.
- ¹³ Alguns autores relatam que esses canhões foram enterrados próximo de Itapiru, e outros afirmam que foram jogados no rio Paraná (do autor).
- ¹⁴ Osorio, marquês do Herval – Editora Nova Prova – Porto Alegre, pág 81 e O General Sampaio do livro *O Infante Imortal*, de Mauro Lopes Lima, Editora Caravellas, SP 1966, pág 58.
- ¹⁵ Brigadeiro Antônio de Sampaio – Patrono da Infantaria (Bicentenário): o bravo dos bravos na batalha do Tuiuti – Edição comemorativa da AHIMTB – Resende-RJ - 2010 – pág 75.
- ¹⁶ O General Sampaio do livro *O Infante Imortal*, de Mauro Lopes Lima, Editora Caravellas, SP 1966, pág 58.
- ¹⁷ Sampaio, Gen Paulo de Queiróz Duarte, BIBLIEx, RJ 1988, Cap XII pág 272.

Biblioteca do Exército

Tradição e Cultura

Desde sua criação, em 1881, a Biblioteca do Exército (BIBLIEX) tem sido importante vetor de difusão cultural. Seu acervo de consulta está à disposição do público civil e militar, com obras sobre História Militar, Relações Internacionais, Geopolítica, Estratégia e outros assuntos correlatos.

Em 1937, iniciou um programa editorial que firmou a tradição pela qualidade de suas publicações, as quais são distribuídas aos seus assinantes e também disponibilizadas para venda avulsa.

Seja um assinante da BIBLIEX!
Receba livros e revistas a preços com desconto.

As publicações da BIBLIEX são obras de natureza profissional-militar e de cultura geral.

Livros da Coleção General Benício e revistas são disponibilizados para civis e militares mediante assinatura, uma forma de aquisição que oferece ao cliente as seguintes vantagens:

- ✓ comodidade de recebimento em seu endereço, por via postal;
- ✓ preço com expressivo desconto;
- ✓ pagamento facilitado para militares (em até 12 vezes);
- ✓ pagamento mediante Guia de Recolhimento da União (GRU).

	Assinatura anual	Valor (R\$)
Coleção Gen Benício	Completa - 10 livros	280,00
	Compacta - 5 livros	150,00
Revistas	A Defesa Nacional (quadrimestral)	
	Revista do Exército Brasileiro (quadrimestral)	40,00
	Revista Militar de Ciência e Tecnologia (trimestral)	

Visite nossa homepage
www.bibliex.ensino.eb.br

assinantes@bibliex.ensino.eb.br / vendas@bibliex.ensino.eb.br

Tel: (21) 2519-5715 e 2519-5716 / 2519-5732 e 2437-8747

Fax: (21) 2519-5569

Passo da Pátria – a Normandia Sul-Americana

Aspectos navais

*Luiz Augusto Rocha do Nascimento**

Introdução

As operações de transposição de cursos d'água, entre as várias operações militares existentes, é uma das mais difíceis de coordenar e executar. O grau de complexidade aumenta exponencialmente caso isso ocorra à frente do inimigo postado na outra margem. Vários filmes já celebrizaram a Operação Overlord (o desembarque das Forças Aliadas nas praias da Normandia), no dia seis de junho de 1945.

A Operação Overlord foi planejada em detalhes sob um manto de extremo segredo. Dois anos antes do desembarque aliado, essa parte da costa francesa já era visitada por forças especiais aliadas. Elas iam às praias para estudar minuciosamente o terreno a ser escolhido como local do desembarque. Entre seus equipamentos, esses homens levavam uma cápsula de cianureto. Cair prisioneiro não era uma opção.

A Guerra do Paraguai, na América do Sul, teve uma travessia levada a efeito setenta e oito anos antes da Normandia e viu uma operação semelhante: o desembarque dos Aliados (Argentina, Brasil e Uruguai) no Passo da Pátria. Os ar-

gentinos chamaram essa operação de Pasaje del río Paraná del 16 de abril de 1866¹. Foi uma grande operação, que marcou para sempre a História Militar dos países que nela se envolveram.

As operações de travessia de cursos de água não eram desconhecidas das forças militares da América. Forças brasileiras, particularmente no sul do Brasil, se dedicavam a essa atividade desde o século XVIII. Esse conhecimento histórico se avolumou e se perpetuou nas tropas envolvidas. Porém, eram operações de menor vulto².

O objetivo do presente trabalho é apresentar alguns aspectos navais envolvidos nessa operação. A finalidade é rememorar esse grande feito das armas dos países aliados, em geral, e da Marinha brasileira, em particular. Ao final desta pesquisa, pretende-se que esses aspectos, rememorados no seu 150º aniversário, se coloquem com a grandeza e a admiração que seus participantes merecem.

A situação aliada (dezembro de 1864 a dezembro de 1865)

As forças brasileiras se encontravam no Rio da Prata, quando o presidente López ini-

* Cel Cav (AMAN/87), mestre em Operações Militares (EsAO/95), bacharel em Arquivologia (UnB/01), pós-graduado em História Militar (UNISUL/13), licenciado em História (UNOPAR/16), pesquisador associado do CEPHiMEX e professor do Colégio Militar de Brasília.

ciou sua ofensiva contra o território brasileiro de Mato Grosso. Posteriormente, López lança suas tropas sobre Corrientes e o Rio Grande do Sul. O presidente paraguaio se preparou detalhadamente para a guerra. Era uma pessoa meticulosa, conhecia minuciosamente seu país e formulou suas ações com muita antecedência.

Pela primeira vez, o Brasil se encontrava na condição de lutar em duas frentes. Concluía suas ações no Uruguai, cujo fim das operações se deu somente a partir do Convênio de 20 de fevereiro de 1865. Ao mesmo tempo, enfrentava os paraguaios no Mato Grosso desde dezembro de 1864. O Brasil jamais lutara nessas condições. A situação era complicada e exigia respostas rápidas.

O novo ministro de Negócios Estrangeiros, Otaviano³, substituiu Saraiva⁴ no rio da Prata e manteve Tamandaré no comando em chefe das forças brasileiras. O marechal Mena Barreto⁵, adoentado, retornara ao Brasil. O chefe da esquadra, em face da urgência da situação, elaborou um plano de operações para a luta contra o marechal López. Resumidamente, o plano mencionava⁶:

- Transportar, por via fluvial, o exército brasileiro de Montevideu para um ponto a quinze milhas abaixo de Humaitá (fortaleza paraguaia construída sob a orientação de uma Missão Militar brasileira) e criar aí uma cabeça de ponte, organizando convenientemente o terreno.
- Efetuar bloqueio apoiado na tropa e, ao mesmo tempo, protegê-la de flanco. Marchar depois, na ocasião oportuna, contra Humaitá — primeiro objetivo. Esta coluna que se poderia chamar de sul, numeraria uns trinta mil homens.

- Simultaneamente com ela, invadir pelo Norte, com outra, de uns vinte mil homens.
- Formar um corpo de observação em São Borja (noroeste do Rio Grande do Sul), que ameaçasse uma invasão a partir daí e obrigasse o inimigo a ter força numerosa em Santo Tomé, cidade correntina às margens do rio Uruguai, próxima a São Borja.

A necessidade imperiosa de emprego das forças navais na guerra, sobretudo a brasileira, ficou clara desde cedo. O Uruguai não tinha embarcações a fornecer, e a Argentina contribuiu inicialmente com três barcos. O Tratado da Tríplice Aliança, em seu parágrafo terceiro, já mencionavam que “as forças marítimas dos aliados ficarão sob o imediato comando do Vice-Almirante Visconde de Tamandaré, Comandante-Chefe da Esquadra de Sua Majestade o Imperador do Brasil”⁷.

López sabia que precisava destruir a força naval brasileira. A notícia de sua ofensiva sobre a província de Corrientes, no norte da Argentina, fez com que se mandasse uma força naval contra ele. A terceira divisão, sob o comando do capitão de mar e guerra José Secundino Gomensoro, composta da corveta Jequitinhonha e das canhoneiras Araguari, Iguatemi e Ipiranga, zarpou para impedir o avanço da frota adversária. Em 16 de abril, atingiu Rosário e, a dois de maio, chegou a Bela Vista⁸.

A Batalha Naval do Riachuelo, travada no dia 11 de junho de 1865, no rio Paraná, véspera da invasão paraguaia no Rio Grande do Sul, frustrou os planos de López de dominação fluvial do teatro de operações. A esquadra brasileira, apesar de não estar adaptada para o combate fluvial, venceu sua oponente paraguaia. Assim observou Centurión:

Uma vez instalado em Humaitá, el mariscal López se dedicó a los preparativos para atacar de improviso y apoderarse de la escuadra enemiga que em los primeros días de Junio vino a fondearse frente al Riachuelo, um poco más abajo de Corrientes. Sin duda, le preocupaba la idea de dominar el río cuya realización se imponía como uma necesidad indispensable para poder continuar la campaña de Corrientes. A la verdad, la dominación del río era tan esencial, que sin ella, no era posible columbrar um resultado favorable a la campaña iniciada, porque anulaba uno de los elementos poderosos com que contaba el Paraguay para cooperar y facilitar la consecución del éxito de la misma: cual era la Escuadra Nacional.⁹

(N. da R.: O texto original foi preservado pelo autor.)

A ofensiva de López se interrompeu após seus fracassos terrestres em Corrientes e no Rio Grande do Sul. Retraiu suas forças do norte da Argentina e fuzilou seu comandante. Perdeu tropas bem treinadas sob a rendição de um mau comandante em Uruguaiana. Retornou ao seu território e aguardou o ataque aliado. Em dezembro de 1865, viu os aliados em Corrientes iniciando seus preparativos para atravessar o río Paraná.

Preparativos para a invasão

As tropas do general Osorio estavam concentradas no Passo da Pátria, às margens do río Paraná, desde 26 de dezembro de 1865. Ele, desde cedo, iniciou os trabalhos necessários para realizarem a travessia do caudaloso río. Como nos trouxe o general Fragoso:

Pode-se avaliar facilmente a importância da operação ponderando na grandeza do curso de água que se deveria transpor à viva

força e na massa considerável de homens (cerca de 65.000), de animais e de material que havia mister levar rapidamente para o outro lado. Graças às criteriosas medidas táticas e técnicas tomadas de antemão e à presença da esquadra brasileira no local, tudo se fez com tal método e regularidade, que essa travessia pode ficar como exemplo característico e instrutivo de operações dessa natureza.¹⁰

Osorio liderou os preparativos brasileiros para a travessia. Entre suas preocupações, necessitava de recursos técnicos para que fosse capaz de cruzar o río Paraná. Determinou que esse problema ficasse a cargo do doutor José Carlos de Carvalho, tenente-coronel, chefe da Comissão de Engenheiros. Carvalho se instalou em Corrientes e iniciou seus trabalhos. Criou uma oficina, onde construiu barcos de modelo francês¹¹.

O trabalho destinado ao tenente-coronel Carvalho era muito grande. Corrientes, capital da província argentina, não possuía o material suficiente para que desse cabo da sua missão. Procurou em Buenos Aires, por determinação de Osorio, o nosso ministro de Negócios Estrangeiros Francisco Otaviano de Almeida Rosa. Buscou apoio do ministro, substituto do ministro Saraiva, para conseguir material para a construção de mais embarcações¹².

O tenente-coronel Carvalho, ex-instrutor da Escola Militar, preparou em Corrientes — com muita antecedência, portanto — os meios possíveis de transporte, construindo grande número de chalanas (canoas) de pinho, balsas sobre flutuantes da mesma espécie, a que se juntavam as chatas tomadas ao inimigo e que foram preparadas para o transporte da artilharia e de trem pesado¹³.

López não ficou imóvel enquanto os aliados se organizavam em Corrientes. Começou de modo improvisando, com o envio de canoas com alguns paraguaios para a margem sul do Paraná. Dia a dia, o presidente paraguaio enviou forças ao território ocupado pelos aliados. Trocaram vários tiros, incluindo a região próxima a Itapiru e Carayá¹⁴. O *raids* de López, que ele chamava de Fluvial¹⁵, seguiram até 19 de fevereiro de 1866¹⁶.

O último ataque de López coincidiu com o transporte de tropas para Itapiru. Os vapores paraguaios voltaram a Itapiru e deixaram nessa posição as tropas, que continuaram a cruzar o rio Paraná até o dia 22. O Gualeguay ficou em Itapiru, e os outros quatro que participaram da operação paraguai subiram depois para Humaitá. As embarcações de López navegaram sem represálias, pois Barroso alegava não ter meios navais para se opor ao inimigo¹⁷.

Outro acontecimento importante marcou, dois dias depois, no dia 24 de fevereiro de 1866, a preparação do exército brasileiro para a operação de travessia do passo da Pátria. O tenente-coronel Carvalho escreveu ao general Osorio, do Acampamento de Tala-Corá. Informou o general Osorio da situação, até aquele momento, dos meios que se faziam necessários para a travessia:

Para passar o rio Paraná existem no Exército os seguintes meios: 43 canoas, completamente equipadas, podendo transportar 1.075 praças; dois batelões, que transportam 120; e nove pontões de goma elástica, que transportam 225; ao todo 1.420. Existe mais um vapor de excelente marcha para rebocar. Estão a chegar de Montevidéu e Buenos Aires mais dois vapores, destinados para o mesmo fim. O vapor S. Paulo,

fretado para o serviço do Exército, pode empregar-se também neste mister, e, segundo sou informado, pode transportar 400 praças. Devem vir também brevemente dos mesmos portos acima mencionados pelo menos 10 batelões, cada um dos quais poderá 40 praças. O Exmo. Sr. Visconde de Tamandaré prometeu dar para o serviço da passagem quatro dos pequenos vapores da esquadra e três ou quatro chatas. À vista da atividade com que se trabalha em Corrientes, ter-se-á, até ao dia 10 do mês próximo futuro, mais de 50 canoas para 1.250 praças, dois batelões para 120 e seis balsas para a artilharia, carretame e cavaliada, além dos meios de defesa que ali se estão preparando. Nos primeiros dias do mês de março, ficará pronta a grande chata que V. Exa. Mandou construir em Corrientes. Temos na cidade de Corrientes 800 remos, 120 ancorotes de quatro e seis arrobas, 500 mil pés de pranchões de pinho, grande quantidade de cabos de diversas bitolas, ferro, pregos, enfim, todo o material e matéria prima de que se pode necessitar para empreender qualquer construção que o tempo permitir.¹⁸

(N. da R.: O texto original foi preservado pelo autor.)

No dia 25 de fevereiro de 1866, ocorreu um Conselho de Guerra na cidade de Corrientes. O Conselho foi presidido por Bartolomeu Mitre e contou com a presença dos generais dos exércitos aliados e do almirante Tamandaré. Esse encontro tratou de coordenar um plano de invasão do país de López, acordando como se daria a entrada no território paraguaio e os possíveis pontos de desembarque. Segundo Palleja, todos os meios de travessia ficavam em Corrientes pelo menos até 21 de março de 1866¹⁹.

Osorio e Mitre concordavam com a necessidade da operação. Contudo, achavam que o conhecimento do terreno era funda-

mental para decidirem exatamente onde ela seria levada a cabo. Acreditavam que a decisão deveria ser em cima de um objetivo racional baseado em levantamentos geográficos e reconhecimentos no terreno, buscando o menor número de baixas entre os aliados.

Tamandaré achava que poderia transportar a tropa, durante a travessia, sem a perda de um só homem. O almirante pretendia o uso, para esse fim, de algumas canhoneiras, de vapores menores, de chatas e de todas as embarcações sob a responsabilidade da esquadra. Contava, também, com balsas e canoas de que dispunha o exército. Acrescentou que tinha elementos para transpor, de um só golpe, de oito a dez mil homens. Logo, em um só dia, transportaria todo o exército²⁰.

O papel da Marinha foi crucial para o sucesso da travessia. Tamandaré envidou esforços para aparelhar suas forças. Sua presença era esperada para que pudessem cruzar o rio Paraná e levar a guerra ao território paraguaio. Todos sabiam da sua missão crucial de bombardear o Passo da Pátria e, posteriormente, Humaitá²¹. A Marinha brasileira se apresentava conforme o **Quadro 1**:

Os aliados procederam a vários reconhecimentos para determinar o ponto de travessia para atacar o Paraguai. Tamandaré iniciou preparativos para o reconhecimento, enviando o capitão de mar e guerra Alvim²² e uma comissão de hidrógrafos²³. A expedição foi atingida por fogos do forte de Itapiru e de chatas articuladas na sua passagem. Esse episódio deu origem à chamada Guerra das Chatas²⁴.

Hornos, general argentino, Flores, generalíssimo dos orientais²⁵, Mitre, presidente da Argentina, e o tenente-coronel Carvalho também embarcaram em navios argentinos e brasileiros e percorreram o rio Paraná, verificando possíveis opções. Esses reconhecimentos se deram, em algumas ocasiões, sob o fogo paraguaio. Esses reconhecimentos contribuíram para decidir que o Passo da Pátria era o melhor ponto.

A tomada do forte de Itapiru foi o primeiro passo da travessia do rio Paraná. Os fogos do forte incomodaram os aliados nos reconhecimentos realizados para achar um ponto de passagem. O ataque se iniciou no dia cinco de abril de 1866. A Marinha apoiou essas operações com os vapores General Osório, Voluntários da Pátria, Duque de Saxe e Riachuelo. Participaram

Navios	Nomes
Couraçados	Brasil, Bahia, Tamandaré e Barroso.
Canhoneiras	Parnaíba, Belmonte, Beberibe, Araguari, Itajaí, Magé, Ivaí, Mearim, Iguatemi, Ipiranga, Greenhalgh e Henrique Martins.
Avisos	Chuí, Onze de Junho, Lindóia, Voluntário e General Osório.
Transportes	Apa, Marcílio Dias, Isabel, Princesa de Joinville e Iguaçu (não movido a vapor).
Transportes fretados pelo governo do Brasil	Whith-Inch, Viper, Suzam-Beam, Riachuelo, Presidente, Duque de Saxe e Galgo.

Quadro 1 – Composição da força naval de Tamandaré em 17 de março de 1866

Fonte: adaptado de Fragoso, 1957, p. 349

Classificação	Total
Foguetes	2.672
Calibre 4	33.320
Calibre 6	11.248
Calibre 12	3.740
Cunhetes para Cavalaria e Infantaria	1.999
Cápsulas	2.090.000

Quadro 2 – Munições do 1º Corpo Brasileiro (Osorio)

Fonte: adaptado de Fragoso, 1957

do combate, também, chatas e canoas construídas por Carvalho²⁶.

A esquadra brasileira também participou do combate com a Henrique Martins (1º tenente Jerônimo Gonçalves), a Greenhalgh (1º tenente Marques Guimarães) e o Chuí (tenente Neto de Mendonça)²⁷. Centurión, assessor do presidente López, chamou os três navios de encouraçados e acrescentou que havia mais cinco canhoneiras apoiando essas três. O paraguaio afirmou que o coronel Bruguez causou o afundamento de uma lancha a vapor e uma chata brasileira²⁸.

A travessia do rio Paraná, realizada pelas forças aliadas, ocorreu no dia 16 de abril de 1866. O efetivo das tropas aliadas era o seguinte: 25.000 argentinos; 37.870 brasileiros e 2.860 orientais, totalizando um efetivo de 65.730 homens²⁹. A travessia acrescentou 17 peças de artilharia argentinas³⁰ e 48 peças brasileiras³¹. A munição brasileira (Quadro 2) mostra a enorme quantidade de munições que precisavam transpor para a outra margem.

Os aliados escolheram quatro pontos

para o embarque das tropas da travessia. A escolha se deu após minuciosas sondagens, realizadas previamente, para que não pudessem ser vistos da margem paraguaia. Construíram quatro pontes: uma fixa, de estacadas (palafitas), duas de balsas, sobre canos, e outra feita em uma ponta de terra com faxinas (feixe de galhos amarrados) e tábuas, ligada a uma balsa e sobre canoas³².

Os desembarques, conforme acertado entre os chefes das tropas aliadas, se fizeram por escalões sucessivos (expedições). A 1ª e a 2ª expedições eram apenas de tropas brasileiras. O general Osorio teria essas expedições a seu cargo. A 3ª expedição compunha-se de tropas orientais e brasileiras, sob o comando do general Venâncio Flores. Depois, passou o restante do exército aliado. O Quadro 3 mostra essa composição:

A condução da parte naval da travessia, assim como todo o desembarque, ficou a cargo do capitão de mar e guerra Torres e Alvim. A partir da 3ª expedição (ou escalão), inclusive, esse oficial tomou para si a responsabilidade de coordenar e controlar todo o embarque³³. Esse procedimento ocorreu por-

Escalão	Tropa	Transporte
1º (Osorio)	3ª Divisão Brasileira (Sampaio)	Wipper (chata Rio Grande com 71 cavalos), 2 canoas com 50 praças e 2 canoas com ferramentas. Whiteinch (chata Cearense com munição de infantaria e artilharia) e 2 canoas com 1 contingente do Batalhão de Engenheiros. Suzan-Bearn (chata Pernambucana com toda a artilharia – 8 peças) e 2 canoas com a munição.
2º (Osorio)	1ª Divisão (Argolo)	Marcilio Dias, Riachuelo, Duque de Saxe e Berenice. Presidente (chata Monitor com 40 cavalos), 2 canoas com 50 praças de engenharia e 2 com as ferramentas.
3º (Flores)	Exército Oriental 1º Corpo do Exército Argentino	Guarda Nacional, Pavón, Aliado, Provedor, Buenos Aires e Libertad (argentinos). Chatas e canoas com canhões, munições e cavalos. Transportes Isabel e Whiteinch (brasileiros).

Quadro 3 – Expedições de travessia do rio Paraná

Fonte: adaptado de Fragoso, 1957; e Garmendia, 1901

que Osorio e Flores estavam embarcados, e outra pessoa precisava tomar para si as decisões necessárias.

A travessia se iniciou às 8h30³⁴ e ocorreu após um bombardeio violento da margem paraguaia do Paraná. Ele era mais intenso na região de Itapiru. Esse cuidado se deu para chamar a atenção de López para esse setor da frente. Assim, reforçou na sua mente, após a ocupação da ilha da Redenção, que o desembarque seria nas suas proximidades³⁵. O bombardeio das praias da Normandia, comparando, também precedeu o desembarque.

As balsas atracaram a terra e estabeleceram pontes de canoas entre a margem do rio e os vapores. Começaram logo o desembarque das tropas. Eram 09h00. O fogo da esquadra tornara-se cada vez mais intenso na praia de Itapiru. A 3^a Divisão Naval deixou a posição que ocupara no início da operação e entrou no Paraguai para proteger o desembarque. Osorio e seus ajudantes foram os primeiros a desembarcar³⁶.

Considerações finais

A travessia do rio Paraná foi um sucesso graças à preparação metódica realizada à época. Embora a tecnologia disponível não se comparasse aos meios presentes na Europa, a operação de travessia fazia parte das operações militares brasileiras desde o século XVIII. Assim, cruzar rios fazia parte das guerras que varreram a bacia do rio da Prata desde o início dos conflitos entre seus países.

No entanto, a travessia militar do rio Paraná, dentro do contexto da Guerra da Tríplice Aliança, foi a mais complexa operação realizada na América do Sul até aquele

momento. As dificuldades apresentadas no local foram basicamente: a impetuosidade do rio Paraná; a presença dos paraguaios na margem norte do rio; a necessidade de meios específicos para a travessia; e o desconhecimento do terreno para escolha do local de desembarque das tropas e materiais.

A Marinha brasileira foi de importância vital para o êxito da operação. O visconde de Tamandaré foi extremamente capaz para vencer as dificuldades de uma frota de mar e reunir embarcações capazes de atuar nos rios do teatro de operações. A Comissão de Engenheiros do 1º Corpo de Exército brasileiro também foi muito diligente para preparar meios de travessia e desembarque. Essa comissão foi também muito ajudada pelo ministro Otaviano na obtenção de materiais necessários para a construção desses meios de travessia.

O sucesso da operação se deveu ao preparo metódico e à liderança dos chefes presentes. A competência dos chefes levou a preparação a bom termo. Suas ações diligentes proporcionaram o sucesso. Assim, uma operação temerária transformou-se, às primeiras horas do dia 16 de abril de 1866, em um êxito militar incontestável. Portanto, as ações navais empreendidas para a operação lograram o resultado esperado.

Este trabalho teve o objetivo de apresentar alguns aspectos navais envolvidos nessa operação. O autor deste trabalho acredita que, embora em espaço bastante curto, foi capaz de dimensionar as dificuldades envolvidas nesse processo de travessia e fornecer uma ideia, mesmo que distante, dos riscos envolvidos na operação. Portanto, nossa História Militar não deixou nada a dever à famosa Operação Overlord. ■■■

Referências

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Francisco Otaviano**: Biografia. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/francisco-otaviano/biografia>>.
- BENTO, Cláudio Moreira. **Travessia militar de brechas e cursos d'água no Brasil**. In: A Defesa Nacional. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1985. Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br/TRAVESSIA%20MILITAR.pdf>>.
- CENTURIÓN, Juan Crisostomo. **Memorias**. v. 2. Imprenta de Obras de J A Berra. Buenos Aires, 1894. Disponível em: <<https://ia601408.us.archive.org/29/items/memoriasdelcoro01centgoog/memoriasdelcoro01centgoog.pdf>>.
- DUARTE, General Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**: o Comando de Osorio. v.2. Tomo I. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1982.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**. v.2. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1957.
- GARMENDIA, José Ignacio. **Campaña de Humaytá**. Casa Editora de Jacobo Pauser. 1^a Edición. Buenos Aires, 1901. Disponível em: <<https://ia601405.us.archive.org/1/items/campaadahumayt00garmgoog/campaadahumayt00garmgoog.pdf>>.
- PALLEJA, León de. **Diario de La Campaña de las Fuerzas Aliadas contra el Paraguay**. Biblioteca Artigas. Uruguai, 1960. Disponível em: <<http://www.bibliotecadelbicentenario.gub.uy/innovaportal/file/65109/1/clasicos-uru-vol30.pdf>>.
- SIQUEIRA, André Cezar. **Batalha Naval do Riachuelo**: 150 anos de uma vitoriosa Operação Conjunta da Marinha e do Exército do Brasil. Revista Navigator. v. 11. N. 21, p. 74-83. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://www.revistanavigator.com.br/navig21/dossie/N21_dossie5.pdf>.
- THOMPSON, Jorge. **La Guerra del Paraguay**. Imprensa Americana. Buenos Aires, 1869. Disponível em: <http://www.portalguaraní.com/614_george_thompson/22331_la_guerra_del_paraguay_tomo_primer_1910_jorge_thompson.html>.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). **Biografia de José Antônio Saraiva: o conselheiro Saraiva**. Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/JoseASar.html>>. Acesso em 2016.
- N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ GARMENDIA, 1901.

² BENTO, 1985.

³ Francisco Otaviano (Francisco Otaviano de Almeida Rosa), advogado, jornalista, político, diplomata e poeta, nasceu no Rio de Janeiro-RJ, em 26 de junho de 1826, e faleceu na mesma cidade em 28 de junho de 1889. É o patrono da cadeira n. 13 da Academia Brasileira de Letras, por escolha do fundador, Visconde de Taunay.

- ⁴ Político e estadista brasileiro. Conselheiro do Império notabilizado pela lei que tomou seu nome.
- ⁵ João Propício Mena Barreto, Barão do Cerro Largo.
- ⁶ FRAGOSO, 1957, p. 7-11.
- ⁷ Id. Ibid., p. 29. (N. da R.: O texto original foi preservado pelo autor.)
- ⁸ SIQUEIRA, 2015.
- ⁹ CENTURIÓN, 1894, p. 206.
- ¹⁰ FRAGOSO, 1957, p. 388.
- ¹¹ Id. Ibid., p. 343.
- ¹² Id. Ibid., 1957.
- ¹³ Id. Ibid., 1957, p. 388.
- ¹⁴ THOMPSON, 1869.
- ¹⁵ Id. Ibid..
- ¹⁶ FRAGOSO, 1957, p. 341.
- ¹⁷ Id. Ibid., p. 342.
- ¹⁸ Id. Ibid., 1957, p. 343-344.
- ¹⁹ PALLEJA, 1980, p. 140.
- ²⁰ FRAGOSO, 1957, p. 348-349.
- ²¹ PALLEJA, 1980, p. 137.
- ²² Comandante da 2^a Divisão Naval em operações.
- ²³ A comissão, composta pelos primeiros-tenentes Silveira da Mota, Hoonholtz e Cunha Couto, embarcou na Araguari para realizar um levantamento hidrográfico do rio Paraná.
- ²⁴ FRAGOSO, 1957.
- ²⁵ Uruguaios. República Oriental do Uruguai.
- ²⁶ DUARTE, 1982, p. 179.
- ²⁷ FRAGOSO, 1957, p. 367.
- ²⁸ CENTURIÓN, 1894, p. 58.
- ²⁹ FRAGOSO, 1957, p. 385.
- ³⁰ GARMENDIA, 1901.
- ³¹ FRAGOSO, 1957, p. 385.
- ³² Id. Ibid., p. 388-389.
- ³³ Id. Ibid., p. 391.
- ³⁴ GARMENDIA, 1901, p. 44.
- ³⁵ FRAGOSO, 1957, p. 391.
- ³⁶ Id. Ibid., p. 393.

As moradas eternas do brigadeiro Sampaio

Júlio Lima Verde Campos de Oliveira*

Introdução

O translado dos restos mortais do brigadeiro Antônio de Sampaio, desde o seu falecimento a bordo do vapor-hospital Eponina, nas cercanias de Buenos Aires, em seis de julho de 1866 até o seu repouso definitivo no seu Panteão na Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, em Fortaleza, Ceará, será apresentado de uma maneira resumida, mostrando as eternas moradas em que teve pouso.

O jornal *La Nación* noticiando o infiusto acontecimento, escreveu:

Diremos de passagem que esse chefe é um dos homens mais valentes que se podem encontrar, foi seu desmedido valor que de soldado o levou a general, sendo hoje ainda moço. Na batalha de 24 de maio, o brigadeiro Sampaio, com sua brilhante divisão, chamada Encouraçada, por compor-se das melhores tropas brasileiras, foi a que aguentou o inimigo e, no meio de um fogo infernal, viu-se o Brigadeiro Sampaio a cavalo dirigindo ousadamente suas manobras.

Foi ferido e, momentos depois, morto o seu cavalo. Então a pé, continuou, com sua espada em punho, a dirigir as suas forças. Vendo cair ferido o comandante do heróico 4º Batalhão de Voluntários, vários oficiais e a metade dos soldados dessa unidade, compreendendo que esse batalhão era a chave desse círculo de

baionetas, colocou-se à frente do mesmo com o quê, por tal forma o animou, fazendo que o 4º Corpo se fizesse dizimar pelo inimigo, mas sempre mantendo a sua posição.

Foi nessa ocasião que o general Sampaio, sendo novamente ferido, caiu nos braços de seus soldados e foi conduzido exangue ao seu quartel-general.¹

Cemitério Municipal de Buenos Aires

O corpo do Brigadeiro Antônio de Sampaio ferido por três vezes na cruenta batalha de Tuiuti, em vinte e quatro de maio de 1866, ao chegar à capital portenha, recebeu todas as atenções por parte das autoridades argentinas e do corpo médico brasileiro, que o acompanhou nos últimos momentos em vida.

Após as preparações do corpo, o enterro foi realizado no Cemitério Municipal de Buenos Aires, atual Cemitério da Recoleta, tendo o cortejo saído do local onde se encontrava às 14 horas, com a presença de ilustres personalidades e do povo argentino. Ao baixar o túmulo, em oito de julho de 1866, o bravo Brigadeiro foi exaltado pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Argentina, D. Rufino de Elizalde. O referido sepultamento foi registrado no livro de 1866, folha 355, onde consta ter sido enterrado "quem era em vida o Brigadeiro

* Gen Div (AMAN/68), doutor em Ciências Militares (ECEME/83), pesquisador associado do CEPHiMEx e assessor cultural do Comando da 10ª Região Militar.

Antônio de Sampaio, de 55 anos de idade, na Seção Sete".

Igreja do Bom Jesus da Coluna do Asilo dos Inválidos da Pátria

Os restos mortais de Sampaio permaneceram em solo argentino por mais de três anos, quando foi decidida pelo Governo Brasileiro, a sua repatriação para a cidade do Rio de Janeiro, sendo fixada a data de 20 de dezembro de 1869 para a transladação dos seus despojos para o Asilo dos Inválidos da Pátria, onde foi sepultado na cripta da Igreja de Bom Jesus da Coluna, situada na ilha do Bom Jesus, sede do citado Asilo. No féretro, seus restos mortais foram recebidos pelo próprio imperador D. Pedro Segundo.

Decidido o sepultamento dos restos mortais do brigadeiro Antônio de Sampaio no Asilo dos Inválidos da Pátria, na ilha do Bom Jesus, no interior da Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, o ministro da Guerra, em nota de 16 de dezembro de 1869, fixou as solenidades que deviam ser tributadas ao Herói de Tuiuti.

Dizia o documento:

Programa do saimento e depósito do cadáver do brigadeiro Antônio de Sampaio na Capela do Asilo dos Inválidos na ilha do Bom Jesus. O saimento terá lugar, conduzindo-se o cadáver por mar, desde a Capela do Arsenal de Guerra, onde se acha recolhido, até à do Asilo dos Inválidos, onde tem de ser depositado. No dia e hora que o ministro da Guerra marcará para esta solenidade fúnebre, uma brigada da Guarda Nacional, composta de dois batalhões de infantaria e um de artilharia, achar-se-á formada nas imediações do Arsenal de Guerra, estendendo-se os dois batalhões de infantaria

pelo Largo do Moura e Rua D. Manoel, e o de artilharia, pela praia de Santa Luzia, a fim de darem as descargas e salvas correspondentes ao posto de marechal; em cujo exercício se achava o falecido brigadeiro na ocasião em que recebeu os ferimentos, de que lhe resultaram a morte...²

Matriz de Fortaleza (Sé) – Igreja de São José (Catedral de Fortaleza)

Entretanto, seus restos mortais não permaneceriam muito tempo nas terras cariocas. O povo cearense passou a reclamar dos dirigentes estaduais, pelos sagrados despojos, tendo, em 1871, um ano após o término da Guerra da Tríplice Aliança, adotado as medidas oficiais no sentido de construir um mausoléu para receber os restos mortais de seu herói, admirado pelo povo cearense.

Em entendimentos mantidos com o Governo Imperial, em 16 de novembro de 1871, foi efetuada a retirada em um ataúde dos Inválidos da Pátria dos seus restos mortais, os quais foram transportados no paquete Cruzeiro do Sul para Fortaleza, onde estava sendo concluído um mausoléu no cemitério público da capital cearense, mais tarde denominado de Cemitério São João Batista.

No dia marcado para a viagem, o ataúde do brigadeiro foi retirado do Asilo dos Inválidos às seis horas da manhã, de 16 de novembro daquele ano de 1871, assistindo ao ato, a convite do ministro da Guerra de então, o visconde de Jaguaribe, presentes ao ato o visconde do Rio Branco, presidente do Conselho e o ministro da Marinha, conselheiro Duarte de Azevedo, o general Bartolomeu Mitre, Conselheiro Alencar

Araripe, barão Homem de Melo e outras autoridades.

O corpo seguiu a bordo do paquete Cruzeiro do Sul, em câmara ardente, aos cuidados do tenente Felipe de Araújo Sampaio, do 14º Batalhão de Infantaria.

Esse vapor chegou a Fortaleza na manhã de 25 do dito mês de novembro, mas o ataúde, por causa da maré, só pôde ser desembarcado à tarde, procedendo-se às honras fúnebres durante o trajeto, desde o porto até a catedral, onde foi depositado; na ocasião, formaram o 14º de Infantaria e a Companhia de Aprendizes de Marinheiro, salvando a Fortaleza.

Pegaram nas alças do caixão o presidente da Província, conselheiro barão de Taquari, o presidente da Assembléia provincial barão de Aquiraz, o comandante da Guarda Nacional, comendador João Antônio Machado, o vice-presidente da Província, comendador Joaquim da Cunha Freire, o barão de Ibiapaba, o comendador Dr. José Lourenço de Castro e Silva, presidente da Comissão de Recepção e o reverendo padre Antônio Pereira de Alencar, membro da mesma comissão.³

Mausoléu no Cemitério São João Batista

O vapor chegou a Fortaleza no dia 25 de novembro de 1871, tendo sido recebido com honras fúnebres. O ataúde foi depositado na cripta da Igreja Matriz de São José, hoje a Catedral de Fortaleza, enquanto era concluído o mausoléu, cuja inauguração somente ocorreu em 25 de outubro de 1873.

Cerca das seis horas da manhã, de acordo com o programa estabelecido, efetuou-se o ato fúnebre com grande imponência, saindo o ataúde com o corpo do brigadeiro Antônio de Sampaio para o mausoléu construído no cemitério público da cidade.

A cerimônia revestiu-se de grande aparato, com assistência do mundo oficial. Seguraram nas fitas do férretro o conselheiro José Martiniano de Alencar, senador Tomaz Pompeu de Souza Brasil e o comendador Joaquim da Cunha Freire, presidente da Assembléia e da Câmara.

No decurso do desfile do prístino fúnebre, ouviram-se as salvas executadas pela fortaleza e por uma corveta que se encontrava no porto. Uma brigada, comandada pelo coronel João Nepomuceno da Silva, formada do 15º Batalhão de Caçadores e do 1º de Fuzileiros, de um Batalhão da Guarda Nacional e da Companhia de Aprendizes de Marinheiro, prestou as honras militares.

No cemitério, de uma tribuna para isso armada, discursaram o Dr. Augusto Gurgel, o comendador José Lourenço de Castro e Silva, presidente da Comissão incumbi-

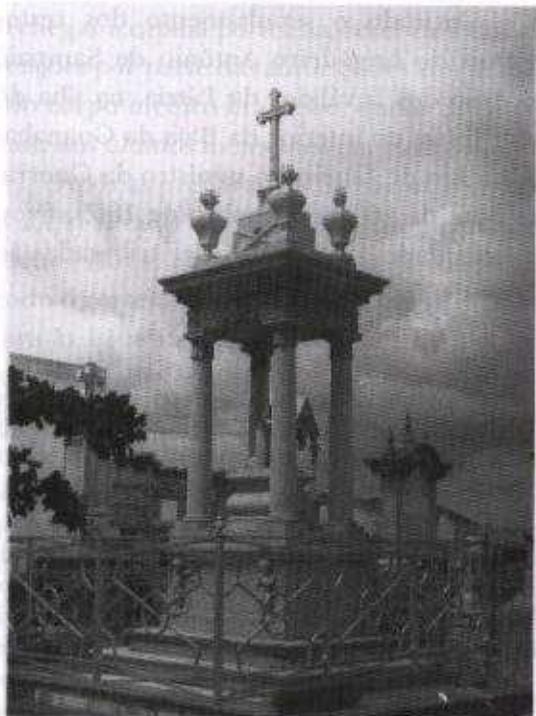


Figura 1 – Mausoléu no Cemitério São João Batista em Fortaleza

Fonte: acervo do autor

da da construção do monumento e várias outras pessoas, que se fizeram ouvir com poesias apropriadas ao momento.⁴

Nesse local sagrado, o valoroso guerreiro permaneceu por aproximadamente 93 anos, até que, no ano de 1966, dentro das Comemorações do Centenário da Batalha de Tuiuti, foi incluída a retirada dos restos mortais de Sampaio, do cemitério para outro mausoléu construído pela Prefeitura de Fortaleza em uma das mais modernas avenidas recém-inauguradas, a Avenida Bezerra de Menezes, onde o túmulo de Sampaio seria mais visto pelo seu povo.

O local escolhido foi defronte ao aquartelamento do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), passando seus jovens alunos a guardar o referido monumento. A concretização deu-se em cinco de maio de 1966, com a exumação dos restos mortais, e a respectiva lavratura do termo de exumação.

Mausoléu na Avenida Bezerra de Menezes

No dia 24 de maio de 1966, às 7h45min, partiu do Cemitério São João Batista o cortejo fúnebre conduzindo os despojos do brigadeiro Sampaio, que passaram a repousar no novo Mausoléu construído no canteiro central da Avenida Bezerra de Menezes. Mais um local era ocupado pelos restos mortais do nosso valoroso cabo de guerra em seu sono eterno.

O cortejo fúnebre foi formado por uma linha de doze alunos do Colégio Militar, montados, empunhando as Bandeiras Históricas, seguida de uma linha de tambores, também daquele educandário; após o quê, marchavam seis oficiais de Infantaria con-

duzindo, sobre almofadas, as condecorações do homenageado; logo após, deslocava-se a carreta fúnebre, tracionada por seis cavalos, conduzida por dois soldados, acompanhada de altas autoridades.

As sete e quarenta e cinco, ao partir o cortejo, uma bateria de canhões de 37mm do 23º BC executou as salvas; ao chegar ao Panteão, foi o cortejo recebido por outra salva, executada por uma bateria de 75mm, do 10º GO-105.

Após a chegada do marechal João Batista de Matos, representante do presidente da República, foi hasteada a Bandeira Nacional com o Hino, seguindo-se novas salvas, agora com canhões 105mm, do 10º GO.

Em seguida, a jovem cearense que conduzia o Fogo Sagrado, em uniforme da época de Sampaio, montada em um corcel, escoltada por vaqueiros de Tamboril, acendeu a pira disposta diante do Panteão, ocasião em que o madrigal da Universidade Federal do Ceará cantou a Canção da Infantaria.

Em prosseguimento, o prefeito de Fortaleza, general Murilo Borges, fez entrega do Panteão ao Exército, representado na pessoa do general Itiberê Gouvêa do Amaral. Terminado o ato, o oficial de Relações Públicas da 10ª RM procedeu à leitura da ordem do dia do ministro da Guerra.

Passados quase trinta anos, a cidade de Fortaleza se expande com rapidez. O CPOR de Fortaleza é extinto. O aumento desenfreado na quantidade de veículos torna a Avenida Bezerra de Menezes uma via de grande movimento. A permanência do mausoléu na avenida fica inviável. Mais uma vez é estudado um novo local para abrigar os restos mortais de Sampaio.

Panteão Brigadeiro Sampaio

Fruto dos estudos para escolha de um local definitivo e graças aos esforços do general de exército Domingos Miguel Antônio Gazzineo, antigo comandante da 10ª Região Militar, junto ao ministro do Exército, general de exército Zenildo de Lucena, e com o apoio da Prefeitura de Fortaleza, foi erguido, na parte frontal da Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, um panteão destinado a ser a morada definitiva do grande soldado, o brigadeiro Sampaio.

A instalação do panteão nesse sítio histórico teve um forte simbolismo por estar, justamente, no mesmo local onde o jovem sertanejo Antônio de Sampaio, se alistou na longínqua data de dezoito de julho de 1830. Naquela ocasião, estava sediado na Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção o quartel do então 22º Batalhão de Caçadores, primeira unidade militar que abrigou Sampaio.

Finalmente, no dia vinte e quatro de maio de 1996, é realizado o último translado dos res-

tos mortais do Patrono da Infantaria, para o seu Panteão, que passa a abrigar definitivamente os despojos desse bravo guerreiro.

Conclusão

O caminho foi longo desde o Cemitério da Recoleta em Buenos Aires, passando sucessivamente pela ilha do Bom Jesus no Rio de Janeiro; Cripta da Igreja Matriz de São José; Mausoléu no Cemitério São João Batista; Mausoléu na Avenida Bezerra de Menezes e finalmente o Panteão Brigadeiro Sampaio, em Fortaleza, Ceará. Todos estes locais sagrados foram, cada qual, ao seu tempo, as eternas moradas do brigadeiro Sampaio, Patrono da Infantaria.

No corrente ano, decorridos vinte anos de existência do seu Panteão, desejamos que o espírito imortal de Sampaio permaneça para sempre, guarneecendo as seculares muralhas da nossa Fortaleza e inspirando as sucessivas gerações de infantes do nosso Exército com seus exemplos de coragem e determinação. **[REB]**

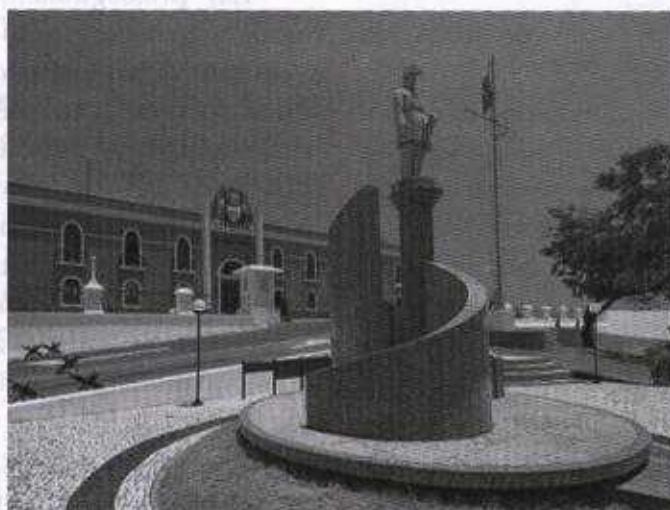


Figura 2 – Panteão de Sampaio, última e definitiva morada eterna

Fonte: acervo do autor

Referências

- CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1980.
- DUARTE, Paulo de Queiroz. *Sampaio*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 2010.
- FÉ de Ofício de Antônio de Sampaio. Arquivo Histórico do Exército.
- FÉ de Ofício de Olegario Antônio de Sampaio. Arquivo Histórico do Exército.
- LIMA, Mauro Lopes. *O infante imortal*. São Paulo, Caravelas, 1966.
- SOUZA, Eusébio de. *Sampaio, patrono da infantaria, escorço biográfico, 1810-1866*. Fortaleza, Edésio, 1938.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ DUARTE, Paulo Queiroz. *Sampaio*, BIBLIEEx, 2010. Pag 280.

² Id. Ibid. P. 283.

³ Id. Ibid. P. 287

⁴ Id. Ibid. P. 290

O combate na ilha da Redenção

Luciano Rocha Silveira*

*A história é testemunha do passado, luz da verdade,
vida da memória, mestra da vida, anunciadora dos tempos antigos!*

MARCUS TULLIUS CICERO

POLÍTICO – ORADOR – FILÓSOFO

03 JAN 106 A.C. – 07 DEZ 43 A.C.

A ilha da Redenção

Uma ilha quase circular, de 250 braças (457 metros) no seu diâmetro maior, plana, coberta de vegetação rasteira, além de muita sarça — arbusto alto com espinhos. Essa ilha desconhecida, sem nome, sem importância, tornou-se o teatro de um combate memorável: o Exército Aliado, acampado na margem esquerda do rio Paraná; o Exército Paraguaio, na margem direita de frente para a ilha; o Forte Itapiru, distante apenas 300 braças (548 metros) da margem norte da ilha.

Com o fim de facilitar a passagem do Exército Aliado para o território paraguaio, e mais favoravelmente bater o forte de Itapiru, o general Osorio aceitou a ideia do Ten Cel José Carlos de Carvalho, chefe da Comissão de Engenheiros, de ocupar a ilha e manter uma artilharia constante contra o forte.

A ocupação da ilha – abril de 1866

Dia cinco

À noite, desembarcou na margem sul da ilha o chefe da Comissão de Engenheiros, para preparar o terreno e posicionar quatro canhões calibre 12 e quatro morteiros, além das trincheiras, no mais absoluto silêncio. Acompanharam o Ten Cel Carvalho, o Ten Cel Francisco Joaquim Pinto Pacca, comandante do 7º Batalhão de Voluntários da Pátria, o Maj José Martini, comandante do contingente do 14º Batalhão de Infantaria de Linha, o Cap Francisco Antonio de Moura, comandante da 1ª Bateria do 1º Batalhão de Artilharia a Pé (1º Bia/1º Btl Art a Pé), Cap Basílio de Amorim Bezerra, comandante do contingente do Batalhão de Engenheiros (Btl Eng), Cap Antonio Tiburcio Ferreira de Sousa, comandante da bateria de morteiros e, no comando da Guarda (19ª Brigada), o Ten Cel João Carlos de Villagran Cabrita. Totalizavam o efetivo na ilha 900 homens prontos e treinados para o combate, en-

* Cel Eng (AMAN/71), mestre em Operações Militares (EsAO/81), pós-graduado em Docência no Ensino Superior (Faculdade São Luís/94) e assessor especial do Departamento de Engenharia e Construção.

tre os mais aguerridos, salientando que eram apenas combatentes brasileiros.

Antes de amanhecer o dia, o terreno com escavações e sacos de areia estava quase pronto, e a artilharia, posicionada.

Dia seis

Os paraguaios foram surpreendidos, ao amanhecer o dia, vendo que a ilha — território pâtrio — estava ocupada e, imediatamente, sob o comando do Ten Cel José Eduvigis Diaz, rompeu fogo do Forte Itapiru sobre a ilha da Redenção; responderam-lhe os nossos, erguendo-se, nesse momento pela primeira vez, o estandarte brasileiro em território guarani. Naquele dia, da ilha foram disparados 164 tiros de canhão. A organização do terreno foi concluída ainda pela manhã sob fogo inimigo.

Dia sete

O inimigo não se contentava com a ocupação da ilha, pois considerou uma grande ouadia sob as abas da muralha de seu forte, e continuou bombardeando e metralhando a tropa de Villagran. Nesse mesmo dia, nossa artilharia conseguiu destruir todos os merlões do forte e um canhão 68 (canhão inglês de sessenta e oito libras de calibre). A bateria disparou 54 tiros.

Dia oito

A artilharia, da ilha, disparou 46 tiros abrindo uma grande brecha no forte de Itapiru. Terminada a jornada desse dia, foram contabilizadas quatro baixas na tropa brasileira (dois soldados mortos e dois feridos).

Dia nove

O forte inimigo foi severamente castigado, agora em outra posição, por mais de

54 tiros sobre as tropas paraguaias, e o forte foi severamente atingido em outra posição. O Gen Osorio resolve substituir a tropa que ocupara a ilha, mas a guarnição solicita autorização para permanecer em combate até a vitória final.

Dia dez

Às quatro horas da manhã, uma força guarani, composta 1.200 homens, mais de 186 praças de degoladores, em 50 canoas, partiu do Forte Itapiru com o objetivo retomar a ilha da Redenção. O plano inimigo era envolver a ilha pelos flancos e liquidar a guarnição brasileira. O Cap Juan Mateo Romero, à frente de 400 soldados, liderou o ataque.

Villagran, alertado por um dos vigias, subiu às trincheiras e logo percebeu o plano paraguaio. Imediatamente encarregou o Cap Tiburcio de defender o flanco esquerdo; determinou a ocupação da zona central de sua posição pelo 14º Batalhão de Infantaria de Linha (14º BI Linha) e pelo 7º Corpo de Voluntários da Pátria (7º CVP); e se posicionou no flanco direito, o que lhe proporcionava uma observação sobre o centro de sua defesa.

Cabrita ordenou tiros de canhão no ângulo direito da bateria da direita e dois tiros de metralha; não obteve êxito — o inimigo estava encoberto pelas sarças, além da escuridão. Mas estavam lá, avançando ilha adentro.

Villagran comanda uma carga de baionetas à frente de 150 soldados do 7ºCVP, do 14º BI Linha e do Batalhão de Engenheiros, aos brados de: VIVA A NAÇÃO BRASILEIRA! VIVA O IMPERADOR! O combate tomou um aspecto medonho; com as armas em punho, os brasileiros avançaram contra o inimigo e, em breve, o combate corpo a corpo

teve início, para surpresa do inimigo. Nossos soldados, desejosos de conservar o posto militar que haviam ocupado, combatiam com tenacidade e heroísmo, não os detendo nem os gemidos dos feridos, nem o arquejar dos moribundos, nem os cadáveres daqueles que caiam em defesa da pátria. Ficou a terra ensopada de sangue dos soldados inimigos, que, apesar de terem combatido com uma tenacidade indômita, tiveram de recuar, muitos se jogando no rio vindo a se afogar, e outros galgando as canoas, que eram metralhadas pela nossa defesa.

O dia amanhecia, e a luta ainda continuava, quando o vapor Henrique Martins, sob o comando de Jeronymo Gonçalves, tomou a iniciativa de se interpor entre a ilha e o forte Itapiro — abriu fogo contra as embarcações paraguaias. Foi um alívio para a tropa de Cabrita, para quem, sem

aquele apoio, seria mais difícil a vitória. O Henrique Martins foi atingido por balas de canhão, no entanto seu habilidoso comandante soube muito bem manobrar o vapor para não ir a pique. Os vapores Greenhalgh e Chuy imitaram a manobra do Jeronymo e desbarataram completamente o inimigo, de sorte que se supõe que nem um só dos soldados paraguaios voltou ao seu acampamento.

Às seis horas, estava o combate concluído; recolheram os nossos como troféus mais de setecentas espingardas com avultada munição, grande número de espadas e quatorze canoas. O inimigo deixou no campo de batalha 642 mortos, 62 prisioneiros (apenas 16 ilesos) além dos afogados e os que pereceram nas canoas. Entre os prisioneiros, o Cap Juan Romero.

As baixas brasileiras estão discriminadas na **Tabela 1**.

ORGANIZAÇÃO MILITAR	MORTOS		FERIDOS		
Batalhão de Engenheiros	SOLDADO	5	SARGENTO	1	
Bateria de Morteiros	SOLDADO	2	SOLDADO	4	
1º Bateria do 1º Batalhão de Artilharia a Pé	CADETE	1	SOLDADO	1	
	CADETE	1	MAJOR	1	
	SARGENTO	2	ALFERES	1	
1º Batalhão de Infantaria de Linha	CABO	1	CABO	2	
	ANSPEÇADA	1	SOLDADO	53	
	SOLDADO	24			
7º Batalhão de Voluntários	SOLDADO	12	CAPITÃO	1	
			TENENTE	1	
			SOLDADO	30	
Subtotal de mortos e feridos			95		
Total das baixas			144		

Tabela 1 – As baixas brasileiras

Fonte: Ordem do dia de 10 de abril de 1866

O regozijo dos brasileiros

Declarada a vitória, houve, no acampamento, um contentamento geral, com braços de júbilo e saudação. Villagran Cabrita e aqueles oficiais que mais se distinguiram eram vivamente aclamados e festejados pelos soldados. Mesmo ainda ameaçados pelas baterias do Forte de Itapiru, subiam nas trincheiras e bradavam: **VIVA A NAÇÃO BRASILEIRA!**

Oficiais e praças portaram-se com de-nodo e valentia; entre todos excedeu-se Villagran, cuja coragem e intrepidez não vacilou no transe mais arriscado do perigoso combate; apesar de ver cair morto junto a si o cabo Joaquim Francisco da Conceição e de ser ferido no rosto, continuou a se expor às balas, se recusando a ser levado para a retaguarda em face dos ferimentos sofridos.

O Ten Cel Pinto Pacca, Maj Martini, Cap Tiburcio, Cap Moura e o Cap Amorim pelejaram com extremado valor. O Cap Santos Camargo mostrou coragem e sangue-frio ao enfrentar 400 homens com apenas 84 praças de sua guarnição avançada. O Cap Fortunato patenteou grande valentia em combate corpo-a-corpo com um oficial paraguaio, matando-o, ficando ferido em uma perna. O 2º Ten Mourão Pinheiro saltou a trincheira e, à frente de alguns soldados, repeliu o inimigo até o rio. O 2º Sgt Telesphoro foi o primeiro a atirar contra o inimigo e, mesmo ferido, continuou a bater-se nas trincheiras. O segundo cadete Torres foi um dos mais corajosos e intrépidos nas horas de combate — "Morreu como um leão!", lembrou Villagran pouco antes de ser atingido. O 1º Sgt Graça e Silva, Cb Rangel, Cb Azambuja e Cb Moura manifestaram decidida coragem, principalmente, em lutas corporais.

O reconhecimento da vitória

Gen Osorio mandou um emissário cumprimentar Villagran pela vitória; o Gen Mitre, presidente da Argentina e comandante das Forças Argentinas, felicitou, em Ordem do Dia às Armas Aliadas, pelo glorioso triunfo escrevendo: "Honra e glória aos valentes da ilha em frente ao Itapiru".

O combate fez o inimigo compreender que tinha de lutar com um povo forte e des temido. Foi uma das primeiras vitórias que ilustraram as armas do Império do Brasil.

Dirigindo-se, em ordem do dia, ao Ten Cel Pinto Pacca, disse o Cap Moura:

É minha opinião inabalável que não houve nunca soldado que mais fizesse do que os da guarnição d'esta ilha; soldados que, depois de quatro dias de bombardeamento vivo, suportando toda sorte de incomodos e privações, acabrunhados de fadigas, elevam tão alto a bandeira nacional, merecem toda a consideração e respeito dos seus concidadãos. Eu direi sempre com orgulho que comandei uma bateria no dia 10 de abril de 1866, na ilha de Itapiru.

A morte do Herói

Recolhendo-se a uma chata colocada entre a ilha e o nosso acampamento, com o seu secretário, o alferes Woolf, o ajudante Ten Carneiro da Cunha e o Maj Sampaio, que, em um pequeno vapor, viera felicitá-lo pelo triunfo alcançado, redigia Villagran, inebriado de alegria, a ordem do dia que devia comemorar o feito que o imortalizara, quando uma granada disparada do forte, penetrou na chata e matou-o instantaneamente, decepou as pernas do alferes

Woolf, despedaçou o corpo do Maj Sam-paio e feriu gravemente no rosto e na ca-beça o Ten Carneiro da Cunha, que depois de meses no hospital sobreviveu à trágica hostilidade. Era por volta de dez horas da manhã.

O comandante das tropas paraguaias, marechal Solano López, logo que soube da morte do comandante da ilha paraguai ocupada ou por mostrar magnanimidade de caráter e sentimentos religiosos, mандou celebrar uma missa no Passo da Pátria, com a presença obrigatória de todo o seu estado-

-maior e lido um elogio ao herói Villagran Cabrita. Pregava Solano López: “*El vencedor no es el que queda com vida em el campo de batalla, si no el que muere por una causa bella*”.

Ten Cel Villagran Cabrita e o Alferes Woolf foram sepultados na margem esquerda do rio Paraná, em frente à ilha da Redenção; foi colocado sobre seus jazigos algumas pedras para servirem de marco, mas as en-chenças sucessivas do rio destruíram esses vestígios. Hoje não se sabe ao certo o lugar onde adormeceram do sono dos fortes esses heróis da Pátria. ■■■

Referências

Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo XXXIII, Parte Segunda – O Combate da ilha do Cabrita - Memória lida em 8 Out 1869.

Chonica nº 2 – Principais Acontecimentos Concernentes à Actual Guerra do Paraguay, Segunda Parte – Janeiro a Junho de 1866.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

Ações navais para o combate da ilha da Redenção

*Luiz Augusto Rocha do Nascimento**

Introdução

O início do ano de 1866 encontrou a baía do rio da Prata bem diferente de um ano antes. A ofensiva do presidente López se frustrou. Os revezes em Corrientes fizeram-no determinar a volta de seu exército para o Paraguai. A perda de tropas bem treinadas na rendição em Uruguaiana determinou que passasse à defensiva. Manteve, apenas, tropas no Mato Grosso, província brasileira. Perdeu a surpresa, a iniciativa e parte considerável de suas forças.

A importância das vias fluviais foi uma marca da Campanha. Nesse ponto, ao se preparar para entrar no território paraguaio, os países aliados depararam com um obstáculo de vulto no teatro de operações. A travessia do rio Paraná, frente ao Passo da Pátria, tornou-se uma operação de vulto, jamais realizada na América do Sul. Impunha uma preparação detalhada e um aporte de meios jamais experimentados pelos países que participaram daquela travessia.

Este trabalho teve por objetivo apresentar aspectos navais que influíram nas operações dos exércitos aliados na invasão do Paraguai. A invasão precisou obrigatoriamente da Marinha, particularmente da brasileira, e de outros apoios de infraestrutura necessários para essa operação.

O trabalho apresentou, também, ações ligadas às reações de López, presidente paraguaio, e as ações da tomada da ilha da Redenção.

A força naval brasileira foi muito criticada pela sua inércia durante o período que se seguiu ao combate do Riachuelo. Os paraguaios retrairam de Corrientes para seu território próximo de onde se encontrava a nossa esquadra. É fato que o policiamento da importante via fluvial do Paraná era de sua responsabilidade. O próprio Thompson escreve em seu livro que isso é o que o império deveria ter feito¹. Porém, isso não era fácil de ser feito.

Em primeiro lugar, os paraguaios atravessaram o rio em canoas pequenas. Eles também estavam acobertados pelo manto escuro da noite. Depois, não esquecemos que a responsabilidade de evitar o movimento das tropas paraguaias também era da força terrestre aliada, não da Marinha brasileira. A guerra estava em território argentino. Portanto, conforme firmado no Tratado da Tríplice Aliança, cabia ao presidente argentino, Bartolomeu Mitre enviar tropas a tempo de evitar que os paraguaios repassassem ao seu território.

Outra consideração a favor de Barroso era que ele contava com apenas dez embarcações, conforme se vê a seguir:

* Cel Cav (AMAN/87), mestre em Operações Militares (EsAO/95), bacharel em Arquivologia (UnB/01), pós-graduado em História Militar (UNISUL/13), licenciado em História (UNOPAR/16), pesquisador associado do CEPHIMEX e professor do Colégio Militar de Brasília.

- Aptas ao combate: Araguari, Beberibe, Ipiranga, Itajaí, Magé e Mearim.
- Inaptas ao combate:
 - Amazonas – não podia ultrapassar Corrientes
 - Belmonte – problemas com o casco e as caldeiras
 - Igurei – destinada ao transporte de víveres
 - Ivaí – obsoleta e danificada

Barroso completava sua força com um pequeno vapor argentino sem serventia. Portanto, Barroso só poderia utilizar as seis canhoneiras em estado de navegar para cobrir sessenta léguas do Alto Paraná, via fluvial cheia de ilhas e bancos de areia, e, ainda por cima, sem possuir nenhuma carta hidrográfica e nenhum prático para guiar a navegação de suas canhoneiras.

O Chefe Barroso não arriscou os meios navais de que dispunha subindo o rio Paraná para reconhecê-lo. Também não fez frente às inúmeras incursões paraguaias sobre o solo argentino. Prudentemente, guardou o que tinha para apoiar a travessia, ação lógica que se fazia após o retraimento paraguaio para dentro de seu país. Os paraguaios atravessaram de retorno ao seu território no Passo da Pátria. Os aliados, poucos meses depois, utilizariam o mesmo local para realizar a invasão do país de López.

Apesar disso, a presença do chefe brasileiro nas Três Bocas dissuadiu os paraguaios de descer o rio Paraná. Com a Marinha de López arruinada após Riachuelo, as tentativas do marechal de se opor à esquadra dos aliados se faziam apenas por meio de fogo de terra e do ataque das chatas. A vitória no Riachuelo transformou os aliados nos donos das vias fluviais. Esse domínio pautou o plano de invasão do território paraguaio.

O barão de Porto Alegre, no dia 11 de março de 1866, tendo por objetivo dividir as forças de López, conduzindo nove mil e trezentos soldados das três armas² (Infantaria, Cavalaria e Artilharia), cruzou o rio Uruguai por São Borja e entrou em território argentino. Chegou a Santo Tomé em 15 de abril de 1866 e depois foi para San José, cidade que fica em frente à Villa de Encarnación (Itapúa), do outro lado do rio Paraná.

Porto Alegre conduziu a força do Rio Grande do Sul para Candelária para cruzar o rio Paraná. López mandou o então major Nuñez com três mil homens e doze canhões para fazer-lhe frente. No entanto, Porto Alegre não atravessou o rio, mas o beirou para atravessá-lo pouco acima do Passo da Pátria. Essa travessia também não aconteceu, e essa tropa se juntou aos aliados em Corrientes³. Frustravam-se outras oportunidades de travessia do rio e se consolidava o Passo da Pátria⁴.

Os Aliados continuavam sem contar com uma infraestrutura adequada para penetrar no território paraguaio. Ela teve sua construção passo a passo em Corrientes. Atravessar o rio com quarenta mil homens e progredir por um terreno desconhecido necessitava de uma preparação detalhada. Felizmente os aliados contavam com a Marinha brasileira. Porém, necessitava-se de construir as embarcações faltantes e evitar que a operação de travessia se transformasse em um desastre⁵.

Situação na confluência do rio Paraná com o rio Paraguai

No dia 25 de novembro de 1865, López deixou Humaitá e foi para o Passo da Pátria, entrando no comando pessoal do exército pa-

raguaio, estabelecendo-se em um campo entrincheirado, planejado pelo tenente-coronel de Engenheiros britânico George Thompson. López estava de posse de sessenta e seis canhões e contava com trinta mil homens. É o que Thompson atestou:

el crea tan difícil, hasta el punto de tener la firme creencia que jamás lo ejecutarían con éxito sus adversarios, y ala verdade, operações de esta índole están escritas com letras de oro em las páginas selectas que no han dejado los grandes capitanes⁶ (N. da R.: O texto original foi preservado pelo autor.)

As campanhas de Corrientes, no norte da Argentina, e do Rio Grande do Sul, no Brasil, deixaram uma forte impressão positiva nas forças aliadas. O marechal López, presidente paraguaio, não obteve o sucesso que desejava ao invadir as duas províncias. Portanto, o marechal se viu na iminência de ter o seu território invadido pelos Aliados.

As perdas humanas da força terrestre paraguaia, até 30 de abril de 1866, alcançaram os seguintes patamares:

- Oficiais: 39 mortos; 119 feridos; e 15 extraviados, totalizando 173 baixas
 - Praças: 680 mortos; 1554 feridos; e 174 extraviados, totalizando 2408 baixas

Na mesma época, a esquadra guarani perdeu 5 vapores e 10 chatas, enquanto que o exército teve capturadas 42 peças de artilharia e 18 pavilhões nacionais.

As forças aliadas se concentraram em Corrientes, em frente ao Passo da Pátria (**Figura 1**). Os aliados investiram tempo nos preparativos da travessia. Eles precisavam de



Figura 1 – Provincia argentina de Corrientes

Fonte: www.nordestealdia.com

meios necessários para invadir o Paraguai na presença de seus ferrenhos defensores. Essa empresa necessitava de planejamento detalhado. Para tanto os meios foram carreados para a capital Correntina. Ao mesmo tempo, era vital o patrulhamento do rio tendo em vista tanto o fogo que vinha do Forte Itapiru quanto dos ataques perpetrados pelas chatas paraguaias.

O acampamento entrincheirado do Passo da Pátria circundava a localidade do mesmo nome. Estava apoiado nas lagunas Si-



Figura 2 – Teatro de operações em frente ao Passo da Pátria

Fonte: www.dec.eb.mil.br

rena (a Oeste) e Panambi⁷ (a Leste). Possuía trincheiras de trinta metros de largura e um metro e oitenta centímetros de profundidade. Porém, a posição era sensível aos canhões da esquadra (**Figura 2**).

O local escolhido para o desembarque apresentava indiscutíveis vantagens para os atacantes. O desdobramento paraguaio ao longo do rio Paraná não permitia uma oposição mais enérgica em face da estreita frente que se desdobraava, limitada pelos rios e lagunas, além do fogo naval que receberia.

Todo o terreno, com raras exceções, era alagadiço e sujeito às inundações dos rios que os balizavam. Pode-se dizer que constituía um imenso carriçal, que se unia à Lagoa Piris e ao Estero Bellaco, em cujas imediações se encontravam pântanos, lagunas, bosques espessos. Só quando o nível dos rios baixava é que se podia transitar pelos caminhos que se fizeram dentro desses grandes charcos.

O terreno denominado de Confluência era uma península formada pelo rio Paraguai e o Alto Paraná. No extremo sul da Confluência, formava-se um ângulo quase reto, no qual, em um dos lados (Leste), estava o forte Itapiru, e a Oeste estava o local do desembarque aliado. Esse ponto proporcionava a vantagem de que os canais dos rios permitiam a navegação dos buques e da esquadra brasileira. Disse Thompson:

Itapirú⁸ que los aliados honraban con el nombre de fortaleza y que consideraban necesario demoler hasta la base antes de pasar el río, era una antigua batería construída á principios del reinado de López I, en una punta de tierra que entraba en el río Paraná, y que tenía por base un montón de rocas volcánicas. La tierra era revestida por una pared de ladrillo, que había caído

por uno de sus lados. Su armamento consistía en una pieza rayada de á 12. Tenía 30 pies de diámetro en su parte mas ancha y su altura sobre el nivel del agua era de 20 pies. Si hubiera estado armada de artillería pesada de grueso cabbre, tal vez hubiera sido útil; pero en el estado en que estaba, solo servía de espantajo á los aliados.⁹
(N. da R.: O texto original foi preservado pelo autor.)

López estabeleceu um sistema de comunicação entre Itapiru e as baterias de Humaitá por intermédio de um sistema de bandeirolas. Postou sentinelas em distâncias determinadas para que mantivessem uma observação constante sobre os movimentos da esquadra e informassem os menores detalhes observados. À frente de Itapiru, havia um banco de areia. Este foi chamado de ilha da Redenção por Villagran Cabrita, comandante do Batalhão de Engenheiros¹⁰.

En frente de Itapirú había un banco de arenas de reciente formación, que en Noviembre del año anterior carecía enteramente de vegetación, pero que ahora estaba cubierto de altas yerbas. Esta isla estaba situada á tiro de rifle de Itapirú.¹¹
(N. da R.: O texto original foi preservado pelo autor.)

O acesso da ilha onde se localizava o forte de Itapiru até o Passo da Pátria, no lado paraguaio do rio Paraná, se dava por meio de dois pontos, ambos construídos a mando de López para retirar a sua artilharia do forte. O caminho se estendia por cerca de dois quilômetros e era cortado pelo arroio Carayá¹², que possuía cerca de um metro e meio de profundidade. O presidente López determinou a construção de uma ponte com a finali-

dade de se transpor o curso d'água existente nesse ponto do rio¹³.

El río Paraná era profundo por todas partes, excepto en un lugar frente á la isla Carayá situada en el canal Norte, en donde solo había 12 pies de agua; López hizo sumerjir dos canoas llenas de piedras para cortar la entrada del canal interior. En este canal habían dos chatas armadas cada una con un cañón de 8 pulgadas, y también el vapor «Gualeguay» mandado por el teniente López y armado con 2 cañones de á 12.¹⁴ (N. da R.: O texto original foi preservado pelo autor.)

A distância do río Paraguai ao acampamento de Passo da Pátria era de oito quilômetros, margeando a costa. No tocante ao río Paraná, sua maior largura nos pontos de acesso ao Passo da Pátria era de três quilômetros e oitocentos metros. Frente a Itapiru, a largura cai para dois quilômetros e quatrocentos metros¹⁵.

Preparativos dos Aliados para a Invasão do Paraguai

O generalíssimo Mitre, presidente argentino, e o general Osorio, comandante do exército brasileiro, acreditavam que a travessia do río Paraná deveria ser feita pela localidade do Itati para evitar a fortaleza de Humaitá e o terreno difícil compreendido entre esse reduto e o Passo da Pátria. O presidente argentino tinha informes que o faziam crer que esse ponto era adequado para penetrar no território inimigo. Esse pensamento se mostrou válido, e as forças aliadas tiveram grande dificuldade de transpor o caminho do Passo da Pátria a Assunção.

Outra opção aventada era Carucatí, na margem do río Paraguai e distante uma légua e meia ao sul do baluarte inimigo. O objetivo era evitar o estero Rojas. Posteriormente se verificou que esse ponto apresentava muitas dificuldades, e essa opção foi descartada. O almirante Tamandaré sustentou as vantagens de que as tropas passassem o río pelo Passo da Pátria. Sustentava essa via em razão de quê, por aí, os aliados contariam com o apoio da esquadra¹⁶.

O tenente-coronel Thompson, engenheiro-chefe do presidente López, escreveu para o marechal, em março de 1866, e relatou para ele a presença da esquadra aliada, a qual se preparava para a futura travessia:

El 21 de Marzo de 1866, la escuadra brasileña calentó las calderas, partió de Corrientes, y fondeó en línea de batalla desde Corrales hasta la embocadura del río Paraguay. Constaba de 18 cañoneras á vapor, armadas con 6 ó 8 cañones cada una, y cuatro encofrados, tres de los cuales tenían casamatas altas, y uno de ellos, el Bahía, era un monitor de torre jiratoria, con dos cañones Whitworth de 150. El total de cañones de la escuadra llegaba á 125. Al mismo tiempo dos de los vapores y el encorizado Tamandaré siguieron el río aguas arriba esplorándolo hasta Itati. El Tamandaré varó, pero fué "puesto á flote por los otros vapores, volviendo entonces á reunirse con la escuadra."¹⁷

(N. da R.: O texto original foi preservado pelo autor.)

A esquadra, sob o comando de Tamandaré, se subdividia em três divisões: a 1^a Divisão, sob o comando do capitão de mar e guerra (CMG) Elisiário Antônio dos Santos (Figura 3); a 2^a Divisão, comandada pelo CMG José Maria Rodrigues; e a 3^a Divisão,

sob o comando do CMG Francisco Cordeiro Torres e Alvim. Tamandaré colocou seu pavilhão de comando no Apa e colocou Barroso como seu chefe de estado-maior¹⁸.

Tamandaré utilizou a 2^a Divisão para bloquear a foz do rio Paraguai, na sua confluência com o rio Paraná. Seguiram-se a 1^a Divisão e a 3^a Divisão, desdobradas em linha desde as Três Bocas até a altura do forte Itapiru. Assim, conforme escreveu, Tamandaré interceptou, segundo seu julgamento, as comunicações paraguaias com os dois rios, diminuindo os recursos que López tinha anteriormente para hostilizar os aliados¹⁹.

Reconhecimento Hidrográfico do rio Paraná

O tenente-coronel Carvalho já escrevera a Osorio, enquanto este ainda se deslocava em marcha para Corrientes, mencionando aspectos a observar na escolha de um local para a travessia do rio Paraná. Ele percebeu, no seu reconhecimento, que existiam melhores condições de travessia na altura da ilha onde se apoiava o forte Itapiru, além de o rio ser menos largo nesse trecho. Também informou que havia condições melhores de desembarque nas suas margens, pouca largura dos rios, bons caminhos e locais de acampamento²⁰.

A observação da margem paraguaia do rio Paraná, vista da margem argentina, colocava claramente as ilhas da Redenção, de Itapiru, dos canais existentes e das condições das margens. León de Palleja, coronel do exército uruguai, escreveu em seu diário os aspectos que o chefe de engenheiros de Osorio já contemplara em seu reconhecimento em fins de dezembro de 1865²¹.



Figura 3 – Elisiário Antônio dos Santos, 1º barão de Angra

Fonte: //geneall.net

O general Flores, no dia 27 de março de 1866, partiu com alguns navios argentinos e um brasileiro para reconhecer a área do povoado de Itati. Verificou que o terreno não era bom para o desembarque devido aos inconvenientes que ele apresentava: alagadiço e encharcado. Essa era a forma como o terreno se apresentava nas áreas de grandes esteros do Nembucu. Posteriormente, em 5 de abril de 1866, o general Hornos subiu o rio apoiado numa força naval comandada pelo chefe Alvin e formada por embarcações brasileiras (Itajaí, Henrique Martins e Greenhalg) e os vapores argentinos Chacabuco e Buenos Aires²².

O general Flores, comandante do exército uruguai, desembarcou com alguma tropa para executar um reconhecimento mais amplo ao longo do rio Paraná até as proximidades de Itati. Essa esquadrilha chegou até

um ponto denominado de Lengua Paso, situado após Itati. Nesse local, recebeu fogo das forças paraguaias ali situadas, respondendo imediatamente aos disparos. O general Hornos, ao regressar, registrou que havia alguns pontos onde era possível efetuar o desembarque²³.

Contudo, verificou que a tropa, quando progredisse para o interior do Paraguai, encontraria um terreno quase intransitável, principalmente banhado pelo estero Bellaco (ramificação do Nembucu). Apesar do fato de essas duas operações terem regressado com indicações negativas para proceder à travessia por esse povoado, Mitre resolveu proceder pessoalmente a um reconhecimento na região do Itati. Acompanhava-o, entre outros chefes, o ministro Otaviano²⁴.

O generalíssimo pretendia ver com seus próprios olhos a situação que se apresentava para decidir qual caminho tomar. Pretendia chegar a Assunção evitando as defesas paraguaias situadas em Humaitá, Tuiuti, Passo Pocu, Curupaiti, entre outras. A importante comitiva foi transportada no pequeno vapor Cisne, que, por possuir pouco calado, se prestava a navegar naquelas águas²⁵.

O capitão do vapor protestou por ter sido escalado para uma empresa tão arriscada e, para agravo da situação, à luz do fogo paraguaio, disparado do forte de Itapiru. O capitão do Cisne alegou que seu contrato não incluía tarefas de guerra. O ministro brasileiro Francisco Otaviano disse, talvez, para ele que "não tenha cuidado, que os buracos serão tapados com pranchas de ouro"²⁶. A ação foi escoltada pelo Tamandaré, Beberibe e Henrique Martins²⁷.

Verificaram que os outros pontos possíveis eram impraticáveis e que a travessia só poderia ser realizada no Passo da Pátria. As águas não possuíam a profundidade necessária para

a esquadra, e o solo dificultava o movimento. A inexistência de cartas militares minuciosas sobre o interior do Paraguai também contribuiu para essa decisão. A junta de guerra reunida no dia 10 de abril de 1866 chegou a essa resolução. Mitre, a partir disso, escreveu seu plano de travessia.²⁸

Foram feitos alguns reconhecimentos sigilosos sobre o rio Paraguai mais acima da Confluência, um dos quais foi realizado por um engenheiro brasileiro, o tenente-coronel Carvalho, que também tinha recebido a comissão de executar outras explorações, além do preparo de material para a passagem, como pontes. Os hidrógrafos e práticos da esquadra brasileira haviam demonstrado, após detalhados levantamentos, a impossibilidade de se atravessar o rio Paraná por Itati²⁹.

Todas as decisões ocorreram após os resultados obtidos a partir das sondagens executadas pelos hidrógrafos e práticos da Marinha brasileira. Eles concluíram a impossibilidade de passar o Alto Paraná pela localidade de Itati. A essa conclusão se juntava o assessoramento do tenente-coronel Carvalho. Ele identificara dois pontos de passagem localizados entre Itapiru e a Confluência. Um desses pontos estava fora do alcance dos canhões do forte³⁰.

Ocupação da ilha de Redenção ou ilha do Cabrita

A redação do plano da operação de travessia do rio Paraná (**Figura 4**) ficou a cargo do general Mitre. Ficou conhecido como Passagem do Rio Paraná do dia 16 de abril de 1866. Garmentia o menciona por partes. A primeira é a que mais interessa para este trabalho. Ela mencionou que duas divisões da esquadra brasileira se colocaram à frente da ilha de Santana. A pri-

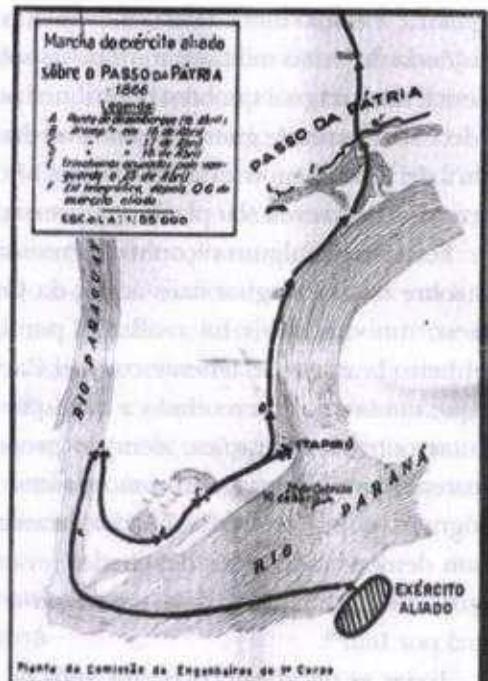


Figura 4 – Marcha do Exército Aliado sobre o Passo da Pátria

Fonte: FRAGOSO, 1957

meira se encarregou de bombardear o acampamento do Marechal López³¹.

A segunda Divisão, no plano de Mitre, se posicionou entre a ilha Cabrita e a costa paraguaia. Ela recebeu a tarefa de atacar o forte Itapiru. A segunda missão incluída no plano era a de metralhar as forças paraguaias que fossem por um caminho, nessa mesma costa, para proteger o forte e atacar a força que atacou Itapiru. Essas ordens tinham a finalidade de fixar as forças paraguaias, fazendo-as crer que o desembarque se daria totalmente nesse ponto³².

Garmendia apresentou um resumo das suas observações sobre o plano de travessia, ressaltou a importância da presença da arma da brasileira. Ele ressaltou que a passagem no Passo da Pátria proporcionou sempre uma

base de operações segura. Colocou que a Marinha brasileira se movimentou posteriormente pelo rio Paraguai sem nenhum perigo, acompanhando o exército aliado durante o seu avanço³³.

Garmendia também dedicou elogios a dois militares que cuidavam de preparativos da travessia. Primeiro, o major Roibon, o qual o autor cita que, à frente de sua Companhia de Sapadores, foi alvo de elogio do general Mitre. O outro era o nosso chefe da Comissão de Engenheiros, tenente-coronel Carvalho. Continuaram o trabalho de construção de docas para o embarque das tropas e do material das balsas e chatas para utilização da artilharia e dos cavalos³⁴.

Os reconhecimentos executados na ilha da Redenção, no dia 29 para 30 de março de 1866, precederam uma óbvia ocupação do local. Osorio, portanto, decidiu por essa ocupação coordenando as ações com Tamandaré. Isso ocorreu na noite de 5 para 6 de abril de 1866³⁵. Logo, isso colocou os brasileiros na dianteira da operação. A grande travessia foi devidamente precedida por um ataque julgado inútil por Thompson. Porém, seu relato pontuava um imenso desdém pelas ações aliadas, particularmente das tropas brasileiras:

Em la noche del 5 de abril, los brasileiros ocuparon este banco, abriendo trincheras inmediatamente y colocando 8 cañones en batería, sostenidos por 2,000 hombres, que durante el dia permanecían ocultos en sus trincheras. Desde esté banco mantenían un constante fuego de rifle y de cañón sobre Itapirú, pero sin resultado alguno³⁶.

(N. da R.: O texto original foi preservado pelo autor.)

A operação se iniciou com dois vapores brasileiros e dois argentinos. Eles trans-

puseram duzentos homens do 3º Batalhão de Infantaria. Eles tinham duas missões. Primeira: realizar um reconhecimento do Alto Paraná até as proximidades de Itati. Segunda: distrair os paraguaios enquanto a força brasileira desembarcava na ilha da Redenção³⁷. A Comissão de Engenheiros possuía para seu transporte, além das canoas e chatas que construíram, os vapores General Osorio, Voluntários da Pátria, Duque de Saxe e Riachuelo³⁸.

As forças brasileiras que desembarcaram na ilha da Redenção eram comandadas pelo tenente-coronel Villagran Cabrita. Ele deixou provisoriamente o comando do Batalhão de Engenheiros³⁹. Contava com cerca de novecentos homens. Ao chegar, o tenente-coronel Carvalho e seus engenheiros militares iniciaram a organização de uma posição defensiva. Contou com o apoio dos seus ajudantes, André Rebouças e Sena Madureira⁴⁰.

A ilha da Redenção era, na verdade, um grande banco de areia. Ela possuía uma forma oval e se estendia paralelamente ao rio Paraná. Localizava-se mais próxima do território paraguaio do que do correntino (Argentina). A ilha se separa do território paraguaio por um canal muito largo e, como se verificou posteriormente, muito profundo. A ilha da Redenção ficava à distância de um tiro de carabina de Itapiru. López, ao perceber, com surpresa, a ocupação brasileira na manhã do dia 6 de abril de 1866, tratou de planejar sua retomada⁴¹.

Tamandaré apoiou a posição brasileira a partir de fogo de navios da sua esquadra. Eles colaboraram no ataque à

margem paraguaia, particularmente ao forte Itapiru. López fortaleceu seu poder de fogo, colocando mais duas peças de 68 no forte⁴². Centurión comentou que essas peças pertenceram ao Jequitinhonha (Yquitinhonha). Esse navio participara da Batalha Naval do Riachuelo e causara “*considerables danos á la escuadra enemiga*”⁴³.

A esquadra brasileira continuou no seu apoio a essa operação. Os feridos no combate eram transportados, por meio de escaleres, para bordo do vapor Osorio. Esses feridos recebiam transporte para o hospital de sangue montado para essa operação. Esse hospital funcionava a bordo do vapor Duque de Saxe⁴⁴. O vapor Osorio passou, depois, a estabelecer o serviço de comunicação entre a guarnição que ocupou a ilha e o Exército⁴⁵.

López, após verificar a presença do pavilhão brasileiro tremulando na redenção, que o tenente-coronel Carvalho teve a honra de hastear, determinou um ataque à ilha da Redenção. Isso se deu no dia 10 de abril de 1866. Tentou retomar o banco de areia onde estavam os brasileiros. A força paraguaia, comandada pelo então coronel Diaz, embarcou em mais de trinta canoas para atravessar o canal entre as ilhas⁴⁶.

Thompson descreveu assim a luta:

El 10 de Abril fueron atacados por los paraguayos. El general Diaz (entonces coronel) dirijia el ataque desde Itapirú donde permaneció con una reserva de 400 hombres. Mandó dos divisiones de 400 soldados cada una, embarcados en canoas, los que llegaron al banco á las cuatro de la mañana. La noche era oscurísima y no fueron sentidos hasta que desembarcaron. Los paraguayos hicieron una descarga y

en seguida cargaron al enemigo, tomando parte de las trincheras después de ser repelidos varias veces. La artillería brasileña mantuvo un fuego tremendo con balas encadenadas, que ocasionó serias pérdidas a los paraguayos. Entre los asaltantes, había 200 hombres de caballería desmontados armados de sables, su arma favorita, los que hicieron una verdadera carnicería. La artillería fue tomada y recuperada varias veces, tan luego como el fuego fue sentido, cinco cañoneras y tres encorazados rodearon la isla y se enviaron numerosos refuerzos a la guarnición. Por último, casi todos los paraguayos estaban fuera de combate y los que podían moverse se retiraron a sus canoas sin que hubiera entre ellos un solo hombre sano; los que tenían heridas las piernas se sentaban y remaban, y los que habían perdido un brazo, remaban con el otro. Era ya de dia y los paraguayos tenían que navegar contra una fuerte corriente, espuestos a un terrible fuego a quema-ropa de metralla y balas encadenadas; sin embargo 15 canoas llenas de hombres lograron llegar a tierra. Los paraguayos tuvieron 14 oficiales muertos y 7 heridos. Lograron escapar 300 soldados heridos, pero quedaron en el banco 500 muertos, heridos y prisioneros. Entre los prisioneros se encontraba el teniente Romero jefe de una de las divisiones, y por consiguiente, su esposa se vio obligada a publicar una carta en el Semanario, desconociéndole por traidor. Los brasileños perdieron como mil hombres entre muertos y heridos.

Como siempre, el fuego de sus mismos vapores les causó gran parte del estrago. Seis soldados brasileños fueron fusilados por cobardes.

Al otro dia de la ocupación del banco por los brasileños, López hizo montar en Itapirú un cañón de 8 pulgadas, y en seguida otro, algunos días después.

Mientras el jefe del banco escribía el parte de la acción, estando a su lado un coronel y un oficial, una bala de 68, lanzada desde

Itapirú, los mató a los tres. El mismo dia, el «Fidelis» lancha a vapor brasileña, fue echada a fondo por una bala, y el «Enrique Martins» fue atravesado por dos balas abajo de su línea de agua, teniendo que embocar para salvarse. Otra bala de Itapirú, partió una pieza rayada de 32 de las baterías del banco.

Los aliados no ganaban absolutamente nada con la ocupación del banco y de parte de López fue una verdadera locura mandar sus hombres a una muerte segura. Aunque hubiera tomado este banco, no le habría sido útil para nada y en poder de los aliados no le causaba perjuicio. El 6 de Abril el general Hornos con 6 vapores, subió el río Paraná, con el objeto de examinar un passo en frente de Itatí (1) de donde desalojó una guardia de 12 hombres. Mientras estaba aí, López mandó al mayor Godoy con seis piezas de artillería y 200 hombres a la isla de «Carayá» para esperarle a la vuelta, en que con gran sorpresa de los vapores les hicieron desde el bosque fuego del artillería e infantería. Cuando pasaron Godoy volvió con su fuerza al Paso de la Patria.

El efecto de los anteriores y repetidos malones sobre Corrientes, y de los combates del Gualeguay y las chatas, inspiraron a los paraguayos una gran confianza, y la plena esperanza de vencer a los aliados⁴⁷.

(N. da R.: O texto original foi preservado pelo autor.)

Os três navios brasileiros investiram sobre o canal onde estavam as canoas paraguaias e as colocaram no fundo do canal. A canhoneira Henrique Martins se acercou da margem do río e atacou as baterias paraguaias que estavam ali. O combate foi violento. A canhoneira investiu sobre os inimigos postados na margem e conseguiu neutralizá-los. Porém, o combate deixou a canhoneira muito avaria- da. Ela necessitou ser encalhada para não ir para o fundo do río⁴⁸.

O final do combate de 10 de abril de 1866 teve um desfecho trágico para os brasileiros. Villagran Cabrita estava no vapor Coronel Fidelis quando recebeu um impacto de um tiro de 68 originado de Itapiru.⁴⁹ Cabrita fora instrutor no Paraguai antes da guerra. Instruíra muitos dos oficiais que combateu. Bruguez, um deles, seria o apontador do canhão cujo tiro matou Villagran. Servia na Escola Militar e comandava muitos de seus ex-instruendos⁵⁰.

Dionísio Cerqueira assistiu ao combate da margem do rio Paraná. Contou em seu relato que viu a Henrique Martins se deslocando e combatendo os paraguaios. Relatou que fora instruído por Villagran e Carvalho na Escola Central. Narrou o fogo vivo do combate e destacou a morte de Cabrita e dos militares que estavam junto a ele. Cerqueira narrou sua volta ao local, trinta e sete anos depois. O rio Paraná tragara a ilha onde os combates ocorreram⁵¹. Seu corpo foi repousar na Argentina, enterrado na margem do rio Paraná⁵².

Considerações Finais

A entrada das tropas aliadas no território paraguaio se deu com grande utilização de meios de transporte fluviais. Esse apoio se originou não só da esquadra, mas também da estrutura montada pela Comissão de Engenheiros. A condução dos trabalhos pelo seu chefe, tenente-coronel Car-

valho, foi fundamental para o início das operações da travessia. O sucesso é fruto de um minucioso reconhecimento e uma detalhada preparação de meios.

O combate na ilha da Redenção se deu após a reunião adequada dos meios e o aporte da esquadra para o transporte e o desembarque das tropas no banco de areia. Villagran Cabrita deveu parte do sucesso à preparação realizada. López, apesar de conhecer muito bem a região, além de contar com bravos paraguaios para combater os brasileiros, não conseguiu opor-se ao ataque desfechado pelos brasileiros.

As comemorações da vitória brasileira na ilha da Redenção, cento e cinquenta anos depois do evento, marcaram não apenas a coragem dos soldados brasileiros, mas também os trabalhos de preparação e reconhecimento das vias fluviais envolvidas na operação. O êxito brasileiro se ligou, intimamente, à minuciosa preparação dos meios de transposição fluvial e ao apoio imprescindível da esquadra.

A bandeira imperial tremulou na Redenção e seguiu em frente. Villagran, o mártir da Redenção, foi o prenúncio não só das agruras, mas também das glórias que vieram. Ao fundo, presente em toda a travessia do Passo da Pátria, a esquadra aliada, predominantemente brasileira, foi decisiva para o êxito da travessia. Glória para as forças armadas nacionais nas terras paraguaias. ■■■

Referências

CENTURION, Juan Crisostomo. **Memorias**. v. 2. Imprenta de Obras de J A Berra. Buenos Aires, 1894. Disponível em: <https://ia601408.us.archive.org/29/items/memoriasdelcoro01centgoog/memoriasdelcoro01centgoog.pdf>

CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da Campanha do Paraguai: 1865-1870.** Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1980.

DUARTE, General Paulo de Queiroz. **Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai:** o Comando de Osorio. v.2. Tomo I. Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 1982.

FRAGOSO, General Tasso. **História da Guerra Entre a Tríplice Aliança e o Paraguai.** Biblioteca do Exército Editora. v. 2. 2^a ed. Rio de Janeiro, 1957.

GARMENDIA, José Ignacio. **Campaña de Humaytá.** Casa Editora de Jacobo Pauser. 1^a Edición. Buenos Aires, 1901. Disponível em: <https://ia601405.us.archive.org/1/items/campaadehumayt00garmgoog/campaadehumayt00garmgoog.pdf>.

PALLEJA, León de. **Diario de La Campaña de las Fuerzas Aliadas contra el Paraguay.** Biblioteca Artigas. Uruguay, 1960. Disponível em: <http://www.bibliotecadelbicentenario.gub.uy/innovaportal/file/65109/1/clasicos-uru-vol30.pdf>.

THOMPSON, Jorge. **La Guerra del Paraguay.** Imprenta Americana. Buenos Aires, 1869. Disponível em: http://www.portalguaraní.com/614_george_thompson/22331_la_guerra_del_paraguay_tomo_primer_1910_jorge_thompson.html.

http://www.nordestealdia.com/noticias/corrientes/0000/00/actualidad/2012-12-11-energia_itati.php.

http://www.dec.eb.mil.br/historico/patronoEng/patrono_principal.html

<http://www.6becmb.eb.mil.br/becmb.htm>

<http://www.academia.org.br/academicos/francisco-otaviano/biografia>.

<http://geneall.net/pt/nome/202067/elisiario-antonio-dos-santos-1-barao-de-angra/>

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ THOMPSON, 1869.

² doze mil homens e dezoito canhões raiados, segundo THOMPSON, 1869.

³ THOMPSON, 1869.

⁴ GARMENDIA, 1901.

⁵ FRAGOSO, 1957.

⁶ GAMENDIA, 1901, p.7.

⁷ Mariposa, em guarani.

⁸ Ita, piedra. Pirú, seca. – Piedra seca, conforme THOMPSON, 1869, p. 139.

⁹ THOMPSON, 1869, p. 139-140.

¹⁰ DUARTE, 1982, p. 180.

¹¹ THOMPSON, 1869, p. 142.

¹² Mono, conforme THOMPSON, 1869, p. 140.

¹³ GARMENDIA, 1901.

¹⁴ THOMPSON, 1869, p. 140.

¹⁵ GARMENDIA, 1901.

¹⁶ GARMENDIA, 1901.

¹⁷ THOMPSON, 1869, p. 138.

- ¹⁸ FRAGOSO, 1957.
- ¹⁹ Id. *Ibid.*, p. 350.
- ²⁰ Id. *Ibid.*, p. 354.
- ²¹ PALLEJA, 1960.
- ²² GARMENDIA, 1901.
- ²³ Id. *Ibid.*
- ²⁴ Id. *Ibid.*
- ²⁵ Id. *Ibid.*
- ²⁶ traduzido de GARMENDIA, 1901, p. 16.
- ²⁷ FRAGOSO, 1957.
- ²⁸ GARMENDIA, 1901.
- ²⁹ Id. *Ibid.*
- ³⁰ Id. *Ibid.*
- ³¹ Id. *Ibid.*
- ³² Id. *Ibid.*
- ³³ Id. *Ibid.*
- ³⁴ Id. *Ibid.*
- ³⁵ FRAGOSO, 1957, p. 363.
- ³⁶ THOMPSON, 1869, p. 142.
- ³⁷ DUARTE, 1982, p. 179-180.
- ³⁸ Id. *Ibid.*, p. 179.
- ³⁹ Id. *Ibid.*, 1982.
- ⁴⁰ FRAGOSO, 1957, p. 363.
- ⁴¹ Id. *Ibid.*, p. 364.
- ⁴² Id. *Ibid.*, 1957, p. 367.
- ⁴³ CENTURIÓN, 1894, p. 55.
- ⁴⁴ DUARTE, 1982, p. 180
- ⁴⁵ Id. *Ibid.*, p. 181.
- ⁴⁶ CENTURIÓN, 1894, p. 56.
- ⁴⁷ THOMPSON, 1869, p.
- ⁴⁸ FRAGOSO, 1957, p. 367-368.
- ⁴⁹ CENTURIÓN, 1894, p. 61.
- ⁵⁰ FRAGOSO, 1957, p. 368.
- ⁵¹ CERQUEIRA, 1980, p. 113-119.
- ⁵² DUARTE, 1982, p. 191.

Tributo ao brigadeiro Sampaio

Herói nacional que exemplifica a missão de comandar homens livres

*Olidnéri Bello**

RESUMO

O presente artigo aborda alguns ensinamentos retirados da biografia do marechal Osorio. Os conhecimentos apresentados visam à reflexão sobre o significado de comandar — um termo específico do meio militar, mas que, a nosso ver, enquadra-se em toda situação em que alguém está sendo formado e educado sob a responsabilidade de um outro indivíduo. O verbo “comandar” associa-se a “dar ordem” e “mandar”. No entanto, não exclui outras acepções válidas para qualquer situação de construção de aprendizagem, pois, no significado de comandar, está inserido, também, o sentido de confiança no subordinado ou na pessoa que está sendo formada, além de quê, comandar trata de uma disposição conveniente para a execução de alguma coisa. Nesse aspecto, a vida do marechal Osorio traz, ao presente estudo, apontamentos significativos e exemplos que, na linguagem militar, arrastam-nos ao acerto. Conta, o presente artigo, com um tributo, também, ao Brigadeiro Sampaio.

PALAVRAS-CHAVE: Osorio. Comandar. Homens livres. Brigadeiro Sampaio.

Introdução

A história de uma nação é forjada pela boa peleja de seus líderes. Essa história não se exaure ao término de um tempo determinado ou limitado. A permanência dos grandes feitos passa, com naturalidade, os séculos; assim ocorreu com os grandes poetas, Virgílio, Horácio e Camões, só para citar alguns, e, da mesma forma, com os grandes militares, dentre os quais citamos

Sun Tzu, general chinês autor de *A arte da guerra*; Júlio César, chefe do exército romano, Napoleão Bonaparte, exímio estrategista francês.

No que diz respeito à nossa História, temos, também, os grandes líderes militares. Como forma de consolidar essa História, encontramos, na capital federal do Brasil, entre outros tantos sítios e cenários distribuídos por todo o país, o Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, localizado na praça

* Maj QCO (Magistério, Língua Portuguesa; EsAEx/96 e EsAO/06), graduada em Letras Português/Inglês (UEPG/88), mestre em Comunicação e Cultura (UFRJ/01) e doutora em Ciências da Educação, Especialidade em Inovação Pedagógica (Universidade da Madeira/15 – ilha da Madeira/Portugal) e professora do Colégio Militar de Fortaleza.

dos Três Poderes; estruturado por meio de uma arquitetura modernista do gênio Oscar Niemeyer, no formato de uma pomba. Talvez esse formato expresse o que mais significativo desses tantos heróis nacionais deixaram como legado ao povo brasileiro, pois a pomba representa paz, harmonia, singeleza, esperança — todos valores caros a cidadãos que zelam por sua pátria.

No interior desse Panteão, está o Livro dos Heróis da Pátria, o Livro de Aço, no qual estão inscritos os nomes de personalidades que, por atos de heroísmo e amor à Nação, marcaram, indelevelmente, a História do Brasil. Entre esses nomes, constam o de Manuel Luis Osorio, o marechal Osorio, e o de Antônio de Sampaio, o brigadeiro Sampaio, ambos grandes heróis, imbatíveis, os quais, reafirmamos, marcaram a História porque deixaram um grande legado ao Exército Brasileiro e à Pátria.

Um pouco da pessoa do marechal Osorio, o marquês do Herval

O fato de marcar a História sugere-nos a prática de ações atreladas a cumprir uma missão na vida e, portanto, uma necessidade comum ao homem. Um cidadão consciente não se deixa passar por alguém descomprometido com sua época e com as causas que norteiam o seu meio. A sabedoria popular afirma que o homem, para cumprir sua missão na terra, deve plantar uma árvore, ter um filho e escrever um livro. Filhos, Osorio os teve; não sabemos se plantou árvores e, quanto aos livros, temos ciência de que gostava de produzir poemas, os quais, infelizmente, não os lemos nas escolas em que

estudamos. Mas isso não o afasta do inalterável reconhecimento daqueles que sabem reconhecer os grandes vultos da História Nacional.

Entre os homens que atribuíram ao mencionado marechal todo o valor, está Pedro Américo de Figueiredo e Melo, o pintor da *Batalha do Avaí*. Essa tela apresenta toda a dimensão do heroísmo dos grandes militares do país. Com 50 metros quadrados, ela representa a batalha da Guerra do Paraguai, na qual sobressaem o duque de Caxias e o general Osorio, este no momento em que é atingido por um tiro na boca.

Pedro Américo, em carta destinada a Fernando Luis Osorio (filho de Osorio e autor da biografia do marquês do Herval — *História do general Osorio*), destaca as qualidades do grande militar:

Educado na simplicidade do campo e no fervor das batalhas, tinha o herói acerca das belas-artes a alta concepção dos espíritos elevados: nele a intuição supria a ciência. Sou-lhe grato pelas manifestações de apreço com que me distinguiu sempre, e pelo generoso afeto a um artista que deveras o venerava, por uma longa série de motivos da mais alta significação.

Apelidando de homérico àquele vulto histórico, eu não erro decerto: homérico pela sua grandeza quase legendária, e homérico pela generosidade do seu puríssimo caráter. (OSORIO, 1915)

Em meio aos atributos da área afetiva do marechal Osorio, destacamos, em bom tempo, o que não aprendemos na escola e que muito apreciamos, como estudiosa e amante das artes, um pequeno trecho da produção poética de Osorio:

MOTE

Nada do que vejo quero

GLOSA

Mostrou-me a Fortuna abertas
As portas dos seus tesouros;
Mostrou-me palmas e louros;
Fez-me mil milhões de ofertas:

“— Fortuna! tu não acertas,
(Lhe respondo em tom severo)
Os dons que do céu espero
Tu nunca me podes dar;
Torna as portas a fechar;
Nada do que vejo quero.”
(OSORIO, 1915)

E, aos corações enamorados, principalmente dos alunos para quem lecionamos, nada mais encantador que a mensagem contida nas estrofes que seguem:

Só vivo quando te vejo,
Dia e noite penso em ti,
Se nasceste para amar-me,
Eu para te amar nasci.

Ausente dos teus encantos,
Sem teus lindos olhos ver,
Tudo me causa desgosto
Nada me causa prazer.

O tempo curar não pode
As chagas que amor abriu;
Separar só pode a morte
Corações que amor uniu.
(OSORIO, 1915)

Retornando ao cumprimento daquelas tarefas comuns a todos que desejam cumprir funções em suas vidas — plantar árvores, ter um filho e escrever um livro —, a própria História já registrou casos de quem não as cumpriu. Jesus e Sócrates são os exemplos. Mas será que não as cumpriram mesmo?

Na origem de toda árvore, está a semente. É em relação a esse aspecto que lançamos nosso olhar e nossa aprendizagem.

Plantar árvores é deixar frutos para as gerações vindouras, e isso o marechal Osorio fez. Tais frutos depreendem-se do que foi pronunciado pelo referido marechal, em 15 de abril de 1866, no Passo da Pátria: “É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever”.

Nesse sentido, o colunista e juiz de direito Fábio Henrique Prado de Toledo¹ apresenta uma significativa interpretação. Essa frase do marechal Osorio, a qual se tornou uma referência histórica, merece, a nosso ver, uma reflexão. O estudioso alerta que “todos aqueles que têm a missão de comandar homens livres, pais, professores, governantes, empresários, comandantes militares, líderes sindicais etc.”, devem aprofundar-se no verdadeiro sentido das palavras que compõem essa máxima.

Ao resgatarmos os fatos históricos em que a mencionada frase foi proferida pelo marechal Osorio, verificamos que:

Aquela bem escolhida e feliz expressão “homens livres” teve sobre a tropa o efeito de uma eletrização inesperada e irresistível. Os homens, sem distinção de cores ou de raças, abraçaram-se a rir e a chorar, e logo prorromperam em estrondosas aclamações ao seu general. A consequência foi o patriótico decreto de 6 de novembro, que deu liberdade gratuita aos escravos designados para o serviço militar.²

Vê-se, então, que o marechal Osorio era detentor de um caráter regido pela justiça e possuidor de um espírito aberto às causas maiores que sempre estão associadas a situações pontuais.

Exemplos contidos na história da Guerra do Paraguai são inúmeros. Citamos os que mais nos impressionaram.

Sendo coronel do 2º Regimento, foi assistir a um exercício de recrutas, e vendo que o sargento instrutor estava irritado contra um deles, por não poder se pôr firme na fileira, aproximou-se do Sargento e disse-lhe:

— "Tenha paciência, meu camarada; se ele ainda não pode colocar-se firme é porque acaba de largar a enxada para tomar a espada!". O recruta lançou-lhe um olhar de reconhecimento. Era, com efeito, um simples hortelão. (OSORIO, 1915)

O ponto de destaque nesse contexto era a situação de guerra. Dourado (2009, p. 2) afirma uma verdade sobre a relação entre chefe e comandado, em especial, por tratar-se de um momento bélico.

Diz a autora:

Os chefes militares precisavam contar, a qualquer hora e em qualquer situação, com um grupo de soldados disciplinados e em condições de guerrear, sob um regime férreo, conscientes das graves sanções, de aplicação imediata, a que estariam sujeitos, em caso de descumprimento dos seus regulamentos. (DOURADO, 2009)

No aspecto apontado por Dourado (2009), encontramos a situação peculiar do ato de comandar. A questão sobre disciplina é um dos legados que o marechal Osorio nos deixa. Na decomposição de sua máxima "É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever", retiramos três linhas mestras

definidas pelas palavras: comandar, caminho e dever.

A ação de comandar, o caminho e o cumprimento do dever

Para tratarmos do que chamamos de linhas mestras, associamos a mencionada máxima com outra do mesmo militar: "A farda não abafa o cidadão no peito do soldado". Nesse aspecto, todas as pessoas que possuem como missão formar cidadãos não devem desprezar o indivíduo a quem estão instruindo e educando.

Trevizani³, em sua página na internet, registra: "Quando a emoção e o pensamento amadurecem na razão, prevalece o bom senso". Comandar, a nosso ver, é promover o caminho mais acertado para que o comandado cumpra uma missão, e isso deve ser estabelecido em qualquer esfera de relação em que haja alguém para ser formado ou para desempenhar um dever.

Cabe a quem tem o papel de formar e/ou comandar conhecer bem o seu discípulo. Pois, quando se trabalha com a coletividade humana, encontram-se todos os tipos de situações. Mesmo nas condições mais desfavoráveis, é preciso saber o que está envolvido nos contextos de execução de tarefas, missões, ordens ou o que o valha. O então coronel Osorio dá exemplo disso ao encontrar um dos seus desertores. Tanto o Osorio quanto o desertor se fazem de desconhecidos e, dessa forma, o comandante é apresentado à mãe do desertor, uma senhora viúva e de idade avançada, a qual lhe relata a vida de pobreza em que vivia. A mensagem para essa senhora foi:

Está bem, minha patrícia, bradou-lhe Osorio, animando-a — em todo o caso tem seu filho que a auxilia, e por isso é mais feliz do que muitas, que não tem ninguém por si. Olhe, amigo, acrescentou ele estas palavras, voltando-se para o filho (o desertor). Deus lhe dê saúde e o conserve junto aos seus; e quanto ao mais, adeus, sigo a minha viagem. E levantou-se para sair. (OSORIO, 1915)

O desertor em questão jamais poderia se entregar a uma outra missão, já que as circunstâncias de sua vida pessoal o direcionaram à de ser arrimo de família. Percebemos, dessa forma, no marquês do Herval, qualidades que o visconde de Ouro Preto destacava bem, ao referir que:

quer se apeasse do carto, quer entrasse num recinto, quer assomasse à porta para sair — o general Osorio detinha-se um momento, firme e ereto e lançava rápido olhar escrutador em torno, começando por observar as coisas ou pessoas mais próximas e em seguida, progressivamente, tudo quanto a vista podia alcançar. Como que procurava descortinar de onde surgiria o inimigo. (OSORIO, 1915)

Cada situação era única, tanto que, em Osorio, 1915, afirma-se que:

Há na fileira, como em toda a parte, homens ardilosos que, por conveniência própria ou perversidade, imaginam e praticam astúcias quase inconcebíveis para delas fruir proveito; mas o hábito de lidar com os homens, desde a sua juventude, deu a Osorio uma experiência, um conhecimento tão profundo das alheias argúcias e paixões, que o soldado, por mais astuto que fosse, não o enganaria. (OSORIO, 1915)

Além do acurado senso de observação, o marquês do Herval sempre deu mostras de

que seu ato de comandar estava sustentado pela lide direta com os subordinados e com o conhecimento que possuía de todas as situações vivenciadas pelos homens que estavam sob seu comando. Nesse aspecto, o alferes Francisco de Assis Trajano de Menezes, ajudante de campo do general Osorio, não se eximiu de reconhecer no seu superior as inúmeras qualidades, afirmando que, no momento em que o

general Osorio percorria o acampamento, era recebido como Pai extremoso que abençoava a família, incutindo a resignação no sofrer, a esperança no porvir" (In: Osorio, 1915, p. 100).

Desse contexto, depreendemos, então, que, para comandar, é preciso conhecer. Nesse conhecer, está o mais amplo sentido de desvendamento do indivíduo, do momento e das situações envolvidas na relação entre quem comanda e quem é comandado.

Prosseguindo em nosso estudo, verificamos que surge o "caminho" a indicar. Esse caminho, via de regra, não é fácil, pois afinal toda conquista humana se estriba na superação de problemas e, por consequência, na aprendizagem obtida com práticas exaustivas, quer sejam nos estudos, quer sejam nos trabalhos que executamos.

Isso não significa que esse caminho não possa ser amenizado de alguma maneira. Para exemplificar, recorremos à pior situação, a da guerra, e encontramos mais uma vez, nas ações de Osorio, as atitudes acertadas. Pois esse previdente militar dava ao subordinado uma atenção grandiosa, tanto que

Sair em comissão debaixo de suas ordens era coisa que alegrava o soldado, porque sabia este que não lhe faltava a afabilidade e o bom tratamento do chefe. De que Osorio, ao acampar, primeiramente cuidava era da comodidade da tropa e depois tratava da sua. (In: Osorio, 1915, p. 90)

e que, também, "não poupou esforços e nem sacrifícios para ter o Exército sempre provado dos necessários meios de mobilidade", o que representou, na época, que a cavalaria, a artilharia e os transportes estivessem providos de cavalos, bestas e bois em excelente estado de marchar, segundo os relatos do tenente Manoel Jacintho Osorio (In: Osorio, 1915, p. 193).

No entanto, a dureza do caminho, por vezes, precisava ser sustentada e, para tal, segundo o tenente-coronel E. C. Jourdan, em sua obra *História das campanhas do Uruguai, Mato Grosso e Paraguai*, declara que Osorio: "Não raras vezes mandava à noite o seu clarim tocar sentido com a intenção de conservar na tropa o hábito da vigilância e da presteza em acudir às armas" (In: Osorio, 1915, p. 197).

Ao fazermos um paralelo com a educação que a família deve dar aos filhos, constatamos, sempre, a necessidade de apoio que as crianças e os adolescentes possuem. Portanto, em uma organização familiar ou em uma estrutura social, a nosso ver, as individualidades precisam se ajustar para que haja equilíbrio. Não existe a possibilidade de se fazer o que quiser na hora que bem entender. Os autores Kenji Iizuka & Hatsue Iizuka (2013) afirmam que

para uma boa educação, não basta teoria com bons livros e boas escolas, viagens em hotéis de luxo. Carro novo e fartura de brinquedos. [...] Tudo isso é artificial e superficial. Cria vácuo moral e espiritual.

Há de se considerar que o caminho não é, no caso de formação de um jovem, o que sonham os pais e/ou outros familiares; o caminho é fruto, muitas vezes, das curiosidades pueris, as quais poderão concretizar-se nas lides da vida profissional do indivíduo ou em aprendizados úteis e afastadores das rotas erradas, principalmente, nos dias atuais, em que a existência humana é cercada de violência, drogas e criminalidade. Naturalmente que cada época apresenta circunstâncias específicas, mas outra vez encontramos, em Osorio menino, ações que merecem destaque. O doutor Antonio Eleutherio de Camargo em seus *Apontamentos para a história do Ilmo. e Exmo. Sr. tenente-general marquês do Herval* (In: Osorio, 1915, p. 124), descreve:

Desde os seus mais verdes anos, revelou Manoel Luis Osorio extraordinária vivacidade, mostrando a agudeza d'espirito que acompanhava sua grande inteligência. Um dos caracteres mais distintivos das tendências de seu espirito, foi na sua infância a análise investigadora de tudo quanto ouvia e via fazer. Nos trabalhos de lavoura de seus parentes, observava com a mais profunda atenção o modo como, manejados os instrumentos, produziam o maior resultado, e, sem poder conter-se, sempre que podia, ia fazer nas roças, sozinho o que via fazer pelos trabalhadores, procurando avantajar-se a estes pelo resultado do seu trabalho. Um engenho, por exemplo, parado ou funcionando, era para o menino Manoel Luis objeto da mais viva curiosidade e atenção: o modo de combinar as peças, o sistema de ligação do todo, como se transmitia o movimento à máquina pela força motora, tudo isso desejava compreender a fundo e saber pelas explicações da ciência. Mais de uma vez foi visto, com susto de seus parentes, o jovem Manoel Luis trepado em cima de

uma roda de engenho entre os seus raios, ou detido sobre outra qualquer das suas peças, em exame silencioso e contemplativo. (OSORIO, 1915)

Não devemos matar, no menino, a curiosidade, a imaginação, a criatividade, mas esse menino deve ser levado à reflexão. Conforme Kenji Iizuka & Hatsue Iizuka (2013): "Sempre que conjugar o verbo 'querer', deve aliar os verbos 'dever' e 'poder'". Para os mesmos autores (2013): "O adolescente sempre precisa da ajuda dos pais, para aprender a desenvolver as responsabilidades e as virtudes".

E, assim, chegamos à nossa última linha mestra: "o dever".

Quando o capitão reformado João Pedro Pereira de Carvalho assentou praça no 2º Regimento, o coronel Osorio o aconselhou: "O soldado deve sempre ter na mente as leis militares, para não incorrer em faltas, para conhecer seus deveres e saber até onde vai o seu direito" (In Osorio, 1915, p. 100).

Toda pessoa bem formada sabe do cumprimento de seus deveres. Livres e cientes dos deveres, os cidadãos são responsáveis pela justiça, pela harmonia e pelo equilíbrio do ambiente em que vivem e atuam. Nesse sentido, encontramos o primeiro instrumento internacional de direitos humanos de natureza geral, a *Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem*, que, na parte do preâmbulo, diz que:

Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, como são dotados pela natureza de razão e consciência, devem proceder fraternalmente uns para com os outros.

O cumprimento do dever de cada um é exigência do direito de todos. Direitos e deve-

res integram-se correlativamente em toda a atividade social e política do homem. Se os direitos exaltam a liberdade individual, os deveres exprimem a dignidade dessa liberdade. Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.⁴

Verificamos assim que, tanto nas palavras de Osorio pronunciadas ao então soldado João Pedro Pereira de Carvalho, quanto no que consta no preâmbulo da *Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem*, existe a associação do "dever" com o "direito". E, entre elas está o "homem livre".

Um tributo a outro grande herói

No contexto da Guerra da Tríplice Aliança, a Batalha do Tuiuti assume um marco significativo por ser a maior batalha campal da América do Sul. Essa batalha acabou com a capacidade ofensiva e tática do Paraguai e expressa, mais uma vez, a sabedoria do general Osorio ao escolher o brigadeiro Sampaio.

Sampaio, desde o início de sua vida militar, demonstrou valores inigualáveis. Exemplo disso foi sua atuação no conhecido Encontro de Icó, oportunidade em que lutou contra a rebelião que se opunha à abdicação de D. Pedro I. Nessa época, esse grande líder militar contava com apenas 22 anos de idade. Era apenas o começo de inúmeras batalhas, das quais seria o protagonista vencedor. Mais tarde, é à frente da 3ª Divisão, a Divisão Encouraçada, que Sampaio detém várias vagas de assalto inimigas paraguaias, é a sangrenta Guerra do Paraguai, mais especificamente, a Batalha do Tuiuti.

Nesse assalto, não foram fáceis os rumos dos soldados, pois em terreno pantanoso,

os esquadrões paraguaios, em um momento valem-se de uma brecha aberta na frente argentina e investem contra ela, mas a Encouraçada, por meio de seus infantes, conforme Daróz (2010), resistem ao violento embate sem ceder um palmo. Sampaio, no entanto, é ferido duas vezes, em uma das com gravidade. Mesmo ferido, esse grande militar, que sempre estava à frente dos soldados, oferecendo-lhes o mais verdadeiro dos exemplos e servindo-lhes de fonte encorajadora, ainda pensa na missão mais do que em si mesmo, pois envia uma mensagem ao seu comandante, nos seguintes termos, conforme Junior, 2015:

Diga ao General que estou cumprindo meu dever, mas como já recebi dois ferimentos e estou perdendo muito sangue, seria conveniente que me mandasse substituir.

Essa atitude faz com que nos apropriemos das palavras do filósofo alemão Friedrich Nietzsche⁵: "quando a Pátria nos chama, nossas almas esquecem-se de si mesmas; ao seu apelo sagrado, o patriota é incitado à bravura e levado ao heroísmo". Esse foi e sempre será o Brigadeiro Sampaio.

Esse grande chefe militar, conforme Bento, 2010:

Comandou a 3^a Divisão desde março de 1865, em Montevidéu e constituída de duas Brigadas.

A 5^a Brigada constituída do 4^º, 6^º e 12^º Batalhões de Infantaria e mais a 8^a Brigada integrada pelos 8^º e 16^º Batalhões de Infantaria e o 10º Batalhão de Voluntários da Pátria.

E marchando para o Paraguai, segundo o cronista Dionísio Cerqueira, patrono de Cadeira da AHIMTB e que comandou o Casarão da Várzea como coronel em 1891:

O Brigadeiro Sampaio não dava descanso aos seus batalhões. Era rigoroso e exigente, dava exercícios uma a duas vezes por dia a seus batalhões. Pois sentia que era preciso instruir seus soldados bisonhos, mas de boa vontade, animados pelo amor à Pátria, os fazendo praticar façanhas imortais.

Mal sua Divisão, depois de marcha penosa chegava a um acampamento, ouvia-se o toque "Para quem quiser" por Sampaio ordenado. Em seguida saíam os belos batalhões de Sampaio garbosos e elegantes, ora realizando manobras, ora entendendo linhas de atiradores, tudo executado a toques de cornetas.

O Corpo de Voluntários da Pátria de sua Divisão já rivaliza seu desempenho com os soldados grisalhos do Exército, trazendo no peito as medalhas de Monte Caseros na Guerra contra Oribe e Rosas há treze anos passados. (BENTO, 2010)

Nesse sentido, ainda nos reportando ao texto de Bento, 2010, o qual expõe as palavras do coronel de cavalaria José Lima Figueiredo, aproveitamos a oportunidade para, também, evidenciá-las:

Quando o chefe é bom, a tropa colhe fartamente os louros, porém, não é lhe dado um momento de descanso, todo o trabalho difícil, áspero e perigoso é dado a ela.

O brigadeiro Sampaio é o exemplo de quem acolheu rigorosamente a missão de defender o solo brasileiro e fez com que seus subordinados entendessem, da mesma maneira, a necessidade de agir com igual determinação e coragem. Só assim é que se vence uma guerra. É dessa forma, ainda, que prevelece o grande homem.

Morto heroicamente aos 56 anos, após sublimar as virtudes militares de coragem,

bravura e determinação, o nobre infante permanece vivo na memória do Brasil, na alma do Exército e, sobretudo, nas melhores tradições da Infantaria brasileira, que ele ajudou a forjar.⁶

Não é ao acaso que, mais tarde, em homenagem, os feridos de guerra, durante a Campanha da Itália em 1945, fizeram jus à “Medalha Sangue do Brasil”, pois essa condecoração lembra tudo o que o Brigadeiro marcou na história do Exército Brasileiro e na História do Brasil. Essa insígnia, em bronze, apresenta:

Anverso. Sobre as Armas da República, três estrelas em esmalte na cor vermelha, que representam os três ferimentos recebidos pelo general Sampaio, no dia 24 de maio de 1866, na Batalha de Tuiuti na Guerra do Paraguai. O conjunto é orlado por dois ramos de Pau-Brasil, que lembram a Pátria e as origens de seu nome.⁷

As três estrelas vermelhas são o sangue derramado pelo brigadeiro Sampaio, representam os três ferimentos recebidos “na data do seu aniversário, 24 de maio. [...] O primeiro, por granada, gangrenou-lhe a coxa direita; os outros dois foram nas costas”⁸.

Por tudo isso, conforme o mesmo site:

Homem puro e patriota, Sampaio destacava-se por ser capacitado e corajoso, inteiramente dedicado à vida militar. Exemplo de exponencial bravura, foi consagrado Patrono da Arma de Infantaria do Exército Brasileiro, pelo Decreto 51.429, de 13 de março de 1962.⁹

Portanto, nada mais coerente, nesse contexto, que a Infantaria Brasileira reviva os feitos da Batalha do Tuiuti, assim como os re-

vivam todos os demais irmãos de farda, responsáveis por, também de alguma forma, levar às gerações futuras, civis e militares, a mensagem e o exemplo de vida do brigadeiro Sampaio:

Soldados rastejavam, me seguiam; baionetas cruzavam, tiniam, espelando a morte, furando o vento; várias vezes fui ferido, levantei, prossegui, mas um dia fiquei caído, nos campos de Tuiuti. Era maio, mesmo dia em que nasci, parti, mas não morri, porque a morte, por mais que tente, por mais que dura, valente, não mata nunca a audácia, a bravura, a vida... um infante.¹⁰

Assim, tomamos para nós a mensagem que, diante de qualquer adversidade — as comuns batalhas do cotidiano —, não sejam empecilhos porque temos a saudável audácia do enfrentamento, a necessária bravura para lutar e a vida para, se necessário entregar, mas só após a batalha vencida.

Conclusão

Toda sociedade apresenta líderes, pessoas de destaque e indivíduos marcados pelo sucesso obtido na realização de algum feito. Na execução dos grandes trabalhos, muitas vezes, o reconhecimento imediato não é atingido. Assim, foi, por exemplo, com Luís Vaz de Camões, que, com certeza, não contava com discípulos, porque se os tivesse, seriam inveterados admiradores.

Mais do que admiração, o brigadeiro Sampaio — retrato vitorioso da batalha do Tuiuti — tem, nos infantes, a merecida devação, pois é, por meio dos feitos desse patrono, que a Infantaria revigora a tenacidade, a bravura, a coragem, a liderança e o patriotismo. Da mesma forma, todos os demais civis

e militares que, da História da Nação, sabem encontrar os verdadeiros exemplos de vida.

O marechal Osorio, da mesma forma admirado, foi amado e idolatrado pelos seus subordinados e pelo povo brasileiro e continua, hoje, gozando da mesma consideração prestada por todos aqueles que sabem de sua história e de sua servidão à Pátria. Todos os que conviveram com a pessoa do marechal Osorio puderam extrair desse grande militar os exemplos de modéstia, de generosidade e de caráter prestativo. O trabalho desse líder, diferente do realizado pelo escritor português, foi direto com os soldados e, dessa forma, no trato diário, inspirou os mais jovens a lutar pelos mesmos ideais que possuía.

Os soldados entendiam, nas ordens emanadas pelo grande chefe, a necessidade de uma conduta disciplinada, da obediência às normas e do fiel cumprimento das obrigações.

Confiavam no caminho traçado pelo comandante, por isso seguiam as instruções dele emanadas. Não se sentiam desamparados, porque o líder militar estava junto com eles e, não raro, cuidava antes da comodidade da tropa do que da sua própria. A maneira de comandar do marechal Osorio sempre foi enérgica, no entanto afinada pela brandura.

É dessa forma que acreditamos que a vida e as atitudes do marquês do Herval devem servir de modelo àqueles que instruem, formam e educam pessoas, livres, pela própria condição racional que possuem, mas carentes de um guia forte nas ações, brando no trato, justo na totalidade.

Nessa mesma linha de retidão e servidão à Pátria, estão e sempre deverão estar todos os líderes militares do passado e do hoje, que dão exemplos a seus subordinados. ■

Referências

ALMEIDA, Gen Antônio da Rocha. GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Patrono da Infantaria Brasileira – Brigadeiro Antônio de Sampaio. In: O Gaúcho – Órgão de divulgação das atividades do Instituto de História e tradições do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <<http://ahimth.org.br/ogauch/O%20Ga%C3%83%2093.pdf>>. Acesso em 09/6/2016.

BENTO, Cláudio Moreira. *O Brigadeiro Antônio de Sampaio na Guerra da Tríplice Aliança 1865-1970*. Disponível em: <<http://www.militar.com.br/artigo-1288-O-BRIGADEIRO-ANTONIO-DE-SAMPAIO-NA-GUERRA-DA-TRÍPLICE-LIANCA87A-1865-1970#.VIqlkeS-NvY>>. Acesso em 09/6/2016.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <<http://www.cidh.oas.org>>. Acesso em 30/05/2016.

DARÓZ, CARLOS. Personagens da História Militar – Brigadeiro Antônio de Sampaio. Disponível em: <<http://darozhistoriamilitar.blogspot.com.br/2010/05/personagens-da-historia-brigadeiro.html>>. Acesso em 09/6/2016.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. *Crimes e punições na Guerra do Paraguai (1864-1870)*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25. 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009.

-
- IIZUKA, Kenji. IIZUKA, Hatsue. *Sucesso... No Extremo Oriente*. Clube dos autores. 2013.
- JUNIOR, Vianney. *Liderança Militar: nas ações, os traços de um grande líder*. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/terrestre/noticia/19249/ESPECIAL-INFANTARIA-%E2%80%93-Lideranca-Militar-Nas-acoes--os-tracos-de-um-grande-lider-/>>. Acesso em 09/6/2016.
- As Medalhas e Ordens Militares e Civis do Brasil: Medalha Sangue do Brasil. Disponível em: <<http://asmedalhasdobrasil.blogspot.com.br/2015/03/medalha-sangue-do-brasil.html>>. Acesso em 10/6/2016.
- Patronos. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/patronos/-/asset_publisher/e1fxWhhf3Ut/content/antonio-sampaio-1>. Acesso em 10/6/2016.
- OLIVEIRA, Júlio Lima Verde Campos de. *Brigadeiro Antônio de Sampaio – Herói de Tamboril-CE*. In: Revista Verde Oliva on-line. Ano XXXVIII, nº 206. Jul./ Ago./ Set. 2010. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/c/document.library/get_file?uuid=ee5e8b15-3f0d-4f3f-abf8-df58d5381263&groupID=52610>. Acesso em 10/6/2016
- OSORIO, Joaquim Luis & Osorio Filho, Luis Fernando. *História do General Osorio*. Rio Grande do Sul: Typografia do Diário Popular, 1915. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227358>>. Acesso em 25/5/2016.
- TREVIZANI, Luiz. *A auto-observação e o bom senso*. Disponível em: <<http://luiztrevizani.com.br/artigos/a-auto-observacao-e-o-bom-senso.php>>. Acesso em 25/5/2016.
- 24 de Maio - Dia da Infantaria. O bugre - Informativo Especial. 2º Batalhão de Infantaria Leve – Batalhão Martim Afonso. Disponível em: <http://www.2bil.eb.mil.br/bugre/2013/bugre_es.pdf>. Acesso em 10/6/2016.
- <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227358>. Acesso em 25/5/2016. Grafia atualizada por nós.
- <http://causaimperial.com.br/seriedade-e-honradez-nos-homens-do-imperio/>. Acesso em 24/5/2016.
- <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227358>. Acesso em 25/5/2016. Grafia atualizada por nós.
- <http://www.militar.com.br/artigo-1288-O-BRIGADEIRO-ANTONIO-DE-SAMPAIO-NA-GUERRA-DA-TRÍPLICE-ALIANCA87A-1865-1970#.V1qIkS-NvY>. Acesso em 09/6/016.
- N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ <http://fabiohptoledo.blogspot.com.br/2008/04/o-legado-de-osorio.html>

² <http://causaimperial.com.br/seriedade-e-honradez-nos-homens-do-imperio/>

³ <http://luiztrevizani.com.br/artigos/a-auto-observacao-e-o-bom-senso.php>

⁴ <http://www.cidh.oas.org>

⁵ O Gaúcho – Órgão de divulgação das atividades do Instituto de História e Tradições do Rio Grande do Sul

⁶ http://www.eb.mil.br/c/document.library/get_file?uuid=ee5e8b15-3f0d-4f3f-abf8df5381263&groupID=52610.

⁷ <http://asmedalhasdobrasil.blogspot.com.br/2015/03/medalha-sangue-do-brasil.html>. Acesso em 10/6/2016.

⁸ http://www.eb.mil.br/patronos/-/asset_publisher/e1fxWhhf3Ut/contente/antonio-sampaio-1.

⁹ Id. Ibid.

¹⁰ http://www.2bil.eb.mil.br/bugre/2013/bugre_es.pdf

Consórcio Nacional POUPEX

Planeje a realização de seus sonhos

IMÓVEL, CARRO, MOTO E SERVIÇO

VANTAGENS

- atendimento personalizado.
- as melhores taxas.
- alto índice de contemplação.
- agilidade na liberação da carta de crédito.
- grupos financeiramente equilibrados.
- garantia da FHE.



Conheça as condições no site
fhe.org.br/consorcio

Para militares da ativa e inativos, seus pensionistas, cônjuges e filhos, os servidores civis das Forças Armadas e seus pensionistas, os empregados do Banco do Brasil S/A e outros mediante contrato de convênio.

ESCRITÓRIO REGIONAL NO RIO DE JANEIRO/RJ - ESCRJ

Praca Duque de Caxias - Ala Cristiano Ottoni (PDC) - 3º Andar - Centro - 20221-260
Rio de Janeiro/RJ - Fone (21) 2196-4444 - Fax (21) 2196-4440

FHE

Fundação
Habitacional
do Exército

POUPEX

Associação
de Poupança
e Empréstimo

Consulte os endereços e telefones dos Pontos de Atendimento da FHE no site www.fhe.org.br

Central de Teleatendimento ao Cliente 0800 61 3040 | Ouvidoria 0800 647 8877 | Central de Teleatendimento aos Surdos 0800 646 4747

FINANCIAMENTO PARA
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

POUPEX

JUROS BAIXOS

PARA O PÚBLICO EM GERAL

(21) 2196-4444
www.poupex.com.br/fmcg

Com a POUPEX, aquele projeto de construir ou reformar o seu imóvel e de comprar armários planejados se materializa. Você pode financiar o material de construção, na loja de sua preferência, no valor de até R\$ 200 mil. Os juros são baixos, a liberação do crédito é ágil e você pode pagar em 96 meses. Além de todas essas facilidades, há uma equipe de profissionais para orientá-lo. Materialize já o seu sonho. Visite o Escritório Regional do Rio de Janeiro, no Palácio Duque de Caxias - Centro.





Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço dos ideais,
dos valores e das necessidades da
cultura militar brasileira.

www.bibliex.ensino.eb.br

